



Táines Barbosa

**REFLEXOS DA CRISE *SUBPRIME* NA ECONOMIA
BRASILEIRA**

Horizontina, RS

2014

Táines Barbosa

REFLEXOS DA CRISE *SUBPRIME* NA ECONOMIA BRASILEIRA

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADORA: Me. Jaqueline Primo Nogueira de Sá

Horizontina, RS

2014

**FAHOR - FACULDADE HORIZONTALINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

“Reflexos da crise *subprime* na economia brasileira”

Elaborada por:

Táínes Barbosa

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 29/11/2014

Pela Comissão Examinadora

**Mestre Jaqueline Primo Nogueira de Sá
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Mestre Stephan Sawitzki
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Mestre Márcio Kalkmann
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Horizontina, RS
2014**

DEDICATÓRIA

À memória de minha avó, Alma Regina Frey, à família, aos amigos e a todos os profissionais que ajudaram na construção da ideia deste trabalho, minha mais profunda gratidão.

AGRADECIMENTO

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por tudo o que já fez na minha vida e por me iluminar durante esta caminhada.

Aos meus pais Rui e Rosane Barbosa, minha irmã Tainá Barbosa que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse a essa etapa da minha vida.

Agradeço a todos os meus familiares pelo apoio e compreensão que tiveram comigo durante esse período.

Agradeço também as minhas amigas Diele Kreutz, Sheila de Carli e Taís Rusniak pelo companheirismo, parceria e todos os auxílios durante esses quatro anos.

A minha professora orientadora Me^o Jaqueline Primo Nogueira de Sá pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, pela paciência e por compartilhar comigo um pouco de seu grande conhecimento.

As professoras Janete Stoffel, Vonja Engel e Patricia Eveline Roncato pelo convívio, apoio, compreensão e amizade.

A todos os professores da FAHOR que foram muito importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

A todos o meu mais profundo muito obrigado!

Os que confiam no Senhor serão como o monte de Sião, que não se abala, mas permanece para sempre (Salmos 125:1).

RESUMO

A questão da globalização tem estado cada vez mais presente nos debates sobre transformações globais e nacionais, além das discussões sobre alternativas de estratégias e políticas. Nesse contexto, o presente estudo tem como tema os reflexos da crise de 2008 – crise *subprime* – sobre a economia brasileira, considerando que o mundo está cada vez mais interconectado em virtude dos processos de globalização. A concretização deste estudo realizou-se com base no seguinte objetivo geral estabelecido: analisar o comportamento da economia brasileira após a crise mundial de 2008 frente ao processo de globalização financeira. Portanto, para concretizar com maior profundidade este objetivo foram estabelecidos e seguidos alguns objetivos específicos: contextualizar o processo de globalização, especificamente a globalização financeira; buscar informações sobre o que foi a Crise de 2008; levantar índices e indicadores que demonstrem a globalização financeira da economia brasileira e apresentar dados referentes aos aspectos negativos da crise de 2008 sobre a economia brasileira. A partir deste estudo, tornou-se possível destacar a importância da globalização mundial e da crise econômica de 2008; bem como ampliar a compreensão das causas da mesma e as implicações da globalização na economia do Brasil.

Palavras-chave: Globalização. Crise *Subprime*. Economia Brasileira.

ABSTRACT

The issue of globalization has been increasingly present in the discussions on global and national transformations, besides discussing alternative strategies and policies. In this context, the present study has as its theme the effects of the 2008 crisis - subprime crisis - on the Brazilian economy, considering that the world is increasingly interconnected because of globalization processes. The completion of this study was carried out based on the following established general objective is to analyze the behavior of the Brazilian economy after the global crisis of 2008 compared to the process of financial globalization. Therefore, to implement more depth this goal were established and followed some specific objectives: to contextualize the process of globalization, specifically financial globalization; seek information about what was the 2008 crisis; raise indices and indicators that demonstrate the financial globalization of the Brazilian economy and present data for the negative aspects of the 2008 crisis on the Brazilian economy. From this study, it became possible to highlight the importance of the globalization and the 2008 economic crisis; and broaden the understanding of the causes thereof and the implications of globalization on Brazil's economy.

Keywords: *Globalization. Subprime Crisis. Brazilian economy*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parcela das grandes crises globais.....	33
Figura 2 - Brasil: Dívida externa, Hiperinflação e Crises bancárias, 1824 - 2009.....	33
Figura 3 - Índice Dow Jones em 1929, semanal	34
Figura 4 - Grande Depressão de 1930 nos Estados Unidos	35
Figura 5 - Taxa de desemprego nos Estados Unidos de 1890 a 2008.....	35
Figura 6 - Investimentos em relação ao PIB para alguns países de 1925 a 1938 (em % do PIB)	37
Figura 7 - Comparação Dow Jones de 1929 e 2011	38
Figura 8 - Crise financeira global de 2007 a 2009.....	44
Figura 9 - Atividade do comércio internacional - variação anual - em %.....	46
Figura 10- Índice Dow Jones de 2007 - 2013.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 11 - Produção, licenciamento de veículos e exportações de 2010-2012	60
Figura 12 - Indicadores de atividade e trabalhos das pessoas de cor preta ou parda no conjunto das seis Regiões Metropolitanas - março 2003 e março 2009	63
Figura 13 - Indicadores de atividade e trabalhos das pessoas de cor branca no conjunto das seis Regiões Metropolitanas - março 2003 e março 2009	63
Figura 14 - Evolução da taxa de desemprego - Brasil - 2004-2009	64
Figura 15 - Taxa de desocupação no mundo - jan-junho 2010 (%).....	65
Figura 16 - Taxa de desocupação para dezembro em 2009.....	65
Figura 17 - Taxa nacional de desemprego (PNAD).....	66
Figura 18 - Crescimento econômico do Brasil de 1995-2012.....	67
Figura 19 - PIB per capita brasileiro de 1995-2012	68
Figura 20 - Saldo das operações crédito por Pessoa Jurídica e Física - Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013.....	70
Figura 21-saldo das operações de crédito em relação ao PIB da Pessoa Jurídica e Pessoa Física no Brasil; de Janeiro de 2008 ate Dezembro de 2013.	70

Figura 22 - Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito no Brasil PJ e PF - 2009-2013 (%)	71
Figura 23 - Saldo das operações crédito: recursos livres e direcionamentos Brasil - 2008-2013	72
Figura 24 - evolução do saldo de operações de crédito: Recursos Livres e Direcionados Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013. Número Índice (jan/2008 = base 100)	72
Figura 25 - Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito - Brasil - 2008-2013 (%)	73
Figura 26 - Saldo das operações de crédito em relação ao PIB - Recursos Livre e Direcionados - Brasil - 2008-2013 (em % do PIB).....	74
Figura 27 - Participação relativa das modalidades de crédito direcionado - Brasil - 2008-2013	74
Figura 28 - Variação rela do saldo do crédito imobiliário - Brasil - 2008-2013 (em R\$ milhões de dez/2013)	75
Figura 29 - Evolução do saldo da carteira de crédito direcionado rural PF e PJ - Brasil - 2008-2013	76
Figura 30 - Saldos da carteira de crédito com recursos direcionados para pessoa física e pessoa jurídica no setor rural - Brasil - 2008-2013	77
Figura 31 - Saldo das operações de microcrédito - Brasil - 2008-2013.....	77
Figura 32 - Saldo das operações de crédito por controle de capital - Brasil - 2008-2013	78
Figura 33 - Composição do saldo das operações por controle de capital - Brasil - 2008-2013 (%).....	78
Figura 34 - Variação das cotações do dólar no mercado brasileiro entre 2007 e 2009	80
Figura 35 - Exportações, Importações e Saldo Comercial - Brasil - Evolução semestral 2007-2010 (em US\$ bilhões)	83
Figura 36 - investimento estrangeiro em carteira - Evolução trimestral - 2007-2009 (em US\$ bilhões).....	84
Figura 37 - Brasil: Investimentos estrangeiros em carteira - 2007-2009	85
Figura 38 - Outros investimentos estrangeiros - Evolução trimestral - 2007-2009 (em US\$ bilhões).....	86
Figura 39 - Brasil: outros investimentos estrangeiros - 2007-2009	87

Figura 40 - Evolução do PIB trimestral 1998-2011	89
Figura 41 - Evolução dos componentes da demanda agregada	89
Figura 42 - Variação dos componentes de gasto do PIB (%).....	91
Figura 43 - Investimentos públicos federais (% do PIB).....	92
Figura 44 - Composição dos investimentos públicos federais (valor em R\$ milhões de julho de 2009).....	93
Figura 45 - Evolução da relação carga tributária bruta/PIB - 2002-2009.....	93

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 - Empréstimos em bancos públicos e privados de 2008 e 2009.....	57
Gráfico 2 - Venda de carros populares em 2008 em milhares	58
Gráfico 3 - Venda de veículos em 2013 e 2012	59
Gráfico 4 - Venda de veículos e máquinas agrícolas de 2011 e 2012.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO APÓS A CRISE DE 2008	15
2.1	A GLOBALIZAÇÃO	15
2.2	GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA	25
2.3	CRISE MUNDIAL ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008.....	32
3	METODOLOGIA	48
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
4.1	A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: BEM OU MAL?.....	51
4.2	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE: GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E CRISE DE 2008	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A questão da globalização tem estado cada vez mais presente nos debates sobre transformações globais e nacionais, além das discussões sobre alternativas de estratégias e políticas (SANTOS, 2000). Por globalização, Chesnais (1996) a entende como a nova forma do processo de acumulação e internacionalização do capital e às restrições crescentes que seu funcionamento e suas forças dominantes (corporações transnacionais e detentores do capital financeiro) determinam à soberania e à autonomia dos Estados nacionais.

A globalização também pode ser entendida como um fenômeno, que está cada vez mais discutido e indagado por diversos autores, em virtude de ter intensificado o volume de negócios realizados entre os países no mercado global e ampliado a movimentação de fluxos de capitais financeiros em bolsas de valores. Assimilar o conceito da globalização e, mais precisamente, da globalização financeira, é fundamental para apontar de forma convincente o espaço ocupado por esses processos e as causas das atuais crises, como, por exemplo, a ocorrida em 2008.

Nesse contexto, o presente estudo tem como tema os reflexos da crise de 2008 – crise *subprime* – sobre a economia brasileira, considerando que o mundo está cada vez mais interconectado em virtude dos processos de globalização. Sendo assim, o problema de pesquisa levantado pretende fazer a investigação da seguinte questão: como a crise mundial de 2008 refletiu sobre a economia brasileira, em especial no que diz respeito à vulnerabilidade externa e o crescimento econômico do país?

A concretização deste estudo realizou-se com base no seguinte objetivo geral estabelecido: analisar o comportamento da economia brasileira após a crise mundial de 2008 frente ao processo de globalização financeira. Portanto, para concretizar com maior profundidade este objetivo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) contextualizar o processo de globalização, especificamente a globalização financeira;
- b) buscar informações sobre o que foi a Crise de 2008;

- c) levantar índices e indicadores que demonstrem a globalização financeira da economia brasileira, tais como: taxas de crescimento das transações internacionais; fluxo dos recursos financeiros entre o Brasil e outros países e investimento estrangeiro direto (IED);
- d) apresentar dados referentes aos aspectos negativos da crise de 2008 sobre a economia brasileira, através de dados de políticas macroeconômicas (câmbio, taxas de juros, reservas).

A partir deste estudo, tornou-se possível destacar a importância da globalização mundial e da crise econômica de 2008; bem como ampliar a compreensão das causas da mesma e as implicações da globalização na economia do Brasil. A motivação para a sua realização baseou-se na necessidade de compreender e saber mais sobre o processo de globalização e as grandes crises econômico financeiras mundiais.

O mundo encontra-se, hoje em dia, no meio de uma revolução que pode até ser comparada a ocorrida durante a Era da Revolução Industrial, no sentido de abrangência e efeitos. Isso se deve a globalização das economias, ou seja, das preferências de consumo, dos processos de produção, dos mercados de trabalho e dos mercados financeiros, que só se tornaram possíveis graças as excelentes mudanças e melhorias nas telecomunicações e nos meios de transporte.

Assim, nos últimos anos, o processo de globalização passou a ser uma expressão corrente na literatura e no noticiário. Sua presença e sua influência são suficientemente marcantes para que não possam deixar de ser consideradas (BAUMANN, 1996). As mudanças que a globalização trouxe são visíveis e impactam a conjuntura econômica atual do Brasil e do mundo.

A globalização torna-se inevitável, pois com a convergência de preferências, por exemplo, os consumidores em todo mundo passam, cada vez mais, a demandar produtos similares. As companhias e empresas, por sua vez, buscam fontes externas para fornecer ou produzir peças e componentes, por ser estas mais eficientes e/ou mais baratas. Ou seja, as empresas investem seu capital e sua tecnologia em qualquer lugar em que sejam mais produtivos, sempre querendo permanecer ou se tornar internacionalmente competitivas. Do mesmo modo e pela mesma razão, as empresas buscam mão de obra de fontes externas ou empregam

mão de obra externa sempre que esta mesma seja mais barata para determinada situação. (SALVATORE, 2007).

Uma das principais mudanças verificadas são os efeitos gerados pela globalização financeira. Por isso, justifica-se um estudo mais aprofundado sobre a Globalização Financeira da economia brasileira após a crise de 2008, destacando suas consequências em termos de vulnerabilidade externa e crescimento econômico.

Ademais, esta pesquisa irá apresentar-se como um complemento de estudo na área de economia internacional, o que é uma ótica do interesse acadêmico da economista. Já na ótica da autora, se teve a necessidade e curiosidade em conhecer e compreender melhor a estrutura da economia brasileira após a crise de 2008, e sua ligação com os processos da globalização financeira.

A primeira parte deste estudo contém esta introdução, seguida da segunda parte onde apresenta-se uma revisão da literatura sobre o tema e a contextualiza da globalização e suas origens; com foco na globalização financeira. Na conseguinte seção, descreve-se sobre a crise de 1929 e a crise de 2008. O terceiro capítulo, por sua vez, trata da descrição da metodologia utilizada na pesquisa. O quarto capítulo contempla a análise dos dados. Nas considerações finais, faz-se uma retomada dos elementos centrais da pesquisa e sua relação com os objetivos propostos para este estudo. Por fim, apresenta-se as referências utilizadas.

2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO APÓS A CRISE DE 2008

Na presente seção é feita uma contextualização do que é a globalização das economias, focando o processo de globalização financeira. Para isso, estudos e informações disponíveis sobre esse tema no Brasil e no mundo serviram de base. Utilizam-se estimativas, dados e taxas que embasam estes aspectos da globalização mundial. Ademais, buscou-se caracterizar o que foi a crise de 2008 e suas consequências mundiais e na economia brasileira.

2.1 A GLOBALIZAÇÃO

Nos dias atuais, no um mundo em desenvolvimento e internacionalização tecnológica, financeira, comercial, cultural, etc., o homem adaptou-se a conviver com ideias que mensurem, ou pelo menos tentam mensurar, o nível deste desenvolvimento no planeta; e ao mesmo tempo, de como este mesmo planeta pode estar cada vez menor, com seus espaços reduzidos. A maioria destas ideias exprime, na verdade, as consequências do processo de globalização que se intensificou a partir da segunda metade do século XX, mas que consegue produzir impactos cada vez maiores no planeta à medida que o tempo passa (ARMADA; 2009).

A globalização, por muitos autores, também é chamada de mundialização. Este processo de mundialização não é novo. De acordo com Plihon (2007), é um movimento secular, o qual a origem os historiadores põe no século XVI, quando da “despregação” econômica da Europa e da acentuação das trocas da Europa com duas grandes civilizações dessa época: o mundo Árabe e a China. Apesar disto, para muitos economistas, o primeiro grande episódio de mundialização econômica e financeira encontra-se no século XIX, onde se tem uma estimulação das trocas internacionais de mercadorias e de capitais entre a Europa e o “Novo Mundo” das Américas. Refere-se a um processo de expansão da “economia-mundo”.

A continuação do processo de mundialização é interrompida pelos dois conflitos mundiais, além das dificuldades econômicas e financeiras entre as duas guerras, principalmente a hiperinflação alemã de 1923-24 e o crack da bolsa de 1930. O desmembramento da economia-mundo segue no pós-guerra e por uma

série de razões. De um lado, a guerra fria divide o planeta em dois blocos. Do outro lado, durante os Trinta Anos Gloriosos (1945 - 1975), a economia e a finança são ordenadas em cima de bases nacionais, com uma forte mediação dos Estados. (PLIHON, 2007).

Friedman (2000), diz que o mundo nasceu quando o Muro de Berlim caiu em 1989 e que não é nenhuma surpresa que esta economia seja a mais jovem do mundo. A Economia global ainda está a encontrar seus rolamentos. A partir de meados de 1800 até o final dos anos 1900, o mundo viveu uma época semelhante de globalização.

Comparados os fluxos de comércio e de capital, através das fronteiras, em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB), e o fluxo de trabalho, em relação à população, o período de globalização anterior a Primeira Guerra Mundial, foi bastante semelhante ao que vive-se hoje. A Grã-Bretanha, que era então o poder global dominante, foi um grande investidor em mercados emergentes e na Inglaterra, enquanto Europa e América eram frequentemente fustigadas por crises financeiras. Ao reunir estes fatos, juntamente com as invenções do navio a vapor, telégrafo, ferrovia e, eventualmente, telefone, esta primeira era da globalização antes da Primeira Guerra Mundial, encolheu o mundo de um tamanho "grande" para um tamanho "médio".

A primeira era da globalização e do capitalismo financeiro global foi, então, quebrada pelos sucessivos golpes de martelo da Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa e pela Grande Depressão, que veio a fraturar o mundo, tanto física quanto ideologicamente. O mundo dividido formalmente que surgiu após a Segunda Guerra Mundial foi, então, congelado pela Guerra Fria. A Guerra Fria foi um sistema internacional que durou cerca de 44 anos, de 1945 a 1989, quando, com a queda do Muro de Berlim, foi substituída por outro sistema: "Globalização Redonda II" a nova era de globalização. Pode-se dizer que essa nova era aconteceu desde o início da Primeira Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria. Porém era apenas um tempo de espera longo entre uma era de globalização e de outra (FRIEDMAN, 2000).

Embora haja uma série de semelhanças, em especial entre a época anterior a da globalização e a que se vive atualmente, Friedman (2000) diz que o que é novo, hoje, é o grau e a intensidade com que o mundo está sendo amarrado em um único mercado globalizado. Além disso, destaca-se também o grande número de pessoas

e países capazes de participar deste processo e ser afetado por ele. A era pré-1914 da globalização, pode ter sido intensa, mas muitos países em desenvolvimento foram deixados de fora. Em relação ao seu tempo, pode ter sido em grande escala, era minúscula em termos absolutos. Isso pode ser melhor visualizado através de seguinte afirmação:

O Diário de negociação de câmbio em 1900 foi medido na casa dos milhões de dólares. Era US\$ 820.000 milhões por dia, de acordo com o Federal Reserve de Nova York, e em abril de 1998, foi de até US\$ 1,5 trilhão por dia e ainda subindo. Por volta de 1900 os fluxos de capital privado dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento poderia ser medido em centenas de milhões de dólares e relativamente poucos países estavam envolvidos. De acordo com o FMI, só em 1997, os fluxos de capital privado do mundo desenvolvido para todos os mercados emergentes totalizaram US\$ 215,000 milhões. Um grande avanço nessa nova era da globalização, em comparação com o anterior a I Guerra Mundial. (FRIEDMAN, 2000, p. 196). (tradução nossa).

Friedman (2000), afirma ainda que a era atual da globalização não é apenas diferente em grau. Em alguns aspectos, também é diferente em espécie. A era da globalização anterior foi construída em torno da falha dos custos de transportes. Graças à invenção da ferrovia, do navio a vapor e do automóvel, as pessoas poderiam chegar a muito mais lugares mais rápidos e de forma mais barata. A era da globalização de hoje é construída em torno de queda dos custos de telecomunicações. Essas tecnologias também permitem que as empresas possam realizar diferentes partes da sua produção, pesquisa e marketing em diferentes países, mas ainda amarrá-los juntos por meio de computadores e de teleconferência como se estivessem em um só lugar.

No sentido econômico, conforme Chesnais (1996), o adjetivo 'global' surgiu no começo dos anos 1980, nas conceituadas *Business Management School*- (escolas americanas de administração de empresas)- de Harvard, Columbia, Stanford, dentre outras universidades. Seu início a nível mundial foi através da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e não demorou para que invadisse o discurso político neoliberal.

Assim, tem-se uma visão da globalização como um processo cíclico, que é referenciado por Therborn (1999), onde ele diz que a globalização, enquanto processo, apresentaria ciclos com mais ou menos incidências, concedendo o

apontamento de quatro momentos históricos. São eles: o período de ascensão do Império Romano, a época das Grandes Descobertas (séculos XIV e XV), a colonização europeia da África e da Ásia no século XIX, e o período que se inicia logo após a Segunda Grande Guerra Mundial.

O primeiro fato importante datado de globalização foi a quase dois mil anos, com a primeira expansão das religiões mundiais. Pode-se observar, que, segundo Gómez (s.d.), as instituições sociais e povos sofrem os impactos da globalização sem que necessariamente os padrões de pensamento e significação se adaptem aos fatos, e, quando adaptados, eles podem gerar aprovação ou rejeição. Ou seja, os impactos da globalização podem ocorrer também em instituições e povos que não estejam conscientes do processo em andamento.

Tomando como referencia a história econômica mundial, observa-se que o fenômeno da globalização é recente, não ultrapassando cinco séculos de existência. A sua origem foi com a expansão marítima europeia no século XV, e amadurece com a revolução industrial e as políticas imperialistas e colonialistas do século XIX, consolidando-se com a globalização neoliberal do século XX. Cada etapa apresenta seus contornos ideológicos e seus significados históricos. (SILVA; JUNIOR; 2008).

Nessa mesma linha de pensamento, Sen (2001), diz que a globalização não é nova, nem essencialmente ocidental, nem é uma maldição, visto que durante muitos e muitos anos tenha contribuído para o progresso do mundo através das viagens, do comércio, de imigração, das muitas influências culturais e da dispersão do conhecimento e do saber, incluindo a ciência e a tecnologia.

Mas o que é a globalização da economia? Ramos (s.d.), diz que trata-se da fase atual da economia mundial, definida pelo afluxo livre de mercadorias e serviços entre os países do mundo, através de um mercado global. Além disso, é o crescimento e aprimoramento do comércio, dos serviços, da área de informática e de telecomunicações, fortemente presente no sistema financeiro, proporcionando, também, um aumento do fluxo de capitais entre os países.

Em relação ao conceito, o termo globalização recebeu vários significados. Todos expressam um mundo sem fronteiras, que possibilita uma economia global para os mercados internos já saturados, com a intenção de aproximar as nações umas das outras, tudo isto, associado à expansão do capitalismo no mundo. Dentre

as várias definições para globalização, segundo Abílio *apud* Martínez (1997, p. 1, tradução nossa) o termo remete a:

[...] A nova fase do desenvolvimento capitalista, cujas características básicas são a desregulamentação dos mercados, processos de trabalho e mão de obra, a privatização das economias com base na mudança tecnológica voltada para o uso de microeletrônica e utilização generalizada de novas tecnologias, como a robótica, automação, tecnologia da informação, biotecnologia e biogenética.

A globalização refere-se a uma variedade de acontecimentos que estão rapidamente a mudar o mundo. A máquina que alimenta a globalização, portanto, é a economia global. No coração da economia global estão as políticas de privatização e desregulamentação, que os governos nacionais têm adotado em todo o mundo desde a década de 1980. De acordo com Bond (2002), termos como economia de mercado, igualdade, monetarismo, liberalismo, e neoliberalismo envolvem processos como a privatização e desregulamentação.

A globalização, em si, é um ponto complexo e abrangente. De acordo com Armada (2009), as principais críticas ao termo residem na sua abrangência e no fato de ser utilizado para definir as mais variadas situações. Neste sentido, Mancebo (2002, p. 02) afirma que:

O processo de globalização abrange uma variedade de fenômenos, tem gerado impactos diferenciados em diversas áreas econômico-financeira, comercial, cultural, social, dentre outras, mostra-se atravessando por um certo grau de ambivalência ou imprecisão, revelando-se como uma configuração histórica altamente contraditória.

Por outro lado, Chesnais (1996) diz que a chamada globalização da economia refere-se à nova forma gerada nas últimas décadas pelo processo de acumulação e internacionalização do capital e às restrições crescentes que seu funcionamento e suas forças dominantes determinam à soberania e à autonomia dos Estados nacionais. Por forças dominantes, de acordo com Chesnais (1996), tem se corporações transnacionais, e detentores do capital financeiro.

Presente num movimento de longa duração de reorganização dos espaços econômicos, essa nova forma é resultante de aceleradas mutações operadas em diversos âmbitos:

- a) tecnológico;
- b) político;
- c) geopolítico;
- d) microeconômico (estratégias de investimento, produção e comercialização em escala mundial, de firmas industriais e financeiras submetidas à competição livre de entraves e de todos contra todos);
- e) macroeconômicas (crescimento de novos países industrializados);
- f) e ideológico (hegemonia neoliberal).

Grande parte dos autores cita globalização como um processo revolucionário, desinente do avanço e do desenvolvimento tecnológico, ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, que tem alterado todos os setores da sociedade. De acordo com Moreira (2002), a globalização pode ser compreendida como sendo um processo social que opera no sentido de uma mudança na estrutura política e econômica das sociedades, acontecendo em ondas com processos de avanços e retrocessos separados por lapsos que podem durar séculos.

Do mesmo modo, Gómez (s.d.) orienta que a globalização não deve ser avaliada exclusivamente como um fenômeno econômico ou como um processo ímpar, e sim como uma combinação abstrata de processos repetidamente contraditórios, produtores de contendas e de novas formas de sedimentação e poder.

Convém ressaltar, também, a metáfora da fábrica global para descrever a globalização:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, vídeos, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos (SILVA; JUNIOR, 2008, p. 19.).

A primeira etapa de globalização, afirmam Silva e Junior (2008), foi resultado de grandes aplicações estatais e privadas em busca de novas rotas marítimas da

economia do mundo – Europa –, a caminho de outras economias mundiais – China, Índia, África e América. A visão empreendedora europeia extrapolava os limites geográficos do continente, visando exercer o controle da produção e do consumo nos outros mercados. Nas novas áreas conquistadas, foram desenvolvidas atividades de acordo com a capacidade de cada região. Na América, por exemplo, desenvolveram-se colônias de exploração ao Sul, baseadas na monocultura e no trabalho escravo indígena e africano; e ao Norte, colônias de povoamento, baseadas na propriedade de exploração familiar. Essas aquisições trouxeram para as populações nativas resultados não favoráveis, sobre à propriedade, liberdade, e às questões culturais, pois proporcionaram a expropriação de suas terras, a escravização e a destruição, em partes de suas culturas, e também, alimentar o tráfico negreiro, atividade que proporcionaria altos lucros para empresas europeias, além de consolidar o processo de miscigenação cultural nas terras conquistadas.

Com a criação das colônias, Silva e Junior (2008) apontam que se desenvolveu o comércio triangular entre a Europa, África e América, no qual o primeiro fornecia a manufatura, o segundo a mão-de-obra escrava e o terceiro os produtos coloniais. E foi assim que se consolidou o intercâmbio entre três das cinco economias do mundo. Já no século XV, Portugal Espanha, Inglaterra, França e Holanda são os países que se destacaram nessa etapa da globalização. A mesma se deu sob comando das monarquias absolutistas, que através da centralização política, mobilizavam recursos financeiros e militares, afim de alcançar todo e qualquer lugar do planeta em busca da ampliação de seus raios de ação e assim, estabelecer seus impérios, o que resultava em uma continua e incessante disputa com outras potências por novas rotas e regiões estratégicas.

Ao longo dos séculos, a economia do planeta foi sofrendo modificações e estruturando cada vez mais o papel da Europa enquanto economia mundial hegemônica, através do melhoramento das técnicas de produção e das novas forças políticas, chegando ao poder através das revoluções burguesas que marcaram a Europa nos séculos XVIII e XIX. Com a chegada das novas técnicas industriais e a ampliação do papel dos bancos na economia mundial, não temos mais dinastias mercantis regendo, e sim uma burguesia industrial e bancária que não consentia a doutrina mercantilista. Para essa burguesia, o ponto resolutivo para o desenvolvimento da economia era o livre mercado, escoltado pelos economistas

liberais. Assim os monopólios das companhias de comércio, as colônias, a escravidão, e o pacto colonial se tornaram elementos rejeitados no novo estágio da economia mundial. As práticas protecionistas não foram eliminadas, pois era preciso garantir às indústrias europeias um crescente mercado mundial, além de evitar possíveis concorrências vindas de outros países. (SILVA; JUNIOR; 2008).

Dois fatores principais, segundo Baumann (1996), desencadearam a globalização econômica: a liberalização dos intercâmbios de bens e serviços e a mobilidade praticamente ilimitada do capital. O primeiro tem origem nas condições positivas ao crescimento do comércio internacional após a Segunda Guerra Mundial, quando surgiu a noção de uma economia mundial em sentido estrito do termo, e, por outro, teve lugar uma alavancagem sustentada e contínua do volume do comércio internacional sem precedentes e em ritmo superior ao aumento da produção, aumento possibilitado pela remoção de barreiras tarifárias e outras promovida pelas diversas rodadas de negociações multilaterais no âmbito do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT). O segundo fator refere-se à passagem (em menos de duas décadas), de um mundo de autarquia financeira a um mundo de mobilidade do capital quase ilimitada, ou seja, a uma integração financeira global o qual funcionamento parece ser o fim da geografia.

A globalização também está associada ao surgimento do estado Neoliberal, que se originou no início do século XX na Inglaterra, e se consolidou no governo da Primeira Ministra Margareth Thatcher. Segundo Godoy (s.d. p. 06):

[...] em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita [...].

No início dos anos 1980, a Inglaterra sob comando de Thatcher, foi o primeiro país a adotar os princípios da privatização e desregulamentação. Os Estados Unidos, sob regência de Ronald Reagan, adentraram rapidamente nestes princípios, assim como em outros países em todo o mundo, que também mergulharam no caos econômico.

Conforme Ohmae (1996), as visões mais laudatórias da globalização, sublinham a possibilidade de lucro que se abre com o ajuste definitivo de uma economia mundial sem fronteiras, a oportunidade de multiplicar a capacidade de comunicação e administração em tempo real que a telemática permite e também, a necessidade de que essas forças privadas econômicas se comprometam à reformulação das formas de gestão e da atuação estratégica em escala planetária. O ponto de partida é que com a criação e expansão de uma economia global dominada pelas forças do mercado mundial, chegou-se ao fim do Estado-Nação como composição territorial efetiva para a governabilidade das atividades econômicas nacionais.

Para Robertson (1992), a globalização consiste na compressão do mundo e na intensificação da consciência do mundo como um todo, levantando três questões importantes: uma é que a globalização não é um estado integralmente novo, mas um processo de longa duração, qual a origem remonta às primeiras viagens dos exploradores europeus, e que se agiliza e se adentra na era contemporânea. Em segundo lugar, instituições sociais e povos sofrem os choques da globalização sem que os padrões de pensamento e designação se adequem aos fatos, e, quando adaptados, eles podem gerar ou aprovação ou rejeição; ou seja, essas instituições e povos podem não ser conscientes da globalização, mas não é por isso que serão menos afetados por ela, e, quando conscientes, não lhe respondem de maneira uniforme, mas diferenciada. Em terceiro lugar, o espaço foi comprimido, o que resulta que indivíduos, organizações sociais e comunidades ficam forçados a estabelecer contatos mais próximos e a reconhecer dependências mútuas .

Já Featherstone (1996), diz que o processo de globalização, mais do que favorecer o aparecimento de uma cultura global unificada, tende a prover um campo de expressão e de acentuação das diferenças, heterogeneidades, localismos, confrontos, fragmentação, sincretismo, hibridização das culturas, ou seja, tende a revelar a natureza multiforme e a extrema complexidade dos fenômenos culturais atuais.

Por outro lado, Gómez *apud* Giddens (s.d.), propõe uma definição da globalização como um fenômeno composto por processos originados na modernidade de acentuação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por

eventos que ocorrem muito distante e vice-versa. Ou seja, essas abordagens afirmam que a globalização trata da efetiva transformação do espaço e do tempo com implicações importantes para a análise.

O processo de globalização começou no final do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países estava em uma confusão econômica. Houve uma reorganização do espaço mundial, fazendo nascerem mudanças de ordem estrutural em diversas áreas. Segundo Souza (2011); isso se refere à explosão da globalização dentro de seus diversos aspectos, cultural, político, social, jurídico, e principalmente econômico. Os governos eram as únicas entidades grandes o suficiente para obter economias reparadas e em movimento novamente. Os governos assumiram o controle dos altos comandos das suas economias nacionais. Economias dirigidas por um governo foram baseadas na ideia de que o governo sabe melhor.

De acordo com Bond (2002); a década de 1980 e 1990 foram as décadas de inflação incapacitante e economias estagnadas. Na África e na América do Sul, a década de 1980 é referida como a década perdida. A Grã-Bretanha foi trazida a seus joelhos, e da crise cambial do México quase destruiu a economia global. E foi na década de 1990 quando o Japão, Sudeste da Ásia e da URSS caíram economicamente. A verdadeira causa da instabilidade econômica foi a disposição da fraternidade bancária global ao excesso de oferta de um sistema de dinheiro com defeito. Este foi discretamente ignorado. A culpa por problemas econômicos do mundo, de vez foi lançada sobre a interferência do governo e inépcia em economia.

Bond (2002), afirma ainda, que através da privatização e desregulamentação, os bancos e outras multinacionais poderiam agora então começar a comprar o controle das infraestruturas e empresas que haviam sido executados pelos governos nacionais por razões de segurança nacional. Os bancos e suas afiliadas multinacionais começaram a comprar as infraestruturas dos países, enquanto os governos assinaram de longe direitos nacionais de controle através de leis internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A globalização se expandiu entre as nações, também, através do sistema neoliberal. A implantação do Estado Neoliberal aconteceu ao longo dos anos 1990 no Brasil; durante o governo de Fernando Collor de Mello que viabilizou as privatizações através da intervenção mínima do Estado na saúde, na educação e na

economia, o que conseqüentemente implica em um Estado bom. A partir deste período começou a ocorrer no Brasil uma grande liberalização comercial, através da diminuição de tarifas, e o crescimento das exportações, especialmente de produtos básicos, e o aumento das importações, exceto para os setores de tecnologia de ponta (acreditava-se que era essencial o país investir neste setor). (SOUZA, 2011).

Traduz-se, assim, de acordo com Plihon (2007), que a globalização foi e é uma liberalização dos mercados, com a abertura das fronteiras: primeiro a abertura externa dos mercados nacionais; mas de semelhante modo, rompimento dos compartimentos existentes: mercado monetário, mercado financeiro, mercado cambial e mercados a prazo.

2.2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

Outra dimensão essencial da globalização da economia é a ótica financeira, através dos intensos fluxos de capitais nos mercados financeiros, em bolsas de valores, fundos de investimentos, derivativos etc. Nesta virada de século, o tema da Globalização Financeira tem sido analisado por uma abundante literatura. E isso não é sem razão, pois os fenômenos financeiros estão assumindo esta centralidade, alcance e intimidade a tal ponto, que segundo Corazza (2005), o adjetivo “financeiro” assumiu a propriedade de um substantivo “financeirização”.

A financeirização da economia se expressa de varias maneiras:

- a) valorização financeira maior que o crescimento do Produto Interno Bruto Real (PIB Real), é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base, eliminando assim o efeito da inflação, conforme a ADVFN, 2013);
- b) como lógica, concorrência e macroestrutura financeiras, que abrangem e submetem a dinâmica da acumulação real;
- c) como procedimento de globalização e integração dos mercados financeiros, que ignoram fronteiras e poderes nacionais, do modo em que esses mercados inutilizaram suas referências espaciais, concebendo mais a forma de redes articuladas de fluxos financeiros, sem terras, que operam sem parar, em tempo real;

d) enfim, as próprias crises financeiras se tornaram autônomas e passaram de vez a ser causas das crises econômicas verdadeiras. De veras, tudo se passa como se vivêssemos sob o arbítrio da riqueza impalpável, de feito monetário, financeiro e fictício.

O processo de globalização é movido por três fatores interligados, conforme Corazza (2005, p. 01):

O acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e finalmente, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Neste contexto, o próprio ciclo econômico real assume forma errática e passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros.

Já para Gonçalves (1998), a globalização financeira é caracterizada a partir de três processos distintos: o aprofundamento da disputa nos mercados de capitais no mundo, o aumento dos fluxos de recursos financeiros entre os países e uma maior relação entre os sistemas financeiros dos países. No aprofundamento da disputa no mercado entre os países, existe uma forte rivalidade e concorrência entre os bancos e as organizações não-bancárias nos negócios no quesito do mercado financeiro mundial.

Na mesma linha de pensamento, Gonçalves (1998) esclarece que, a segunda visão da globalização financeira é o aumento nos fluxos de recursos financeiros na economia mundial através de empréstimos e investimentos de portfólio em um período de 10 (dez) anos (entre 1987 e 1996). Ocorreu um aumento significativo nos fluxos financeiros, de US\$ 395 bilhões (1987) para US\$ 1.597 bilhões (1996), uma taxa anual de crescimento de 17%. Este crescimento no fluxo financeiro entre países por volta da década de 1980 e 1990 foi significativo, por causa do aumento na emissão de títulos e de ações entre economias desenvolvidas e economias em desenvolvimento, por exemplo, no Brasil.

O processo da globalização financeira expressado por Gonçalves é a asseveração da relevância da interligação dos sistemas financeiros nacionais no mercado financeiro global:

Nesse sentido, um indicador importante é o diferencial entre as taxas de crescimento das transações financeiras internacionais e nacionais. Assim, por exemplo, nos cinco primeiros anos da década de 90 o estoque de bônus emitidos nos mercados de capitais dos países desenvolvidos cresceu a uma taxa média anual de 9%, enquanto o estoque dos bônus emitidos no mercado internacional de capitais por esses países cresceu 12%. A participação de títulos estrangeiros na carteira dos fundos de pensão norte-americanos aumentou de 0,7% em 1980 para 10,3% em 1993 e, no caso dos fundos de pensão britânicos esse aumento foi de 10,1% em 1980 para 19,7% em 1983; e o aumento correspondente para os fundos de pensão japoneses foi de 0,5% em 1980 para 9,0% em 1993. (GONÇALVES,1998, p. 149 – 150)

De acordo com Ramos (s.d.), a globalização da economia traçada no neoliberalismo econômico resguarda a liberdade de mercado e a redução da cooperação do Estado na economia. A rude diferença entre a estima rápida dos papéis no mercado financeiro, sem lastro, e a economia real, conduzem o capitalismo a começar de uma expectativa desfavorável da economia a uma intensa crise econômica, em algumas etapas de curta existência, mas de importante impacto nos negócios.

Há uma contraposição entre o enunciado neoliberal, a defesa na minimização do Estado e a ação dos governos para preservar empresas privadas em períodos de forte crise no mercado financeiro, como ocorrido, por exemplo, em 2008, nos Estados Unidos da América. O Estado aumenta o endividamento para assumir os prejuízos vindos da financeirização da economia. Assim, aumenta a crise e os desacordos do capitalismo atinentes a sua própria coerência (RAMOS s.d.).

A mundialização financeira provoca mudanças bruscas nas economias e choques financeiros. De acordo com Chesnais (2005, p. 48):

Viu-se também os choques financeiros, com frequência provocados diretamente pelas retiradas brutais dos investimentos estrangeiros, propagarem-se de maneira contagiosa, atingirem funções essenciais do sistema financeiro – em primeiro lugar os mecanismos de criação de crédito – e estenderem-se muito rápido sobre a esfera da produção e das trocas. Para outros Estados ou territórios formalmente soberanos ou autônomos, confere-se o papel de paraísos jurídicos e fiscais. As empresas e os particulares ricos neles podem organizar a evasão fiscal, e os fundos provenientes do comércio de drogas e de todas as atividades mafiosas podem ali começar as primeiras fases críticas da lavagem de dinheiro.

Juntamente com as políticas de liberalização financeira, outras forças tiveram um papel importante na aceleração do processo de globalização financeira desde o início dos anos 1980: De um lado vê-se a evolução da demografia nos países desenvolvidos. Do outro lado, vê-se o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). As NTIC auxiliaram de forma significativa para a globalização dos mercados por três principais efeitos, de acordo com Plihon, 2007:

- a) a aceleração da circulação da informação ao planeta;
- b) a conexão em rede das empresas no mundo devido à informática; e
- c) aos novos meios de comunicação; o desenvolvimento da economia imaterial e virtual não localizada e difícil de controlar (paraísos fiscais, por exemplo).

O tamanho e os impactos do fenômeno financeiro dos últimos tempos não têm antecedentes históricos. Mas nas últimas décadas do século XX, houve uma revolução financeira global. Nota-se, que os sinais evidentes desta revolução são o rápido crescimento dos mercados financeiros, desagregados da produção e do comércio internacionais. Percebe-se um volume eminente e progressivo de acordos financeiros globais no Euro Mercado, altas transações cambiais, crescentemente separados e influentes sobre quantidade da produção e do comércio.

Apesar de importante no fim do século XIX e começo do século XX a atividade financeira privada internacional era sucinta durante a crise de 1930 até o fim dos anos 1950. Esta atividade começou a ganhar importância e a crescer a taxas realmente significativas no final da década de 1950. As atividades cambiais (não importantes em 1960) chegavam a um trilhão de dólares por dia, o que denota mais ou menos 40 vezes o valor dos negócios comerciais, em 1990. Depois disso e até hoje, os negócios financeiros e cambiais estão cada vez mais se desenvolvendo em uma proporção, velocidade e autonomia que não mantém mais nenhuma relação com as atividades produtivas e comerciais. (CORAZZA, 2005).

Para Moffit (1984), de veras, o ponto principal e o principal processo para a globalização financeira foi a criação do Euro Mercado. A criação do mesmo foi a essência da globalização financeira, visto que representou a formação de um mercado mundial de moeda “sem pátria”. O Euro Mercado (um mercado interbancário) converteu o caráter da atividade bancária, quando uniu mercados

financeiros nacionais privados e livres dos Bancos Centrais. Representou o contexto financeiro mais liberal que já se teve notícia. Apesar de sua criação resultar da pressão de três finanças privadas, Helleiner (1994) afirma que o Euro Mercado era inteiramente dependente dos Estados Unidos da América para agir e o Banco da Inglaterra foi o grande padrinho.

Do mesmo modo, Corazza (2005), diz que um fato muito importante para a globalização financeira, depois de criado o Euro Mercado, foi a acumulação de um estoque de riqueza monetária e financeira como nunca havia tido outra igual na história do capitalismo. A construção deste estoque se deu através, no princípio, pela emissão de dólares necessários para financiar a reconstrução europeia e japonesa. Logo em seguida, para cobrir o déficit comercial americano. *A posteriori*, tal riqueza assumiria um papel abstrato, mas depois, se viu de uma forma plurimonetária, com a inserção de outras moedas conversíveis. Pode-se representar a riqueza financeira, sobretudo, pelos títulos da dívida pública dos Estados Unidos, além de incluir também moedas e títulos de outros países centrais. Dois fatores muito importantes para a contribuição do crescimento deste estoque de riquezas, que Corazza (2005) avalia, são as crises do petróleo, de 1973 e 1979, e a crise das dívidas dos países periféricos, que aconteceu no final da década de 1970 e no início da década de 1980. Esta última foi acentuada pela forte alçada das taxas de juros do dólar, em 1979.

Como um fator propulsor da globalização financeira, Corazza (2005) diz não se pode deixar de citar a adoção das taxas flexíveis de câmbio, em 1973, de modo que deixou a fixação do valor alusivo das moedas devotado aos movimentos especulativos de capital. Essas taxas flexíveis de câmbio, supostamente tinham ajustar de modo delicado as contas externas, fazendo refletir mudanças econômicas fundamentais do país. Mas, efetivamente, depois de 1973, as taxas de câmbio inclinaram a mover-se de modo errôneo e em grande parte das vezes sem relação com os seus fundamentos expressos nas contas do Balanço de Pagamentos. Como resultado, tais taxas mudam conforme testes irracionais de negociantes do dinheiro e de seus proprietários ativos. Os fluxos de capitais permitem que as taxas de câmbio flexíveis, diferente de apartar as economias domésticas das pressões dos mercados externos, as sujeitem continuamente a novas restrições.

Do mesmo modo, outro indispensável momento do processo de globalização financeira para Corazza (2005) foi o desastre das tentativas de coordenação das políticas macroeconômicas referentes ao câmbio e aos juros, ocorridos em especial entre Estados Unidos, Alemanha e Japão, nas décadas de 1970 e 1980. Este momentâneo sucesso e esforço se desfecham em um grupo de procedimentos e acordos históricos, nos quais as soberanias monetárias dos países centrais tentaram resolver os problemas vindos com o fim das regras do Acordo de Bretton-Woods; que é explicado por Datheïn (2005, p. 02):

O padrão ouro, teoricamente, determinava regras de criação e circulação monetária em nível nacional e internacional de modo que a emissão de dinheiro seria baseada no estoque de ouro e teria livre conversão nesse metal, enquanto os pagamentos internacionais seriam feitos em ouro, e as taxas de câmbio entre as moedas seriam proporcionais ao seu lastro em ouro. Desta forma, ocorreria um ajuste automático dos desequilíbrios dos balanços de pagamento, pois seriam gerados um fluxo internacional de ouro e uma adaptação da oferta monetária, o que provocaria uma reação dos preços internos e o correspondente ajuste da competitividade internacional do país em desequilíbrio.

A história econômica mundial passou por momentos decisivos e importantes com a Globalização Financeira, mas para Batista Jr. (1998) não há grandes novidades nesses fenômenos globais. Ainda classifica que tais transformações são recorrentes na história do capitalismo. Para ele, o capitalismo sempre operou dessa forma e a globalização financeira não passa de um mito.

Já para Harvey (1994), não se pode fingir que nada houve e nada aconteceu ou nada mudou. O que parece realmente novo é o nascimento e a transformação dos mercados financeiros, a qual se desfecha no surgimento de novos instrumentos financeiros, junto do perfeccionismo e coordenação em escala global, sem falar no grau de autonomia adquirida face à produção. Para ele, tal situação não tem precedentes na história do capitalismo.

A análise do processo de globalização financeira aparenta, especialmente, dar razão à análise keynesiana da finança. Nota-se que a globalização financeira, de um lado, não permitiu resolver por inteiro o problema da afetação dos recursos financeiros mundiais, do outro lado, acentuou a vulnerabilidade da economia mundial, provocando crises financeiras graves e recorrentes (PLIHON, 2007).

Conforme Plihon (2007) pode-se classificar os países em três grupos: os países desenvolvidos, os em desenvolvimento e os países emergentes. Sem questionamentos, a maior parte dos fluxos financeiros internacionais encontra-se entre os principais países desenvolvidos (Alemanha, Irlanda, Canadá, EUA, Holanda, Inglaterra, etc.). A maior parte dos fluxos financeiros internacionais concentra-se entre os principais países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento representam 80 % da população mundial, e captam apenas uma pequena percentagem dos capitais que, ano a ano, circulam através do planeta.

Do mesmo modo que no século XIX para os países do Novo Mundo, a atual globalização favoreceu o desenvolvimento de um grupo de países, os chamados "mercados emergentes", que conseguiram inserir-se na divisão internacional do trabalho. Apesar disso, estes países emergentes, localizados a maioria na Europa Central e Oriental, Ásia e América Latina (e que estão quase ausentes do continente africano), são apenas alguns. Isso mostra que a grande maioria dos países em desenvolvimento não usufruiu da globalização, e pauperizou-se mesmo em termos relativos e, algumas vezes, até em termos absolutos, se comparado aos países desenvolvidos e emergentes. (PLIHON, 2007).

Ademais, Faria (2004) diz que, em relação à globalização financeira, o sistema financeiro desfrutou a expansão tecnológica na área da informática e o crescimento das telecomunicações para informatizar sua rede operacional. Assim, foi possível acrescer a velocidade dos fluxos de recursos e da circulação de capitais, favorecer o acesso a distintos mercados, e assegurar o alcance de vantagens crescentes para os investidores a cada flutuação nos valores das ações e nas taxas de câmbio e de juros.

A respeito da Globalização produtiva, Gonçalves (1998), diz que a mesma é caracterizada por três processos distintos: o crescimento da internacionalização da produção; o aumento da concorrência em escala internacional; a intensificação da interligação entre as estruturas de produção nacional. A globalização produtiva para um país é captada pelo investimento externo direto e contratos, ao mesmo tempo em que a movimentação da balança comercial (exportações e importações) é a participação do país no comércio internacional.

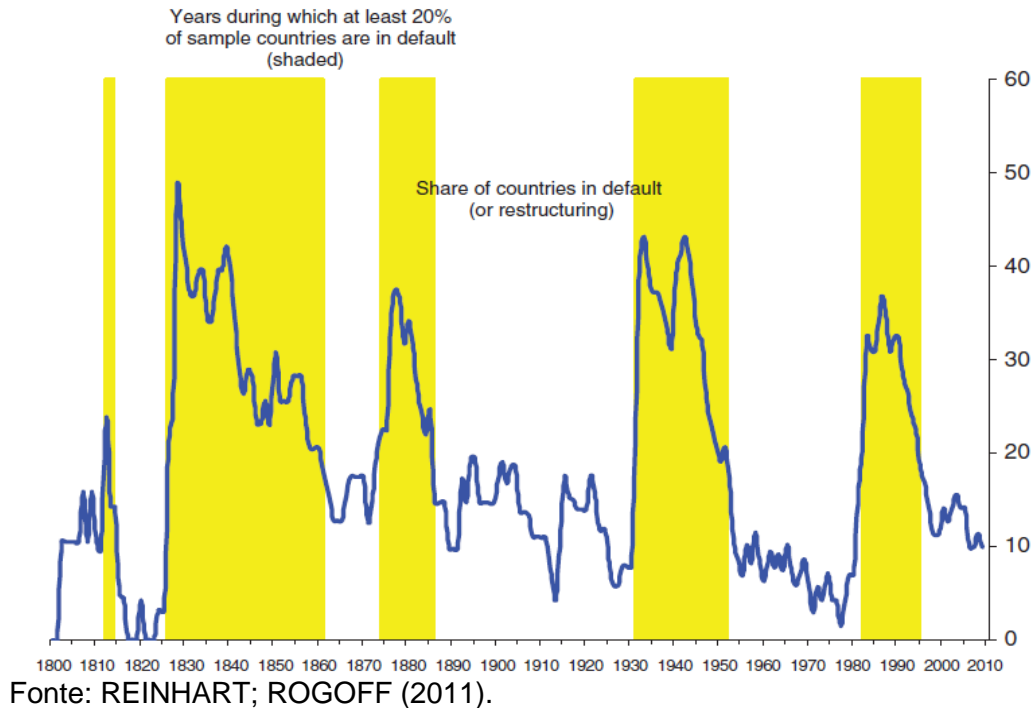
2.3 CRISE MUNDIAL ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008

A maioria dos economistas, quando o assunto é crise econômico/financeiro mundial, considera a Grande Depressão de 1929 como a maior tragédia nesse sentido. A depressão originada nos EUA, após a queda nos preços das ações, que começou por volta de 04 de setembro de 1929, e virou notícia em todo o mundo com o acidente de 29 de outubro de 1929. A figura abaixo mostra o golpe no dia a dia do mercado de mais famoso da história dos EUA. Este, que se refere ao crash da bolsa na segunda-feira negra / Terça-Feira Negra, em 28 de outubro e 29 de outubro de 1929, mas esta foi apenas uma sequência de dois dias dentro de um mercado, que durou três anos. Ele foi seguido pela depressão dos anos 1930, e levou décadas para os populares médias do mercado de ações para se recuperar.

Conforme Rogoff (2011), para o mundo como um todo o período de 2003-2009 pode ser visto como uma calma típica que se segue de grandes crises financeiras globais. A Figura abaixo mostra parcelas das crises para os anos de 1800-2009, onde a porcentagem de todos os países independentes em estado de omissão ou reestruturação durante um determinado ano. Além das calmarias, há longos períodos onde uma porcentagem elevada de todos os países estão em um estado de *default* ou reestruturação.

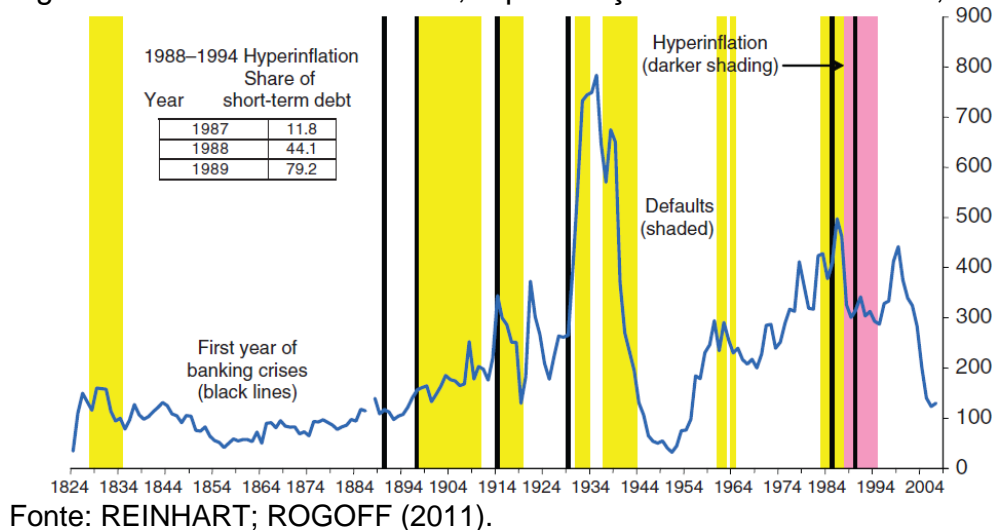
De fato, há cinco picos pronunciados ou ciclos padrão na figura. O primeiro é durante a guerra napoleônica. A segunda vai da década de 1820 até o final da década de 1840, quando, às vezes, quase metade dos países do mundo estavam no padrão (incluindo toda a América Latina). O terceiro episódio começa no início dos anos 1870 e tem a duração de duas décadas. O quarto episódio começa na Grande Depressão da década de 1930 e se estende até o início dos anos 1950, quando quase a metade de todos os países estavam em *default*. O ciclo padrão mais recente engloba as crises de dívida de mercados emergentes de 1980 e 1990.

Figura 1 - Parcela das grandes crises globais



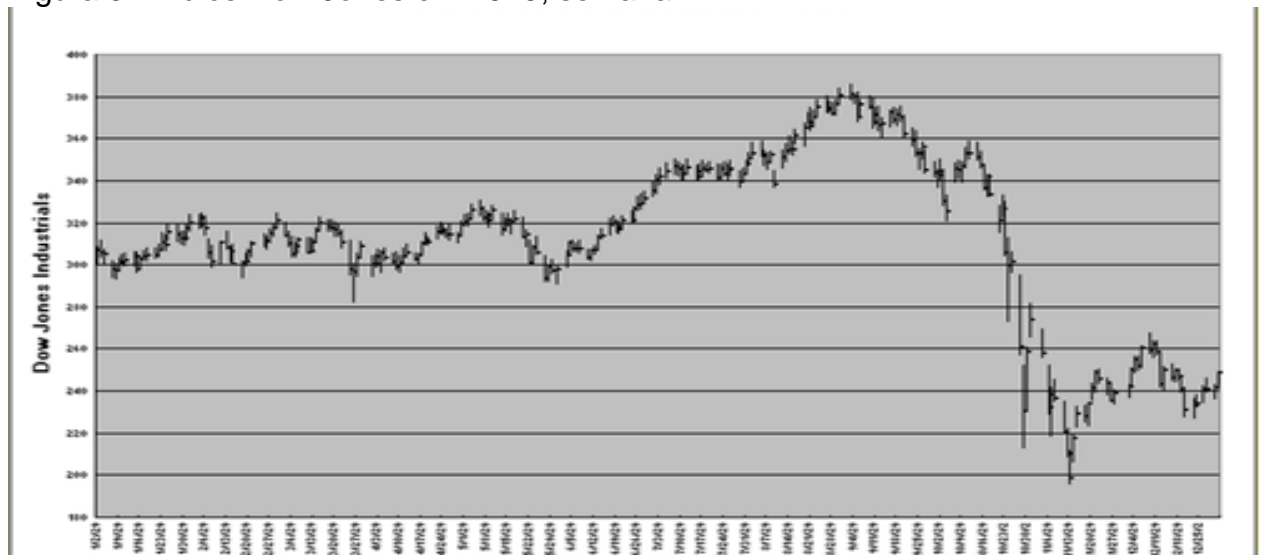
A evidência mais convincente deste padrão de série de crises e problemas financeiros vem de países com histórias individuais, como o Brasil, em destaque na figura 1. As informações de países apresentadas na figura fornecem evidências de base ampla que cortes padrão de série em todas as regiões e ao longo do tempo. O aumento marca certos na véspera de uma crise da dívida, crise bancária, ou ambos são bastante evidentes na maioria dos episódios na linha do tempo para o Brasil:

Figura 2 - Brasil: Dívida externa, Hiperinflação e Crises bancárias, 1824 - 2009



Na fase de queda em 1929, a queda de dois dias para o Dow Jones Industrial Average (DJIA) foi de 23,6%. Para fins comparativos, a um pouco mais lento do acidente de 2008 DJIA 10,850.66 em 30 de setembro de 2008, para 8,451.19 em 10 de outubro de 2008 foi de 22,1%. A queda total de mercado 1929-1932 foi de 89,2%. O mercado atual, que começou a partir do topo DJIA de 14,164.53 em outubro de 2009 (ROGOFF, 2011).

Figura 3 - Índice Dow Jones em 1929, semanal

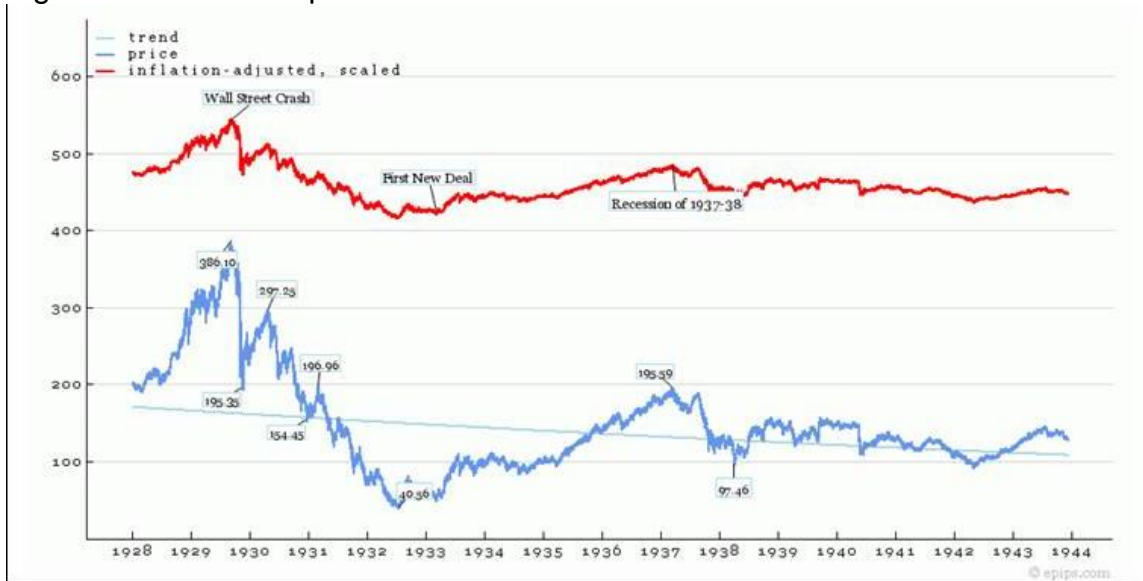


Fonte: ROGOFF (2011)

Segundo Rogoff (2011), o Dow Jones caiu de uma alta de 386,10 em 03 de setembro de 1929 para uma baixa de 40,56 em 08 de julho de 1932, uma queda nominal em massa de 89,5% e 87,5% ajustado pela inflação. O mercado não iria recuperar a 1929 os preços nominais novamente até a década de 1950, alguns 25 anos mais tarde. Em termos ajustados pela inflação, o preço de mercado de um investimento médio feito em 1929 não seria o ponto de equilíbrio novamente até 1960, cerca de 31 anos mais tarde.

Quando se trata da grande depressão de 1929, esta mesma teve efeito significantes sobre diversos países, tanto ricos como países pobres, que foram duramente atingidos, fazendo declinar a economia da maioria desses países atingidos.

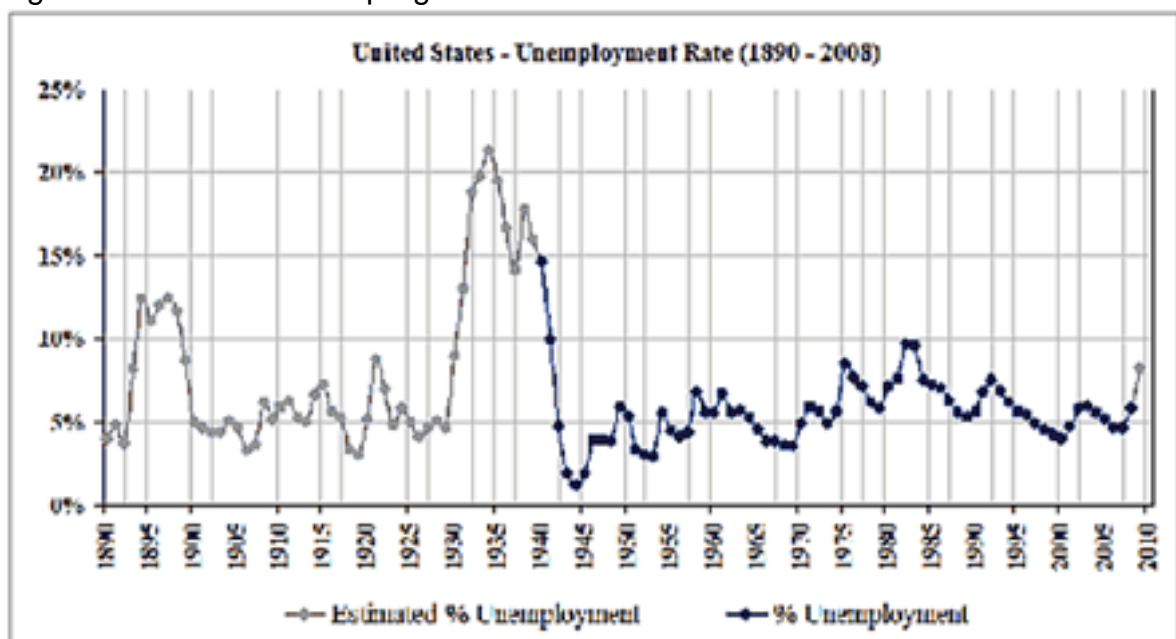
Figura 4 - Grande Depressão de 1930 nos Estados Unidos



Fonte: EPIPS (s.d.)

A Grande Depressão, segundo Santos (2009) teve efeitos devastadores nos países ricos e pobres. A renda pessoal, a receita fiscal, os lucros e os preços caíram, enquanto o comércio internacional despencou mais de 50%. Quanto as taxas de desemprego, nos Estados Unidos, o desemprego subiu para 25%, como podemos perceber na figura a seguir:

Figura 5 - Taxa de desemprego nos Estados Unidos de 1890 a 2008



Fonte :SANTOS (2009).

Cidades de todo o mundo foram duramente atingidos, especialmente as que dependem da indústria pesada. A construção foi praticamente interrompida em muitos países. Agricultura e as zonas rurais sofreram como os preços das safras caíram cerca de 60%. Diante da demanda em queda livre, com poucas fontes alternativas de emprego, áreas dependentes de indústrias do setor primário, como culturas de rendimento, mineração e extração de madeira o que mais sofreu. Algumas economias começaram a se recuperar em meados da década de 1930. Em muitos países, os efeitos negativos da Grande Depressão durou até depois do fim da II Guerra Mundial. (The Big Board: A History of the New York Stock Market-2000).

Juntos, governo e empresas gastaram mais no primeiro semestre de 1930 do que no período homólogo do ano anterior. Por outro lado, os consumidores, muitos dos quais sofreram severas perdas no mercado de ações do ano anterior, cortaram seus gastos em dez por cento. Da mesma forma, a partir de meados de 1930, uma grave seca devastou o coração agrícola de os EUA.

Em meados de 1930, as taxas de juros caíram para níveis baixos, mas a deflação e a relutância contínua de pessoas esperado para emprestar significava que os gastos dos consumidores e os investimentos estavam deprimidos. Em maio de 1930, as vendas de automóveis caiu para abaixo dos níveis de 1928 . Os preços em geral começou a declinar, embora os salários manteve-se estável em 1930; mas então uma espiral deflacionária começou em 1931. As condições eram piores nas zonas agrícolas, onde os preços das commodities despencaram, e em áreas de mineração e madeiras, onde o desemprego era alto e havia poucos outros trabalhos.

O declínio na economia dos EUA foi o fator que puxou para baixo a maioria dos outros países no início, depois fraquezas internas ou pontos fortes em cada país tornou as condições pior ou melhor. Tentativas frenéticas para escorar as economias de nações individuais, através de políticas protecionistas, como o 1930 US Smoot-Hawley Tariff Act e tarifas retaliatórias em outros países, exacerbou o colapso do comércio global. No final de 1930, um declínio na economia mundial havia se estabelecido, o que não chegou a fundo até 1933.

Na maioria dos países do mundo, a recuperação da Grande Depressão começou em 1933. Nos EUA, a recuperação começou no início de 1933, mas os EUA não retornou a 1929 PNB para mais de uma década e ainda tinha um desemprego taxa de cerca de 15% em 1940, embora abaixo da alta de 25% em 1933. A medição da taxa de desemprego neste período de tempo era pouco sofisticado e complicado pela presença maciça de subemprego, em que empregadores e trabalhadores envolvidos em racionamento de empregos. A recuperação depois de 1932 1933 se dá de maneira: Dispersa. Enquanto algumas indústrias são logo recolocadas sobre os trilhos, como as da Europa setentrional, do Japão e dos raros países periféricos apresentados na tabela, algumas continuam desaceleradas, como em primeiro lugar nos Estados Unidos, no Canadá nos grandes países industriais como a Alemanha, a apesar da mobilização nazista, na França e nas demais nações européias (Tchecoslováquia e Polônia).

Figura 6 - Investimentos em relação ao PIB para alguns países de 1925 a 1938 (em % do PIB)

	Alemanha	França	Itália	Suécia	Reino Unido	Canadá	Estados Unidos
1925	13,7	15,2	18,9	11,4	9,1		19,3
1926	13,6	15,2	19,2	11,8	8,4	15,7	19,2
1927	14,6	14,7	17,5	11,6	8,7	17,4	18,8
1928	14,5	17,5	16,7	12,4	8,9	19,2	18,4
1929	12,7	18,3	17,2	12,7	8,8	21,9	17,6
1930	11,8	20,8	17,6	13,4	8,9	20,1	15,9
1931	8,9	19,1	15,8	14,3	8,5	17,1	13,0
1932	7,5	16,4	13,3	12,1	7,3	11,6	9,3
1933	8,7	15,7	14,4	11,0	7,2	9,1	8,8
1934	12,3	14,6	15,6	13,8	8,6	10,1	10,5
1935	15,1	14,7	17,1	16,2	9,1	11,4	11,3
1936	16,1	15,3	18,5	16,5	9,9	12,3	14,5
1937	17,0	15,6	16,9	18,7	10,6	15,4	14,8
1938		13,4	15,9	18,9	11,5	14,3	14,0

Fonte: IPM (2010)

Contudo, a crise de 1929 foi o resultado da impaciência dos empresários e investidores. Foi uma das piores crises enfrentadas por diversos países, onde houve situações desesperadoras, porém o governo não interviu. No que se refere à indústria de produções, houve melhoras, com a divisão do trabalho, a aceleração de serviços se ampliou e a produção de determinadas fábricas dobrou. Antes da crise

muitas empresas aumentaram o patrimônio ao ponto de mostrar aos investidores que era viável à compra de ações de tal empresa, o que acarretou muitos investimentos na bolsa, resultou em uma inflação em alta e acabou causando a crise de 1929.

Foram regularizados os valores do Dow Jones tanto em dias quanto em valores para a recessão de 1929 e para atual crise de 2008-2011, assim, pode-se ver porque os estrangeiros estão voltando, conforme a figura 7 Abaixo. Por assim dizer, o tempo vai de zero a um nas duas crises, com os valores do Dow Jones regularizados pelos seus ordenados máximos, também indo de zero a um.

É visível o que o Federal Reserve fez com o índice Dow Jones. Com dinheiro aplicado no mercado na recompra de títulos, os valores do Dow Jones se elevaram em 2009-2011, diferentemente de 1929-1930. Apesar de tudo isso, o desemprego não caiu. O dinheiro que o FED despejou no mercado foi direto para Dow Jones e não para as empresas que poderiam gerar empregos.

Figura 7 - Comparação Dow Jones de 1929 e 2011



Fonte: DOWJONES (2011).

A velocidade do processo de globalização financeira conduziu, equidistante, o aumento da instabilidade à escala planetária. Estes fenômenos de instabilidade e de crise financeira não são novos. Plihon (2007) aponta que no século XX, têm-se as três formas principais de crises financeiras: as crises cambiais, a queda da bolsa, e as crises bancárias. A queda da bolsa se caracteriza por uma descida brutal das

cotações logo após um movimento impetuoso de desconfiança que coordena a maior parte dos operadores a vender seus títulos. As crises cambiais se desfecham em uma baixa ríspida da cotação das moedas, após ataques especulativos. As quedas da bolsa mais conhecidas são as de 1929 e as de 1987 que eclodiram na praça financeira de New York e se reproduziram às outras praças financeiras. Sobre as crises bancárias, assumem a forma de pânicos dos depositantes e de falências bancárias em continuidade.

O recente período conhece a aceleração da instabilidade financeira de todas as maneiras. Desde o início dos anos 1990, as crises bancárias e as crises cambiais proliferaram-se, na Europa (crise do Sistema Monetário Europeu de 1992 - 1993), ou nos países emergentes da Ásia, da Europa Central e Oriental ou da América Latina. Estas crises foram mais intensas nos países emergentes, onde se caracterizaram por crises "gêmeas", devido estarem relacionadas juntamente com as taxas de câmbio e com os bancos. (PLIHON; DEHOVE; BOYER 2004).

Alguns impactos gerados pela globalização e globalização financeira, descritas anteriormente, puderam e ainda podem ser observados com a recente crise financeira mundial. Apesar de todos os progressos tecnológicos, o planeta vem convivendo com uma crise financeira sem precedentes. As sequelas planetárias desta crise só foram possíveis graças ao nível atual do processo de globalização (ARMADA, 2009).

A primeira década do milênio atual ficará para sempre estampada pela crise financeira que se espalhou pelo planeta e exigiu soluções e respostas rápidas e agressivas de suas principais economias. Armada (2009) diz que o momento que o mundo está enfrentando no início deste século XXI é mais uma crise Capitalista, assim como inúmeras outras que já existiram e várias outras que, provavelmente ainda existirão.

A crise financeira global de 2008 é apontada por vários economistas como a mais grave desde a Grande Depressão da década de 1930. Algumas das melhores instituições financeiras do mundo entraram em colapso ou foram nacionalizadas, enquanto muitas outras sobreviveram apenas com apoio estatal maciço. Mais do que qualquer outro colapso financeiro no período do pós-guerra, a crise afetou os principais centros financeiros em todo o mundo. Também gerou um colapso do

comércio internacional mais grave do que qualquer outra desde a década de 1930, e uma desaceleração econômica mais ampla que envolveu todas as regiões do globo.

Para Conceição (2009) os bancos norte-americanos ofereciam os chamados “creditos subprime” para os interessados nas operações de financiamentos imobiliários, por exemplo, que eram operações de juros altos; mais precisamente a pessoas com um histórico não muito bom no quesito creditício. Em meio a tantos créditos que estavam sendo disponibilizados, as companhias hipotecárias não tiveram outra opção a não ser recorrer ao dinheiro dos investidores de Wall Street para poder ampliar ainda mais as concessões de empréstimos. Logo em seguida, ocorreu a securitização do processo, demonstrado pela mudança das hipotecas em papéis negociáveis de mercado. O que aconteceu foi que muitos bancos de investimento negociaram esses papéis no mercado internacional, o que levou muitos investidores e grandes bancos a pegar esses papéis a título de investimento rentável.

Depois disso, verificou-se conforme Conceição (2009) a alta dos imóveis nos Estados Unidos, que mesmo enfrentando altíssimas taxas de juros e nem um pagamento de entrada, conduziram a exorbitantes números de inadimplências. Alguns economistas chamaram esse acontecimento de bolha habitacional.

De acordo com Armada (2009), a crise financeira internacional, se originou em meados de 2007, no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco (subprime). A mesma contraiu tamanha proporção que se tornou, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em uma crise sistêmica. O desdobramento da crise colocou no alvo a arquitetura financeira internacional, de modo que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira atualmente em vigor, além de por em questão a sobrevivência de um perfil específico de instituições financeiras.

Conforme Armada (2009), a crise iniciada no mercado imobiliário americano e potencializada pelo mercado de derivativos conseguiu contaminar quase que todas as economias do planeta, devido, basicamente, a dois fatores essenciais: o nível de inserção dos diferentes países no comércio internacional e o altíssimo grau de entrelaçamento dos mercados de capitais mundiais. Esta atual crise capitalista não se assemelha as demais pela sua capacidade de produzir impactos globais.

Devido a isso que sempre se fala na crise atual com referência na crise de 1930, há uma preocupação natural com o aumento nos índices de desemprego e, especialmente, com medidas protecionistas que possam vir a ser adotadas pelos países na tentativa de proteger seus trabalhadores. Os impactos globais desta nova crise capitalista são muito maiores do que as cifras e as estatísticas de desemprego. Não há como mensurar, por exemplo, as consequências sociais deste novo contingente de miseráveis a ser produzido pela crise. O que se sabe é que esta crise só foi possível e só pôde tomar os contornos que tomou em função da Globalização (ARMADA, 2009).

Já Krugman (2009) afirma que o grande *boom* habitacional nos Estados Unidos começou no terceiro trimestre de 2005. Quando a alta dos preços foi tanta a ponto de impossibilitar a aquisição de casas por grande parte das famílias, as vendas começaram a retardar. Mas apesar disso, os preços continuaram subindo. Em 2005, depois que subseqüentemente os preços das casas vinham registrando altas a cada ano, os vendedores contavam com a continuidade da tendência; por isso da continuação dos valores cada vez mais altos, apesar de a essa altura as vendas já estarem em queda.

Como já era de se esperar, no fim do segundo trimestre de 2006, a fragilidade do mercado ficava cada vez mais exposta. Primeiro, os preços caíram lentamente, para depois entrarem em um ritmo acelerado, quase que em queda livre. No segundo trimestre de 2007, conforme Krugman *apud* Case-Shiller, a queda no momento era de 3% se comparado com o auge do ano anterior. Não obstante, nos 12 meses seguintes, os valores cederam mais de 15%. Claramente, a decadência foi muito mais acentuada em regiões que haviam se exposto mais a essa tendência, por exemplo, no litoral da Flórida, Estados Unidos.

Conquanto, apesar de pequenos, as primeiras quedas de preços já foram suficientes para sacudir as bases em que o surto de empréstimos *subprime* se encontrava. E logo que os preços começaram a cair, ao contrario do que se imaginaria, as vendas começaram a cair junto, e o índice de inadimplência só aumentava. As reestruturações das dividas, para a maioria das situações, estava fora de contexto. Isso gerava onerosas execuções de hipotecas, e os títulos lastreados em empréstimos *subprime* de converteram em investimentos muito ruins, quando o boom habitacional começou a enfraquecer (KRUGMAN, 2009)

A maioria dos analistas da Crise, ligam a crise de crédito para a hipoteca negócio *subprime*, nas quais os bancos norte-americanos deram empréstimos de alto risco para pessoas com um histórico de crédito ruim. Funcionou da seguinte maneira: esses e outros empréstimos, títulos ou ativos são agrupados em carteiras - ou obrigações de dívida colateralizada (CDOs) - e vendidos a investidores em todo o mundo. A queda dos preços das casas e a subida das taxas de juro levam a um elevado número de pessoas que não podem pagar suas hipotecas. Os investidores sofrem perdas, tornando-os relutantes em assumir mais CDOs. Os mercados de crédito congelaram e os bancos ficaram relutantes em emprestar uns aos outros (SCHULZ, 2010).

Os bancos federais dos EUA (USA Federal Bank) e do Banco Central Europeu tentaram reforçar os mercados monetários disponibilizando fundos para os bancos para empréstimos em condições mais favoráveis, de acordo com Schulz (2010). As taxas de juros foram cortadas para tentar encorajar os empréstimos. Mas a curto prazo, não resolveu a crise de liquidez - ou disponibilidade de dinheiro para os bancos - como os bancos continuaram cautelosos sobre emprestar uns aos outros.

A falta de crédito - para bancos, empresas e indivíduos - trouxe consigo a ameaça de recessão, perdas de emprego, falências, reintegrações de posse e um aumento do custo de vida. O banco britânico Northern Rock pede um empréstimo de emergência para permanecer "vivo", provocando uma "corrida". Posteriormente, o banco foi nacionalizado. Nos EUA, o quase colapso do Bear Stearns leva a uma crise de confiança no setor financeiro e o fim dos bancos só de investimento outros (SCHULZ, 2010).

Buscando uma solução a longo prazo, o governo dos EUA concorda a US \$ 700 bilhões de resgate que vai comprar dívidas podres de Wall Street, em troca de participação nos bancos. Schulz (2010) comenta que o governo dos EUA planejou pedir o dinheiro de mercados financeiros mundiais a espera que pudesse vender os ativos problemáticos de volta uma vez que o mercado imobiliário teria se estabilizado.

Já o governo do Reino Unido lança o seu próprio resgate, tornando R \$ 400 bilhões de capital adicional disponível para oito dos maiores bancos do Reino Unido e sociedades de construção em troca de ações preferenciais nas mesmas. No

retorno de o seu investimento, o governo esperou obter uma participação nos bancos - embora exatamente o quanto ainda não fosse muito claro (SCHULZ, 2010).

Economias de todo o mundo são afetadas pela crise de crédito. Governos mudam para nacionalizar os bancos da Islândia para a França. Os bancos centrais em os EUA, Canadá e algumas partes da Europa dão um passo sem precedentes de coordenação de um por cento corte de meio ponto na taxa de juros, em um esforço para aliviar a crise outros (SCHULZ, 2010).

Ações subiram e caíram com notícias de falhas, aquisições e resgates. Em parte, isso reflete a confiança dos investidores no sistema bancário. Enquanto ações de bancos foram marteladas por causa de dívidas incobráveis, os varejistas foram atingidas como a confiança do consumidor é abalada por preços dos imóveis caindo e insegurança no emprego (SCHULZ, 2010).

Em outubro de 2007 ficou claro, de acordo com Krugman (2009) que nada que estivesse relacionado com o mercado habitacional estava seguro. Isso por causa da dimensão em que a crise habitacional já se encontrava. Para eliminai o excesso da valorização que os imóveis tiveram, os preços necessariamente tiveram que ser reduzidos em um terço, e houveram casos em que essa redução foi de mais de 50%. O resultado disso foi que 12 milhões de americanos ficaram mutuários de empréstimos hipotecários de imóveis com o valor liquido negativo, assumindo o grande risco da inadimplência.

Quanto às causas do atual declínio do mercado de ações, que começou a partir de outubro 2007, sempre há o "desta vez é diferente". No lado uma boa notícia, as autoridades monetárias têm estudado a história de pânico de mercado anteriores, e com toda a probabilidade que impediu outro pânico em 2008 pelo fornecimento de grandes quantidades de liquidez. A má notícia a respeito de porque um mercado de urso começou, pode ser extremamente preocupante (EPIPS, 2007).

Quanto ao tipo de problema que o mundo enfrenta, pode-se constatar que os mercados de ações em todo o mundo têm vindo a sofrer quedas acentuadas. Pode-se concluir que o que está causando esses declínios é mundial na natureza e não apenas algo local para os EUA como "empréstimos sub-prime" (EPIPS, 2007).

Há dois fatores no trabalho que podem colocar a economia mundial em apuros. Primeiro, as pessoas / indústria / governos de todo o mundo têm emprestado dinheiro para o esquecimento na falsa premissa de que o crescimento de amanhã

vai atender a carga da dívida. Mesmo que o crescimento poderia continuar indefinidamente, esta seria uma hipótese instável. A parte realmente ruim é que o crescimento econômico mundial chegou ao fim, e uma década longa de era de contração está a começar (EPIPS, 2007).

Durante o período de 2007-2009 o mercado testemunhou o colapso do Lehman Brother e a falência não oficial de um grande número de bancos e sociedades de construção, algumas significativas. Muitos problemas foram causados por empréstimos hipotecários, os chamados *subprime* nos EUA e as práticas de empréstimo irresponsáveis semelhantes em outros países, como os da Europa e Reino Unido. O problema era generalizado, a solução desconhecida. Não só os governos ocidentais reduziram as taxas de juros a zero em uma tentativa de fazer segurando o dinheiro pouco atraente (e, assim, gastá-lo, ou empresta-lo, estimulando o crescimento), mas também iniciou um programa de "flexibilização quantitativa" (dia moderno, o equivalente computadorizado de a imprensa, e semelhante ao usado no Japão durante a década perdida). Depois de março de 2009, os mercados começaram a se recuperar, mas o restante deste movimento ainda estava por vir (EPIPS, 2007).

Figura 8 - Crise financeira global de 2007 a 2009



Fonte: EPIPS (2009)

Em julho de 2007, o *Dow Jones Industrial Average* ultrapassou pela primeira vez os 14000 pontos. Logo em seguida, a Casa Branca liberou informações referentes ao desempenho do governo do presidente americano Jorge W. Bush, dizendo que são as políticas pós-crescimento de Bush que estão contribuindo para manter a economia flexível, forte e dinâmica. A única coisa que não foi mencionado, foi sobre os visíveis problemas no mercado de imóveis e nos empréstimos subprime? No que o secretário do tesouro, Henry Paulson afirmou em agosto de 2007, estavam com generosa parte sob controle. Mas no dia 9 de agosto, o Banco FrancÊs Banque Nationale de Paris (BNP) Paribas.paralisa os saques em três de seus fundos- isso indicava o inicio da grande crise do século XXI (KRUGMAN, 2009).

A profundidade da Crise provocou impactos sobre a evolução dos agregados econômicos reais. De acordo com Moreira e Soares (2010) a economia estava em uma fase de total desaceleração e recessão em alguns casos. Segundo as projeções que foram feitas pelo FMI em 2008, a economia mundial desaceleraria um patamar de 5% ao ano, entre 2006 e 2007, para 2,2% em 2009. Ainda de acordo com a previsão que foi feita pelo FMI, as economias avançadas teriam quedas do PIB de 0,3%. A taxa de crescimento de países que estão em desenvolvimento seria de 0,8% menos em 2007 para 5,1%. A atividade de comercio internacional teria diminuição de 7,2% em 2007 para 2,1% em 2009, como pode-se perceber esses dados na figura abaixo:

Figura 9 - Atividade do comércio internacional - variação anual - em %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008(a)	2009(a)
Produto Interno Bruto Real							
Mundo	3,6	4,9	4,5	5,1	5,0	3,7	2,2
Economias avançadas	1,9	3,2	2,6	3,0	2,6	1,4	-0,3
Estados Unidos	2,5	3,6	2,9	2,8	2,0	1,4	-0,7
Área do Euro	0,8	2,1	1,6	2,8	2,6	1,2	-0,5
Alemanha	-0,2	1,2	0,8	3,0	2,5	1,7	-0,8
Japão	1,4	2,7	1,9	2,4	2,1	0,5	-0,2
Reino Unido	2,8	2,8	2,1	2,8	3,0	0,8	-1,3
Países emergentes e em desenvolvimento	6,3	7,5	7,1	7,9	8,0	6,6	5,1
África	5,4	6,5	5,8	6,1	6,1	5,2	4,7
Europa Central e do Leste	4,8	6,9	6,1	6,7	5,7	4,2	2,5
Comunidade de Estados Independentes	7,8	8,2	6,8	8,2	8,6	6,9	3,2
Ásia em Desenvolvimento	8,2	8,6	9,0	9,8	10,0	8,3	7,1
Oriente Médio	7,1	5,8	5,7	5,7	6,0	6,1	5,3
América Latina	2,2	6,1	4,7	5,5	5,6	4,5	2,5
Brasil	1,1	5,7	3,2	3,8	5,4	5,2	3,0
Volume do comércio mundial (bens e serviços)	5,4	10,4	7,5	9,4	7,2	4,6	2,1

Fonte: Mazzucchelli (2008).

De acordo com Mazzucchelli (2008), definitivamente, a força da riqueza sobre o produto, a sofisticação das atividades financeiras e a conexão entre os segmentos dos mercados globais, são significativamente maiores do que eram em 1920. A dimensão alcançada pela riqueza financeira é explicada por Mazzucchelli (2008, p. 30):

A dimensão recente alcançada pela riqueza financeira (US\$ 229,7 trilhões em dezembro de 2007, mais de quatro vezes superior ao PIB mundial) e a escala real ou nacional das perdas incorridas sugerem que estamos diante de um processo monumental de desvalorização de ativos, muitas vezes superior ao que se assistiu há quase oitenta anos. De acordo com a Federação Mundial das Bolsas de Valores, a desvalorização da riqueza global somou US\$ 29,5 trilhões entre outubro de 2007 e outubro de 2008. Segundo o Banco da Inglaterra, os bancos ingleses registraram perdas com a marcação a mercado da ordem de £10 bilhões ao mês, entre maio e outubro de 2008, somando £ 122,6 bilhões. Nos Estados Unidos, Reino Unido e área do Euro, as perdas com marcação a mercado sobre ativos financeiros por bancos podem atingir US\$ 2,8 trilhões. A conclusão que daí poderia advir é que o curso dos acontecimentos será, em consequência, mais dramático do que em 1929-1933.

O próprio autor afirma que esta conclusão não se sustenta, pois diz que quando houve a eclosão da crise, a ação dos governos foi imediata e ampla. Conforme Mazzucchelli (2008), existe uma forte relação entre o início da crise de 1929 e o início da crise de 2008. Nos dois casos, a desordem foi gerada pela fragilidade da regulação e pelo alívio na percepção e riscos, o que ocasionou em especulação de desastrosas consequências. Existem dois momentos históricos em que percebe-se um traço entre ambos momentos: a dissipação de operações financeiras de lastro duvidoso, erguidas através da expansão desmesurada do crédito.

Quando em 1920 e 1930, o grau de regulação e controle feito por autoridades monetárias nos sistemas financeiros era limitado. Nos EUA, espalharam-se de forma rápida vários bancos de pequeno e médio porte. Esses mesmos não tinham um “muro de contenção” entre os bancos comerciais e os bancos de investimento, e isso permitiu que os que primeiro ali se instalaram, fizessem operações de alto risco, deixando assim os depositantes de modo temporário comprometidos; o que voltou a se repetir em 2007 e 2008, de acordo com Mazzucchelli (2008).

3 METODOLOGIA

A seção da metodologia é definida como a materialização linguística discursiva de uma pesquisa científica, com o objetivo de apresentar a descrição dos métodos, materiais e procedimentos utilizados na pesquisa (CORACINI, 1991). O método e os tipos de técnicas de pesquisa que, segundo Galliano (1979), são a orientação básica para se atingir determinado fim. Assim, por analogia, pode-se entender método como estratégia. Já a técnica é a forma de aplicação do método, podendo se compara a técnica com a tática. A presente pesquisa teve como método de abordagem o dedutivo.

Quanto aos fins, a pesquisa será exploratória, descritiva e explicativa. De acordo com Vergara (2004), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. O estudo descritivo será de suma importância neste trabalho, pois contribuiu para observar as características econômicas do período em análise; a inserção do Brasil na globalização financeira; as relações mais amplas desse processo com a existência de vulnerabilidade externa e o crescimento econômico do país; entre outros.

Segundo Gil (2002), este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa exploratória e explicativa. A pesquisa exploratória se destaca por propiciar a familiaridade do problema com o pesquisador e aprimorar ideias e descobertas. A pesquisa explicativa ajuda a identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos. As pesquisas desta natureza possuem caráter de pesquisa aplicada, cujas informações acerca do assunto em questão poderão ser utilizadas em estudos posteriores.

Quanto aos métodos de procedimento utilizado destacam-se dois: o histórico e por causa que desde sempre as crises afetam a economia mundial e tem se repercussões sobre a situação atual

Quanto as técnicas, a pesquisa será bibliográfica e de levantamento de dados secundários. Conforme Cervo e Bervian (1996), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em documentos.

Esta pesquisa, ancorada em fontes bibliográficas, possibilita a obtenção de informações requeridas sob consultas a materiais já elaborados. Se desenvolveu a partir da utilização de pesquisas bibliográficas, artigos eletrônicos e materiais de mídia digital, os quais permitem a tomada de conhecimento de material relevante, artigos científicos, dados de fontes de pesquisas, sites oficiais e fontes empíricas.

Para a coleta de dados, o pesquisador deve deixar claro ao leitor como se pretende obter os dados necessários para responder o problema. As fontes para a busca tanto informações como dados estatísticos foram, basicamente: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Banco Central do Brasil (BACEN); Fundo Monetário Nacional (FMI).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa. De acordo com Cortes (1998), uma única fonte de dados e o uso exclusivo de um método de análise não são suficientes para a comprovação de objetivos traçados, independente do tipo de informação com a qual se deseja trabalhar. Desse modo, para Dias (2000), analisar dados com o uso de diferentes técnicas de forma combinada é importante quando o tema abrange aspectos amplos, o qual se aplica nesta pesquisa.

A pesquisa quantitativa usa medidas numéricas para testar construções científicas e busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos, ao passo que a qualitativa examina aspectos mais profundos e subjetivos do tema pesquisado. Neste estudo será necessário o manuseio de dados quantitativos e qualitativos para uma maior compreensão e análise dos dados, levando em consideração o tema abordado.

Do ponto de vista das unidades de estudo, tem-se em um primeiro momento o período pós crise de 2008. Um levantamento de dados e fatores sobre globalização e globalização financeira e as influências desse processo sobre a vulnerabilidade externa e o crescimento econômico do país. Seguido do levantamento de informações sobre empresas multinacionais instaladas no país após a crise econômica, bem como os Investimentos Externos Diretos (IED). Nesse estágio busca-se apresentar as informações que explicitam a importância da globalização financeira no Brasil após a crise econômica financeira mundial de 2008.

Como em toda pesquisa, na presente também houve suas limitações que surgiram no decorrer do trabalho. Por exemplo, referente às informações e dados estatísticos coletados: os mesmos estão alinhados com as informações disponíveis nos sites estatísticos, podendo carecer de alguma informação importante para uma análise mais criteriosa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na presente seção é feita a apresentação de dados e análise dos mesmos referente ao reflexos da crise *subprime* na economia brasileira. Para isso, estudos e informações disponíveis sobre esse tema no Brasil e no mundo serviram de base. Utilizam-se informações, dados e taxas que embasam estes aspectos da crise financeira mundial de 2008. Ademais, buscou-se fazer a verificação e análise de algumas consequências e atitudes tomadas pelo governo brasileiro frente a crise de 2008 e suas consequências mundiais.

4.1 A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: BEM OU MAL?

A globalização não é nova, no entanto. por milhares de anos, as pessoas e, mais tarde, as empresas-foram comprando e vendendo para os outros em terras a grandes distâncias, como através da Rota da Seda famosa em toda a Ásia Central que ligava a China e a Europa durante a Idade Média. Da mesma forma, ao longo dos séculos, as pessoas e as empresas têm investido em empresas de outros países. Na verdade, muitas das características da atual onda de globalização são semelhantes às vigentes antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. (LEVIN, 2014, p. 15).

Mas a política e os desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas têm estimulado o aumento do comércio transfronteiriço, Desde 1950, por exemplo, o volume do comércio mundial aumentou em 20 vezes e, a partir de apenas 1997-1999 fluxos de investimento estrangeiro quase duplicou, passando de 468.000 milhões dólares para 827.000 milhões dólar. Distinguindo este atual onda de globalização das anteriores, o autor Thomas Friedman disse que hoje a globalização é "mais longe, mais rápido, mais barato e mais profundo." (LEVIN, 2014).

Esta onda de globalização tem sido impulsionada por políticas que abriram as economias nacional e internacional. Desde a Segunda Guerra Mundial, e especialmente durante as duas últimas décadas, muitos governos têm adotado sistemas econômicos de livre mercado, aumentando consideravelmente o seu potencial produtivo e a criação de novas oportunidades de uma miríade de comércio e investimento internacional. Os governos também têm negociado uma redução drástica de barreiras ao comércio e estabeleceram acordos internacionais para

promover o comércio de bens, serviços e investimentos. As empresas construíram fábricas estrangeiras e estabeleceram arranjos produtivos e de marketing com parceiros estrangeiros. A característica definidora da globalização, portanto, é uma estrutura empresarial industrial e financeira internacional.

A tecnologia tem sido o outra principal motor da globalização. Os avanços na tecnologia da informação, em particular, têm transformado radicalmente a vida econômica. As tecnologias da informação têm dado todos os tipos de atores econômicos consumidores individuais, os investidores, as empresas, novas ferramentas valiosas para a identificação e busca de oportunidades econômicas, incluindo análises mais rápidas e mais informadas sobre as tendências econômicas em todo o mundo, fáceis transferências de ativos, e colaboração com a extrema-parceiros distantes. (LEVIN, 2014).

O processo de globalização trouxe consigo grandes e importantíssimos avanços. Podemos perceber o visível desenvolvimento da informática, robótica, empresas transnacionais, a viabilização de acordos internacionais, os blocos econômicos, a negociação em geral entre países em termos comerciais, informativos e culturais, etc. Temos TV de LED e produtos chineses baratos. Um dos grandes benefícios da globalização é que dá a alguns países uma maior gama de produtos baratos no exterior para comprar. Os preços mais baratos não são um resultado duradouro da globalização, mas são um reflexo do campo de jogo não-nível que existe atualmente dentro da economia global. (BOND, 2002).

Apesar de tudo isso existe também, de acordo com Bond (2002), alguns aspectos negativos da globalização, que envolve o bem-estar humano, o ambiente e as realidades econômicas. A globalização está criando novos tipos de estresse na vida do dia a dia. Até mesmo os defensores da globalização admitem isso, se baseando no fato de que "os mercados são implacáveis". As Corporações racionalizam os trabalhos sempre que possível. Isso pode ocorrer através da demissão dos trabalhadores ou da importação de trabalhadores que sejam mais baratos, vindos de outros países. A insegurança no trabalho e as cargas de trabalho crescentes de empregos existentes estão sendo muito impactantes na qualidade de vida. Além do mais que, esta nova economia está deixando um medo do futuro pairando no ar, pois a qualquer momento pode, por exemplo, haver uma recessão ou o mercado imobiliário dar saltos e picos para o alto ou para baixo.

Nesta mesma linha de pensamento, pode-se questionar ainda o quão grande deve a economia mundial e quanto ela deve crescer para ser grande o suficiente? Além do questionamento de quanto que é suficiente? Bond (2002) ressalta que a globalização é que nunca pode ser qualquer coisa no sentido de grande o suficiente. Num período de 100 anos, quando, com taxas de crescimento atuais da economia global, teria crescido 50 vezes, do tamanho atual, o planeta ainda não seria grande o suficiente. O necessário para esta atual economia sobreviver (por causa do modo que foi gerada), é o crescimento contínuo. Por exemplo, no Brasil, em 2008, o crescimento da economia foi de 5,2% segundo o IBGE (2013), mas já no ano de 2012, esse crescimento foi de 2,3 %, conforme o IBGE (2013). Vive-se então, um claro período de oscilação do crescimento no país. Mas a taxa de crescimento é enganosa, pois a economia mundial cresce exponencialmente, não aritmeticamente. Percebe-se que o planeta, visivelmente não está lidando com a demanda de recursos do porte desta economia global. No atual ritmo de crescimento em 30 anos, a economia global seria cerca de 4 vezes maior do que hoje, e em 60 anos seria de 10 a 20 vezes maior do que hoje.

Não é impossível ter uma economia global funcional no mundo e que servisse sustentavelmente a toda a humanidade. A dor e a destruição causada pela economia global não são inevitáveis. As pessoas que vivem em determinado país se preocupam com o bem estar de seu ambiente natural e a sociedade. As transnacionais não têm tais sentimentos nacionais. Do contrário, fariam uma nova revolução para uma quota de mercado dominante, e, segundo Bond (2002), atualmente elas parecem estar fazendo exatamente isso.

No entanto, a globalização é profundamente controversa. Alguns defensores da globalização argumentam que ela permite que os países mais pobres e seus habitantes possam se desenvolver economicamente e elevar o seu padrão de vida. Já os que se posicionam contra, afirmam que a criação de um mercado internacional livre e irrestrito, beneficiou empresas transnacionais no mundo ocidental, por causa das empresas locais, culturas locais e as pessoas em comum. Para se ter um equilíbrio entre benefícios e custos associados com a globalização, os habitantes dos países precisam saber como enfrentar a globalização e as opções políticas que enfrentam em suas sociedades. (LEVIN, 2014).

No Brasil, a globalização também teve seus impactos. O país foi marcado por diversas passagens na sua economia, mas apenas duas se destacam por sua grande importância. Primeiro, a década de 1970 caracterizou-se pela intervenção do Estado na economia, com a edificação de empresas públicas. O segundo grande impacto foi que, na década de 1990, o então atual presidente Fernando Collor de Melo decide inserir o Brasil no contexto internacional e organiza uma série de medidas, tais como o início das privatizações, evidenciada pela intromissão mínima do Estado na economia em suas principais áreas e que antes eram monitoradas praticamente apenas pelo poder público, como saúde, educação, segurança e habitação. Destaca-se o fato também de que o país apenas deixou de efetuar referidas atividades, descentralizando-as. (SOUZA, 2011).

Relacionando-se a estas atividades, Souza (2011) afirma ainda que o Brasil começa a trabalhar e a investir em exportações. Desta maneira, se dá início ao marco mundial do Brasil na economia estrangeira. A partir desta década e até os dias presentes, o Brasil enfrentou uma série de crises econômicas, mas apesar disso, nos últimos anos veem experimentando um clímax de seu crescimento econômico. Apesar disso tudo, deve-se lembrar dos baixíssimos índices de escolaridade, a precariedade da saúde pública e ainda, percebe-se epidemias que só podem ser vistas em países paupérrimos.

Os frutos que a globalização deixou, para Krugman (2009) foi o principal fator para a mudança de cenário da economia mundial: “a transferência de tecnologia e de capital dos países de altos salários para os países de baixos salários, e o consequente crescimento de países exportadores emergentes, intensivos em trabalho”. p. 26 .Quando os países que até então se mantinham vendendo o café, ou apenas exportando matérias primas e importadores de manufaturados, começaram a produção de artigos como camisas e tênis. Algo proporcionou isso, como barreiras tarifárias mais baixas, a melhoria nas comunicações, ou alguma combinação de resultados.

4.2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E CRISE DE 2008

No mês de outubro do ano de 2008, a economia dos Estados Unidos veio praticamente a ruínas, devido a total fenda de confiança do mercado financeiro. Velozmente, como um “efeito cascata”, o pânico se dissipou mundo afora. Já não se podia acreditar na estabilidade dos bancos. Frente a um cenário de dúvidas, o crédito tornou-se insuficiente, abalando o consumo. Com a diminuição do consumo das famílias e dos investimentos das empresas, traves estruturais do crescimento econômico, os números do PIB foram afetados, elevando ainda mais o medo de recessões. Esse medo resulta efeitos prejudiciais no concedimento de crédito. Isso gera menos dinheiro disponível, diminuição dos gastos, menoridade da produção, pouco crescimento além de menos emprego. Os efeitos negativos de uma crise de confiança criam efeitos ainda mais negativos, e incertezas ainda maiores. É necessário agir rápido para evitar que esses efeitos não corrompam e contaminem todos os setores da economia (CARNEIRO, 2010).

A redução da demanda doméstica tem propensão a afetar de forma significativa os setores industriais, principalmente o automotivo e o setor de bens de capital (relacionado a investimentos empresariais), estes que dependem diretamente da oferta de financiamentos. Devido ao aumento do custo do crédito, gerado pelas incertezas da crise financeira, diminui-se o interesse pela aquisição de bens industrializados de alto valor, como os automóveis. Por outro lado, empresas que dependem diretamente de financiamentos também passam a conter seus investimentos. O resultado é o estremecimento direto nos índices econômicos que medem o desempenho da indústria. (CARNEIRO, 2010).

A crise financeira que eclodiu em 2008 compeliu os mercados globalizados em queda livre. Em meio as atividades do capitalismo contemporâneo, o nosso país precisou de adotar medidas rápidas para conter os efeitos negativos da retração econômica, através da elaboração de políticas anticíclicas. Assim, conforme Carneiro (2010), foram concedidos diversos incentivos fiscais pelo Governo Federal, com o objetivo de fomentar a reconstrução das demandas domésticas desfavoravelmente afetadas, podendo assim garantir a continuidade do desenvolvimento nacional. A intervenção estatal, mais do que necessária, revelou-se vital. Contudo, devido a função do modelo de repartição de receitas tributárias

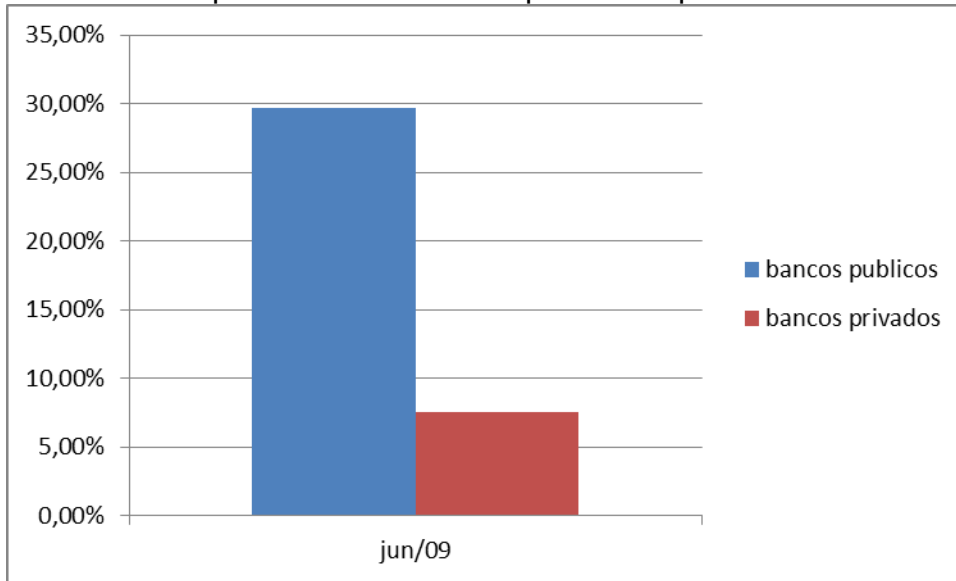
previsto na Constituição de 1988, as desonerações fiscais aplicadas para conter a crise resultaram em reflexos financeiros desfavoráveis para as entidades federadas, vinculando o equilíbrio de contas públicas e a continuidade de programas sociais, especialmente nos pequenos municípios.

As intervenções tomadas pelo governo brasileiro frente a Crise Financeira, foram extremamente importantes para que o Brasil pudesse manter uma saúde econômica estável durante a crise. Apesar disso Caneiro (2010) diz que a crise intensificou a retração da indústria brasileira. No mês de dezembro de 2008, por exemplo foi registrada uma desaceleração de 12,4% frente ao mês anterior, de acordo o IBGE, sendo o pior resultado da série histórica, iniciada em 1991, influenciado principalmente pelo setor automobilístico, cuja produção caiu 39,7%. Para este problema, o governo utilizou da política de incentivo fiscal, onde diminuiu consideravelmente as taxas do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para os automóveis.

Segundo Rebêlo (2010), o papel de incentivo a economia, que é o provedor de benefícios fiscais as companhias, decaiu de forma lenta. Já os benefícios obtidos pelas construtoras foram significativos: pode-se dizer que foi um estímulo para manter girando um dos principais setores da economia no que se refere a desenvolvimento de produtividade e lucratividade nesses últimos anos. Acrescentado a isso, ocorreu o corte do IPI sobre materiais de construção, o que auxiliou no estímulo do crescimento deste setor, que projetou crescimento de 8,8% em 2010.

Já o Banco Central, por sua vez, investiu mais de 2 bilhões de dólares no mercado, justificando a preservação de instituições financeiras e manter o crédito para consumo. Os juros da taxa selic foram diminuídos e a liquidez do BNDS foi reforçada, com ambição do financiamento da economia. Junto a isso, logo depois que a crise se instaurou no Brasil, os empréstimos em bancos públicos cresceram chegando ao índice de 29,7% no período entre agosto de 2008 e junho de 2009, se comparado ao crescimento de 7,51% nos bancos privados neste mesmo período.

Gráfico 1 - Empréstimos em bancos públicos e privados de 2009



Fonte dados brutos: REBÊLO (2010).

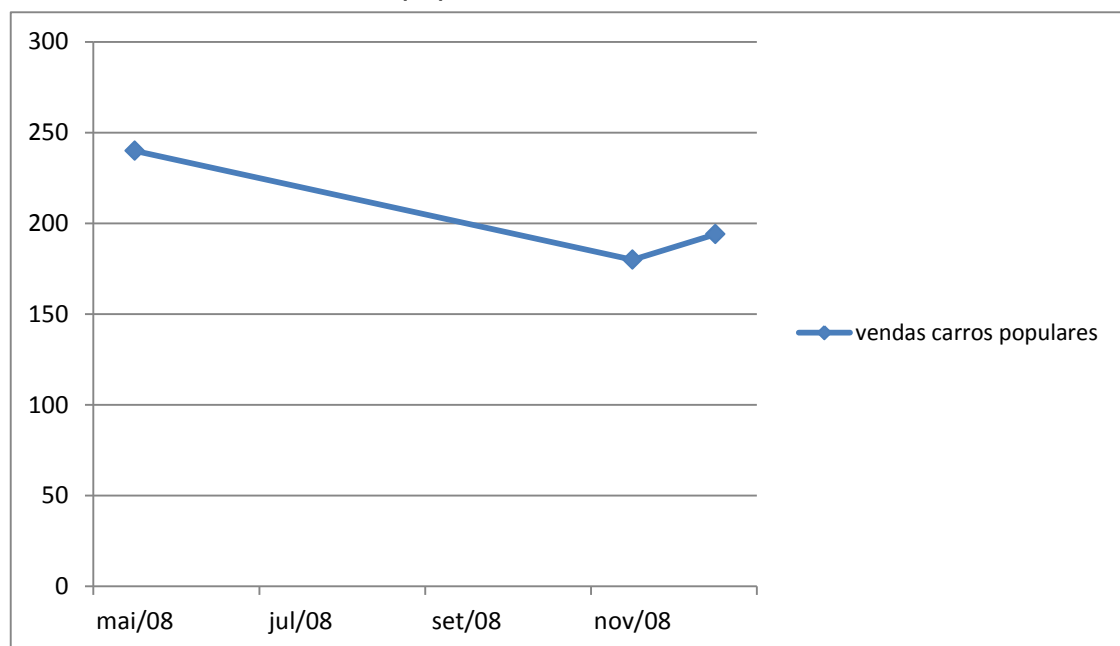
Outro fator muito importante foram os incentivos fiscais, medidas de estímulo a demanda interna, para o mercado de automóveis, além dos incentivos a “linha branca” de eletrodomésticos. Paralelamente, reduziu-se a alíquota dos Impostos Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre crédito direto a pessoa física, no escopo de estimular a sua concessão. Estes se destacaram pela eficiência com qual foi feita pelo poder Executivo, objetivando a retomada do crescimento econômico.

Conforme Carneiro (2010), uma das recomendações do Fundo Monetário Internacional - FMI, para dar a volta na crise, foi o incentivo de medidas de estímulo fiscal até tal data (por exemplo a redução de impostos sobre consumo durante um certo período). Instrumentos fiscais anticíclicos devem, a priori, ter impacto transitório, sendo revistos tão logo a economia mostre os sinais de reabilitação almejados. Este foi o principal caminho adotado pelo Brasil, através da redução das alíquotas de tributos com acento extrafiscal, notadamente o IPI e o IOF. O IPI apresenta peculiaridades que o tornam moldável às flutuações da política, das finanças, da conjuntura nacional e, até internacional. Pode ser dirigido extrafiscalmente com considerável flexibilidade, através previsão do art. 153, §1º, da Constituição.

As vendas de automóveis e comerciais leves bateram números recordes, devido ao desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas apesar disso, não sustentaram o crescimento da produção de veículos no Brasil. No período

de dezembro de 2008, pouco tempo depois de estourar a crise nos EUA, as vendas de carros aumentaram significativamente, devido ao desconto no IPI: o número de carros populares que em novembro de 2008 somavam um total de 180 mil, passaram a totalizar a quantidade de 194 mil em dezembro do mesmo ano, e a média que o ramo mantinha de vendas por mês chegava ao número de 240 mil desde o mês de maio de 2008. De forma conseguinte, em 2009 o recorde de vendas foi novamente batido (POGGETO *apud* ANFAVEA, 2013).

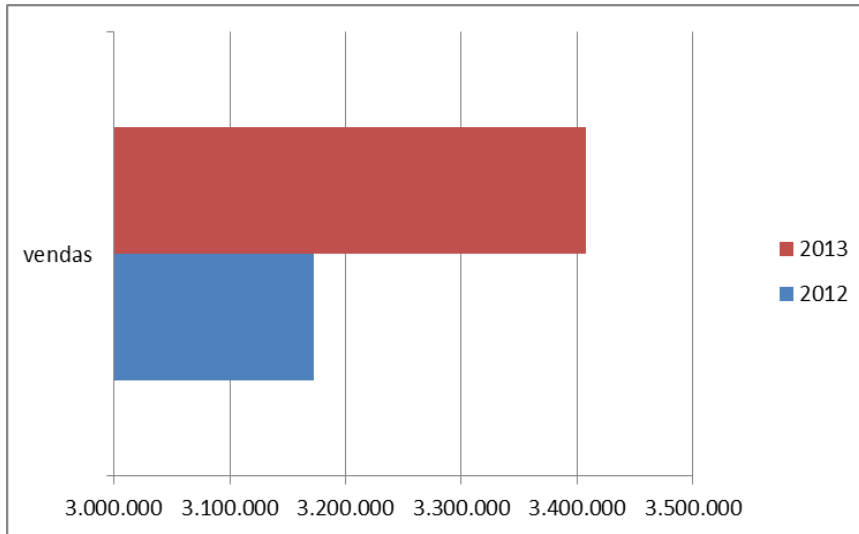
Gráfico 2 - Venda de carros populares em 2008 em milhares



Fonte dados brutos: POGGETO *apud* ANFAVEA (2013).

Segundo Poggeto *apud* Anfavea (2013) em 2012 o ano fechou com 3.342.617 veículos produzidos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus), volume 1,9% inferior ao registrado em 2011, com 3.407.861 unidades, como se percebe no gráfico:

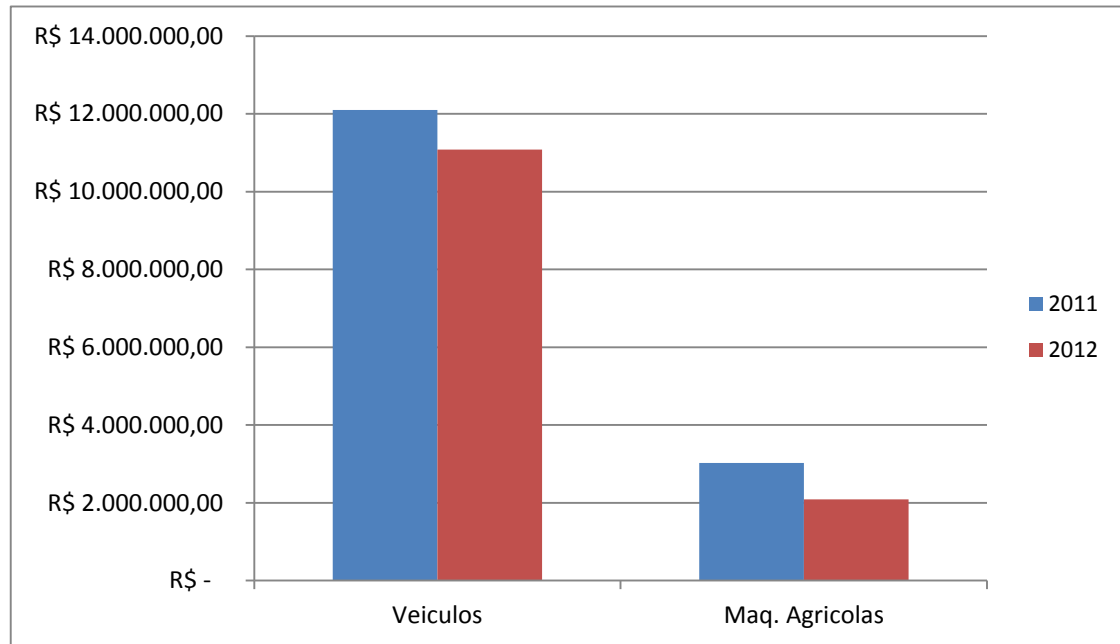
Gráfico 3 - Venda de veículos em 2013 e 2012



Fonte dados brutos: POGGETO *apud* ANFAVEA (2013).

Referente as exportações, Poggeto *apud* Anfavea (2013) diz que as mesmas, em valores, acumularam em 2012 um total de US\$ 11,81 bilhões em veículos e US\$ 2,91 bilhões em máquinas agrícolas, contra US\$ 12,97 bilhões e US\$ 3,26 bilhões em 2011, respectivamente. Em porcentagem, as reduções foram de 9% e 10,6%, isso ocorreu devido à falta de competitividade dos produtos brasileiros e da forte crise econômica que afetou principalmente os mercados europeus. Por unidades, o total de veículos exportados foi de 442.075 em 2012, queda de 30,1% sobre 2011, com 553.334 unidades. Ao isolar dezembro, as exportações em valores sofreram queda de 8,3% na comparação com novembro. Foi US\$ 1,1 bilhão, contra US\$ 1,2 bilhão, na soma de veículos com máquinas agrícolas. No entanto, ao comparar com dezembro de 2011 (US\$ 1,35 bilhão), a queda é de 18,4%.

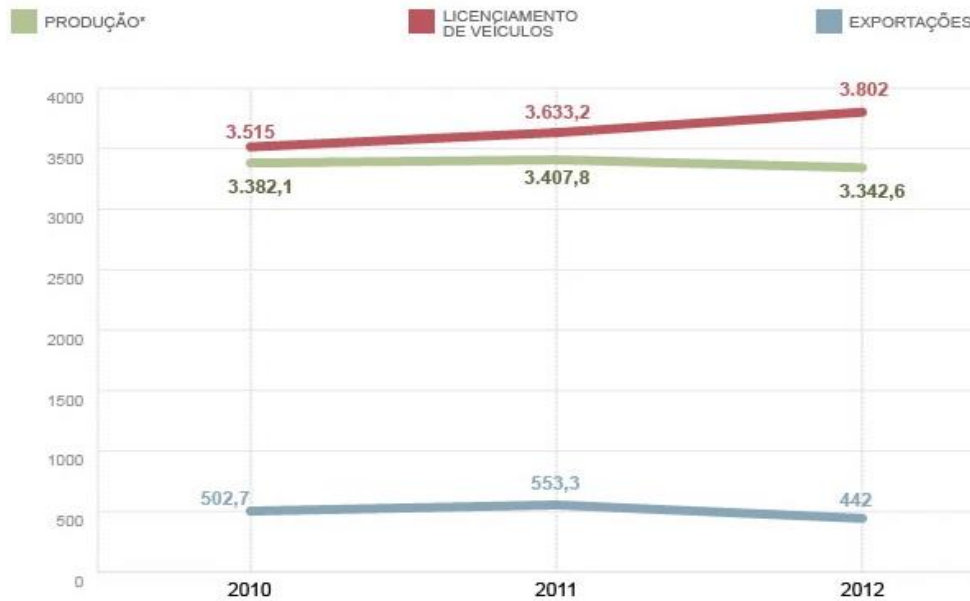
Gráfico 4 - Venda de veículos e máquinas agrícolas de 2011 e 2012



Fonte dados brutos: POGGETO *apud* ANFAVEA (2013).

Na figura abaixo é possível fazer uma comparação entre as unidades em mil de veículos que foram produzidos, licenciados e exportados no período entre 2010, 2011 e 2012.

Figura 10 - Produção, licenciamento de veículos e exportações de 2010-2012.



Fonte: POGGETO *apud* ANFAVEA (2013).

A linha branca de eletrodomésticos, por sua vez teve disparos de vendas em 2009, devido ao mesmo fator da alta de vendas nos carros: a baixa do IPI. Em 2009, em meados do segundo trimestre, o Brasil estava praticamente fora da recessão, com um crescimento do PIB em torno de 1,9% que foi impulsionado pelo aumento do consumo (que no mesmo período teve alta de 1,2%) e também pelo desempenho de um importante setor da economia brasileira, que é o setor de serviços, qual cresceu 1,2% no mesmo período de crescimento do PIB; isso tudo apesar de os investimentos da economia terem se mantido de certa forma reduzidos (POGGETO, 2013).

Alguns meses depois, os índices do crescimento do consumo retomou um número ainda maior. Por exemplo, o índice de confiança do consumidor alcançou 2,2% em outubro de 2009, praticamente o mesmo índice que se tinha antes da crise. Isso gerou, aos poucos, um crescimento dos investimentos (POGGETO, 2013).

A ajuda federal no que diz respeito a manutenção de empregos, se verificou da forma para que grandes empresas se instalassem com uma maior segurança em áreas estratégicas do país. Como exemplo, a Ford que em novembro de 2009 afirmou o subsídio de R\$ 4 bilhões no Brasil, entre 2001 e 2015. Este investimento será prioritariamente voltado para a remodelação das fábricas da Ford no Nordeste do país, um dos locais que mais recebeu incentivos fiscais do governo federal (POGGETO, 2013).

Em busca dos mesmos patamares que se tinha antes da crise, os bancos também foram alvo da política governamental aplicada para a economia brasileira. Por causa de grandes verbas liberadas pelo governo, e o principal deles foi o BACEN, os bancos conseguiram manter uma linha de crédito estável. No 4º trimestre de 2009, seus lucros foram muito significativos, o que ajudou na sobrevivência do mercado, pois este mesmo depende de fortes investimentos de recursos neste circuito (ASSUNÇÃO, 2010).

Se, por um lado, a contenção de alíquotas do IPI mostra função anticíclica peculiar, sendo esta concedida por determinado período de tempo e com gradativo retorno após a averiguação das condições econômicas que almejavam promover, o mesmo não se pode sustentar se tratando das alterações das faixas de incidência e novas alíquotas do IRPF, de acordo com Assunção (2010) que caracteriza medida anticíclica atípica, de efeitos duradouros e permanentes.

O governo brasileiro estimulou a renúncia de receitas tributárias decorrente de ações anticíclicas durante a crise, para o ano de 2009, e esta foi a priori avaliada pelo em 3.342 bilhões, de acordo com o Ministério da Fazenda (2010). As desonerações fiscais disponibilizadas, atribuídas a específicos setores produtivos e faixas de renda com eficácia de consumo, embora tenham criado elevadas renúncias de receitas tributárias, contribuíram e muito para a diminuição dos efeitos contraproducente da crise no Brasil. A redução do preço final ao consumidor, em decurso da aplicação de alíquotas menores do IPI (taxas que chegaram até zero), geraram um incremento nas vendas e, por consequência, na produção, evitando quedas proeminentes no nível de emprego. Em março e junho de 2009, quando os incentivos fiscais se encerrariam, ocorreu um intenso aumento nas vendas dos produtos alcançados pelas medidas indutoras. Automóveis, caminhões e máquinas agrícolas novos tiveram o melhor mês de março da história das montadoras no país, com um aumento de 36% em comparação com fevereiro de 2008, segundo dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores. Caso os descontos e incentivos fiscais não tivessem sido propostos e colocados em ação, as quedas nas vendas de veículos provavelmente afetariam bastante a arrecadação dos Estados e Municípios, já que o volume do IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores tenderia a ser significativamente menor.

De acordo com o IPEA (2010) calcula-se que a redução do IPI auxiliou para manter entre 50 mil e 60 mil empregos diretos e indiretos na economia brasileira no primeiro semestre de 2009. A demanda doméstica acabou sendo a incentivadora do crescimento em 2009 e no primeiro trimestre de 2010, por causa da menor afetação do consumo das famílias no período da crise, frente aos incentivos fiscais que foram concedidos. Abaixo a figura 12 e 13 representam Indicadores de atividade e trabalhos das pessoas de cor preta ou parda e branca no conjunto das seis Regiões Metropolitanas - março 2003 e março 2009:

Figura 11 - Indicadores de atividade e trabalhos das pessoas de cor preta ou parda e branca no conjunto das seis Regiões Metropolitanas - março 2003 e março 2009

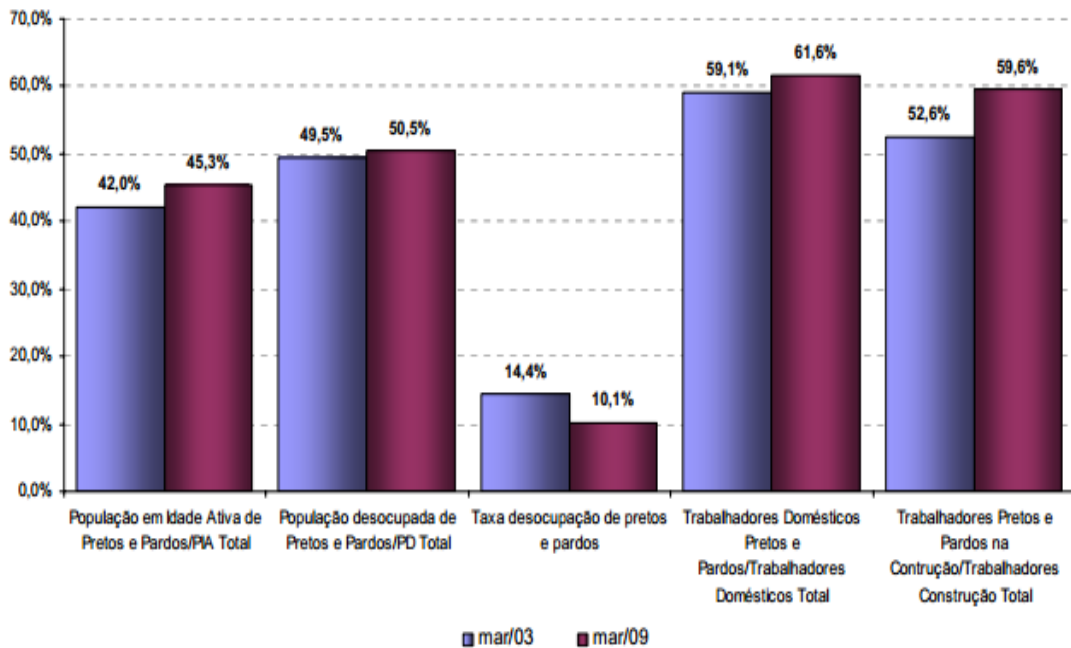
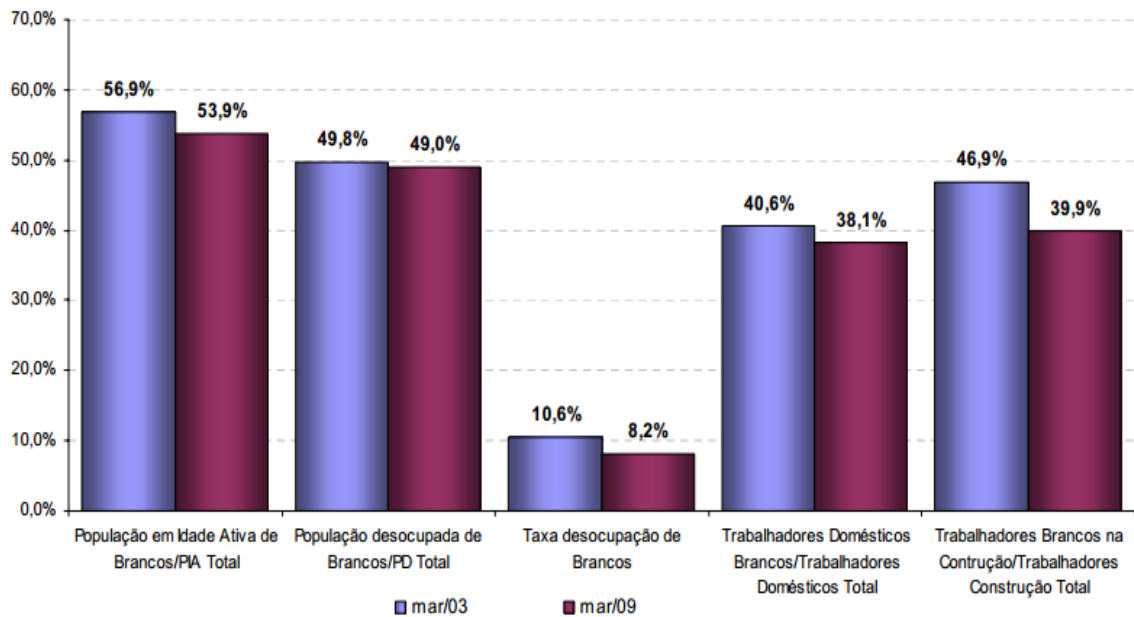


Figura 12 -

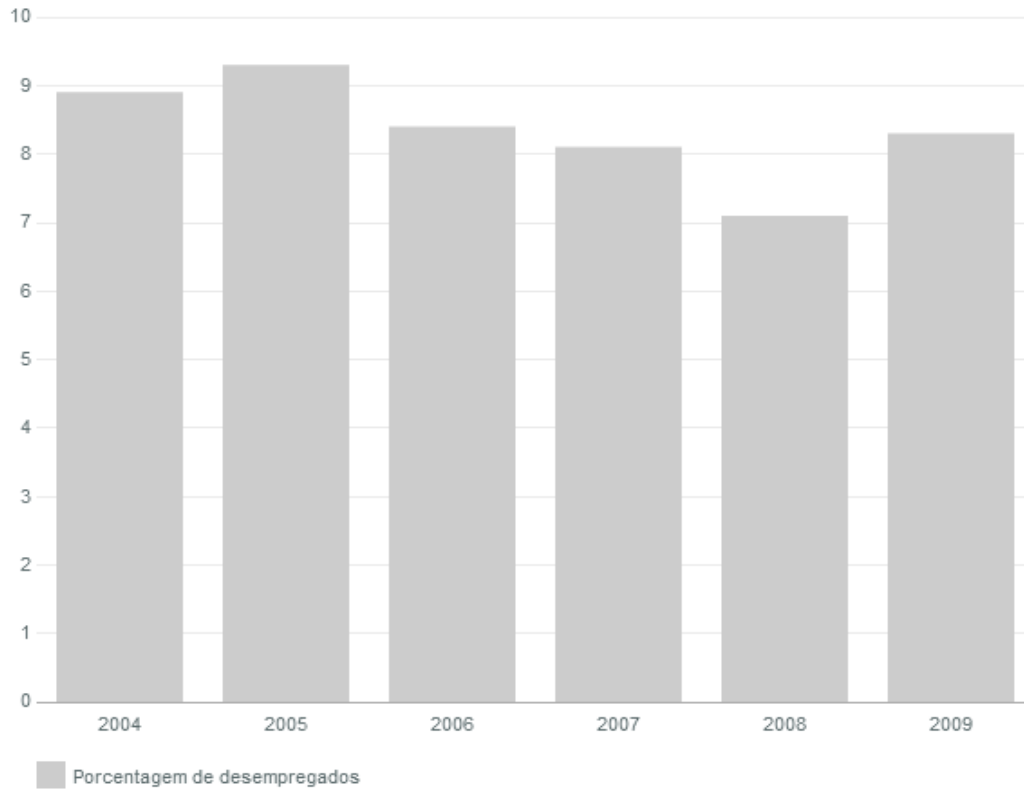


Fonte: IBGE (2009)

De acordo com IBGE o número de pessoas desempregadas no Brasil caiu 19,3% entre 2009 e 2011. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 (Pnad), divulgada pelo IBGE, o número de pessoas no país que procuraram emprego e não auferiram sucesso na busca ultrapassou 8,2 milhões em 2009 e foi para 6,6 milhões em 2011. A taxa de desemprego também teve queda de 8,2% para 6,7% no período, menor escalão desde 2004. Segundo os dados da Pnad,

a taxa de desemprego avançou de 7,1% em 2008 para 8,3% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2009.

Figura 13 - Evolução da taxa de desemprego - Brasil - 2004-2009



Fonte: GOIPIXIC (2009).

A figura acima, mostra que no ano de 2004, o percentual de desemprego era de 8,9%. Em 2005 a taxa passou para 9,3%; já em 2006 o índice teve queda e passou para 8,4 %. No ano de 2007 a taxa de desemprego foi de 8,1 %; em 2008 teve queda e passou para 7,1% e em 2009 subiu para 8,3 %.

Segundo Lorenzi (2010), depois de uma expansão econômica de 5,1% em 2008, a economia brasileira encolheu 0,2% em 2009, refletindo a crise financeira mundial. Isso, obviamente, foi sentido no mercado de trabalho. Entretanto, o impacto no Brasil foi relativamente menor que em outras economias mundiais, que sofreram consideráveis retrações com aumentos significativos nas taxas de desempregos.

Figura 14 - Taxa de desocupação no mundo - jan-junho 2010 (%)

	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun
 Brasil	7.2	7.4	7.6	7.3	7.5	7.0
 França	10.4	10.2	9.9	9.6	9.5	9.3
 Alemanha	7.9	7.9	7.5	7.1	6.8	6.6
 Itália	9.1	9.3	8.9	8.9	8.5	7.9
 Japão	4.9	5.0	5.3	5.4	5.2	5.2
 Grã-Bretanha	7.9	8.1	7.9	7.7	7.8	*
 Estados Unidos	10.6	10.4	10.2	9.5	9.3	9.6
 Zona do Euro (16 países)	10.4	10.5	10.3	10.1	9.8	9.6

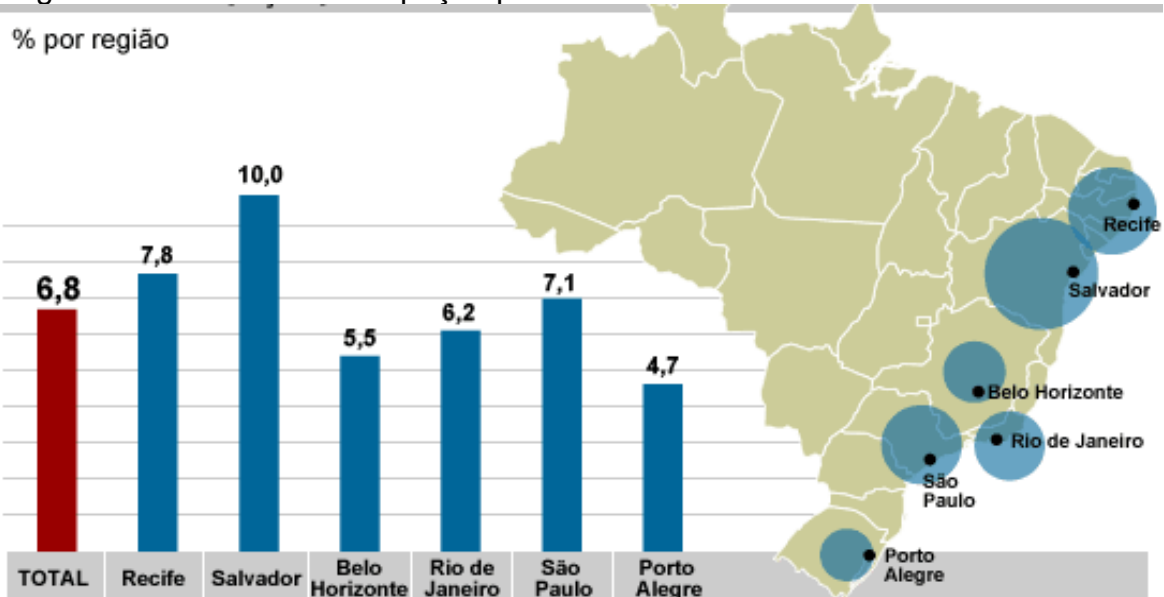
Fonte: IBGE com dados de OCDE e FMI. * NÃO DISPONÍVEL DADO DE JUNHO DE 2010

Fonte: LORENZI (2010).

Conforme Lorenzi (2010), o PIB dos EUA, caiu 2,4% no ano de 2009. A taxa de desocupação americana subiu de 5,8% para 9,3% entre 2008 e 2009. A Espanha, qual a economia diminuiu 3,6% no ano passado, deparou-se com um salto de 11,3% do desemprego para 18%.

De acordo com Pires (2009), no mês de dezembro do ano de 2008, por regiões do país, a menor taxa de desocupação foi observada no Sul. Já as maiores ficaram com Nordeste e Sudeste, como pode-se observar na figura abaixo:

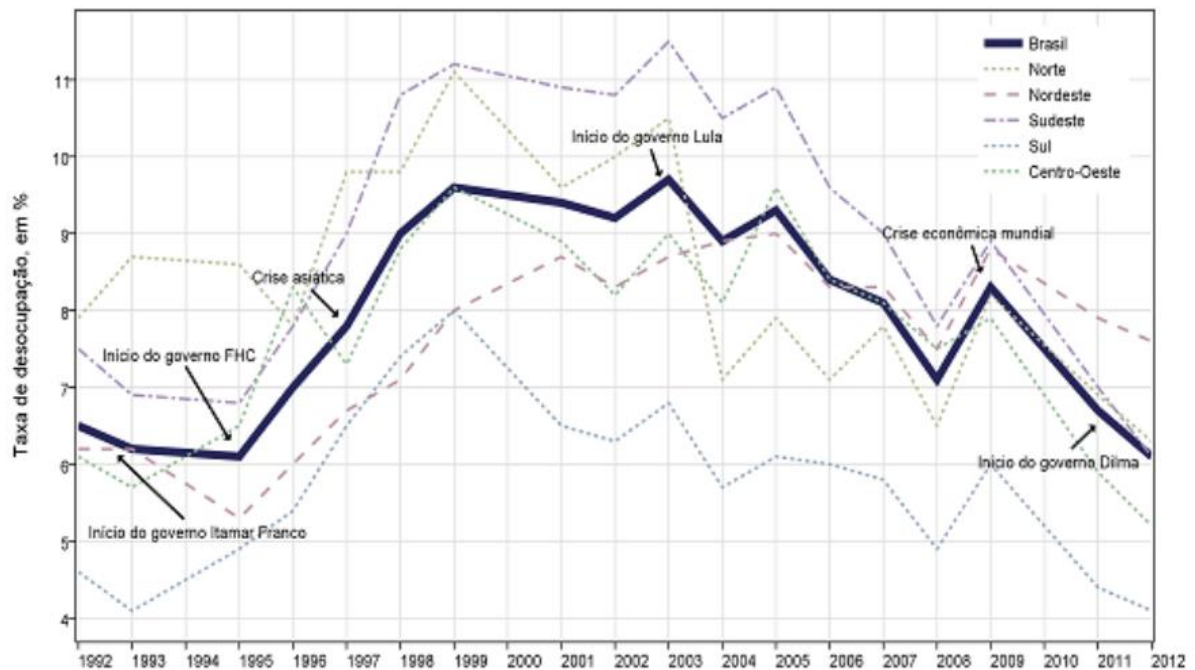
Figura 15 - Taxa de desocupação para dezembro em 2009



Fonte: PIRES (2009).

Na figura que o PNAD/IBGE disponibilizou, mostra as taxas de desemprego dos últimos 20 anos no Brasil: no governo de Fernando Henrique Cardoso(FHC), o desemprego partiu de 6,2%, no início de 1995, para 9,6% no final de 2002. No ano da Crise, em dezembro de 2008, a taxa foi de 6,8%.

Figura 16 - Taxa nacional de desemprego (PNAD)

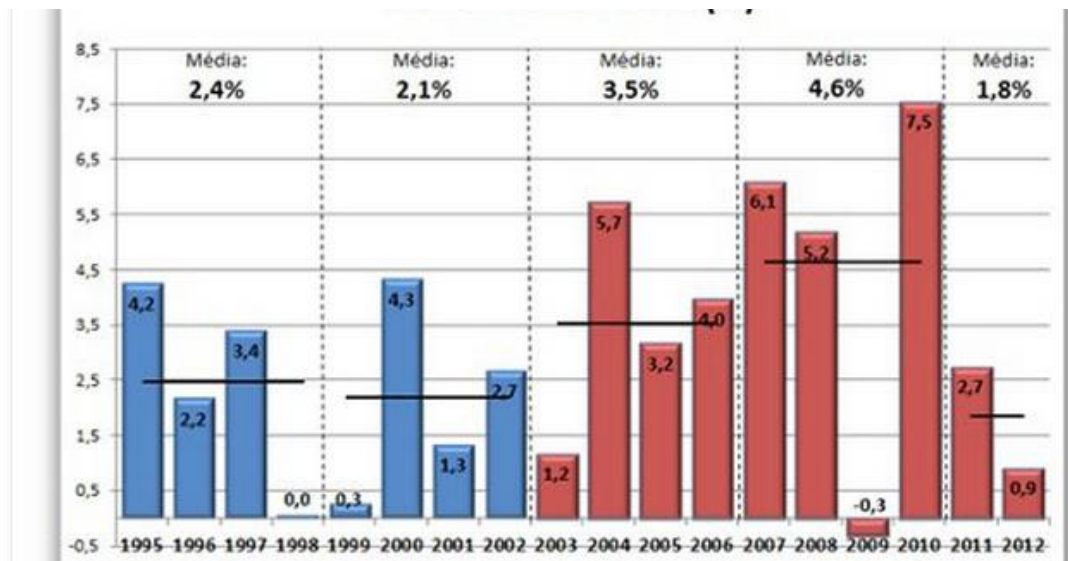


Fonte: MACEDO (2013).

Em conformidade com Gasparin (2011) outro ponto de suma importância para levar em consideração é o Crescimento do Brasil. As medidas que o governo tomou para estimular a economia ajudaram o Brasil a atravessar a crise sem sentir muito impacto. Apesar disso, em 2009 a economia do país registrou recuo de 0,6%. Em 2010, contudo, o país cresceu 7,5%. Um dos principais reflexos disso foi que o alto nível de crescimento do país em 2010 deixou o caminho livre para que existisse a manutenção e criação de postos de trabalho. A população brasileira foi encorajada ao consumo, assegurando a sobrevivência das empresas e, assim, de investimentos.

Se tratando de crescimento econômico, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), em média a economia do Brasil cresceu 2,3% ao ano, como se percebe na figura abaixo:

Figura 17 - Crescimento econômico do Brasil de 1995-2012



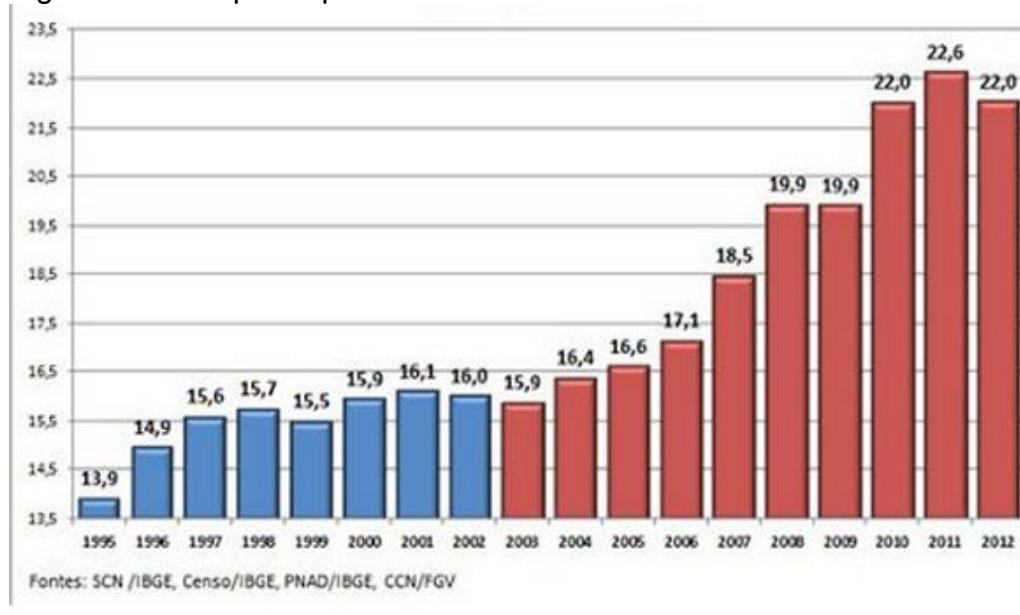
7

Fonte: SICSU (2013).

No período de 2003 a 2006, a economia iniciou um processo de recuperação do crescimento. Cresceu em média 3,5% ao ano. O aumento neste período do PIB foi impulsionado, de acordo com Sicsú (2013) pelo início da política de valorização do salário mínimo e pela ampliação do crédito para as famílias e as empresas. Já no período de 2007 a 2010, além dos projetos que já estavam sendo executados para o crescimento da economia, houve um outro ponto chave, que foi a política de investimentos públicos e das estatais, que estimulou o investimento privado. Pode-se citar como um exemplo a Petrobras, que aumentou seus investimentos significativamente. Em média, a economia passou a crescer 4,6% ao ano, apesar da crise. Em 2011, houveram pressões inflacionárias, o que acarretou desaceleração do crescimento.

Sobre o Pib per capita Brasileiro, a figura abaixo mostra o andamento do PIB per capita Brasileiro entre 1995 e 2012, mostrando os anos de melhor e pior desempenho:

Figura 18 - PIB per capita brasileiro de 1995-2012



Fonte: SICSU (2013)

A figura acima mostra o PIB per capita desde 1995 até 2012 (R\$ 1.000 de 2012). Em 2012, o desempenho piorou, pois a economia começou o ano praticamente parada, conforme Sicsú (2013). Este foi um ano em que o governo e empresários não desempenharam planos de investimentos que fossem capazes de garantir um crescimento aceitável.

Algumas medidas foram adotadas para que fosse garantida a retomada do crescimento da economia, como por exemplo as tarifas de energia elétrica foram reduzidas, os bancos públicos entraram na concorrência via redução de taxas de juros e as desonerações fiscais implementadas aumentaram a capacidade de investimento do setor privado empresarial, de acordo com Sicsú (2013).

A Redução do crédito no mercado foi outro meio que o governo brasileiro encontrou para fazer com que a economia se mantivesse estável. Conforme o DIEESE (2014) o crédito possui importantíssimo papel na economia, pois é essencial ao financiamento do consumo das famílias e do investimento dos setores produtivos. Um dos fatores que podem explicar o crescimento da economia brasileira no período recente é a ampliação do mercado de crédito. Em dezembro de 2002, a relação crédito/PIB era de 23,8%, passando a 55,8% em fevereiro de 2014.

De acordo com Gasparin (2011), logo após o estouro da crise nos EUA, os investidores do mundo inteiro passaram a retirar as aplicações de ações de

empresas, de bancos e de títulos de governos, incluindo os do Brasil. O motivo foi por que houve uma incerteza na confiabilidade de balanços de alguns bancos e empresas, além de os aplicadores precisarem resgatar investimento para cobrirem os prejuízos que tiveram com a crise.

Os reflexos foram, segundo Gasparin (2011), intensos. Devido ao sistema financeiro ser interligado em todo o mundo, a baixa liquidez refletiu, em um primeiro momento, na falta de dinheiro disponível no Brasil para a concessão de crédito tanto para as empresas como para os consumidores. De 20% a 25% do crédito oferecido no Brasil vem de fora. A inadimplência de pessoa física subiu, chegou a 8,5% em maio de 2009. Em junho de 2008, estava em 7%. As que mais foram afetadas foram as empresas, pois tinham alguns contratemplos em obter financiamento para investimentos e exportações, por exemplo. Os consumidores, para aquisições de bens, precipuamente os de maior valor agregado, no caso de imóveis e veículos.

Segundo o DIEESE (2014), no mês de dezembro de 2013, o saldo total das operações de crédito da economia brasileira foi de R\$ 2,715 trilhões. Desse total, R\$ 1,464 trilhão foi para pessoas jurídicas (PJ) e R\$ 1,251 trilhão para pessoas físicas (PF). Em a janeiro de 2008, um crescimento real acumulado foi mostrado de semelhante forma, de 105,5% para Pessoa jurídica e 104,4% para pessoa física, o resultado foi uma variação real acumulada de 105% para o crédito total da economia. Assim, nesse período, a participação equivalente dessas duas linhas em sobre o crédito total praticamente não se alterou, continuando em 54% para Pessoa Jurídica e 46% para Pessoa Física. Em 2008 a relação crédito/PIB passou de 35,5% para 56,5%, no mês de dezembro de 2013. Nessas datas, o crédito PJ/PIB foi de 19,1% para 30,5% e o crédito PF/PIB aumentou de 16,4% para 26%.

De acordo com DIEESE (2014) desde 2004, o crédito na economia brasileira estava se ampliando seguramente devido a uma série de fatores, como por exemplo, expectativas positivas referente à recuperação do emprego e da renda, a criação do crédito consignado com desconto em folha de pagamento e a aceleração dos investimentos produtivos a partir de 2006. A expansão dos credito foi mais expressiva nos bancos privados, até 2007. O que mudou no inicio da crise, pois em 2008, os bancos privados diminuiu a oferta de crédito, que começou a ser alimentada pelos bancos públicos, principalmente nos financiamentos para alguns setores, como os

setores industrial, agrícola e habitacional, isso tudo como parte da estratégia do governo federal para enfrentar e manter a economia equilibrada em meio a crise.

Figura 19 - Saldo das operações crédito por Pessoa Jurídica e Física - Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013

Meses	Saldo (em R\$ milhões de dez/2013)			Participação relativa (%)	
	Total	PJ	PF	PJ	PF
jan/08	1.324.530	712.605	611.926	54%	46%
dez/08	1.627.514	922.261	705.254	57%	43%
dez/09	1.796.079	1.003.055	793.025	56%	44%
dez/10	2.044.701	1.117.839	926.864	55%	45%
dez/11	2.279.950	1.247.500	1.032.450	55%	45%
dez/12	2.508.326	1.368.968	1.139.358	55%	45%
dez/13	2.715.151	1.464.070	1.251.081	54%	46%
Varição Acumulada	105,0%	105,5%	104,4%	-	-

Fonte: DIEESE (2014)

Na figura abaixo, é possível perceber o saldo das operações de crédito em relação ao PIB por Pessoa Jurídica e Pessoa Física no Brasil; de Janeiro de 2008 até Dezembro de 2013. Dados apresentados em porcentagem do PIB:

Figura 20-saldo das operações de crédito em relação ao PIB da Pessoa Jurídica e Pessoa Física no Brasil; de Janeiro de 2008 até Dezembro de 2013.

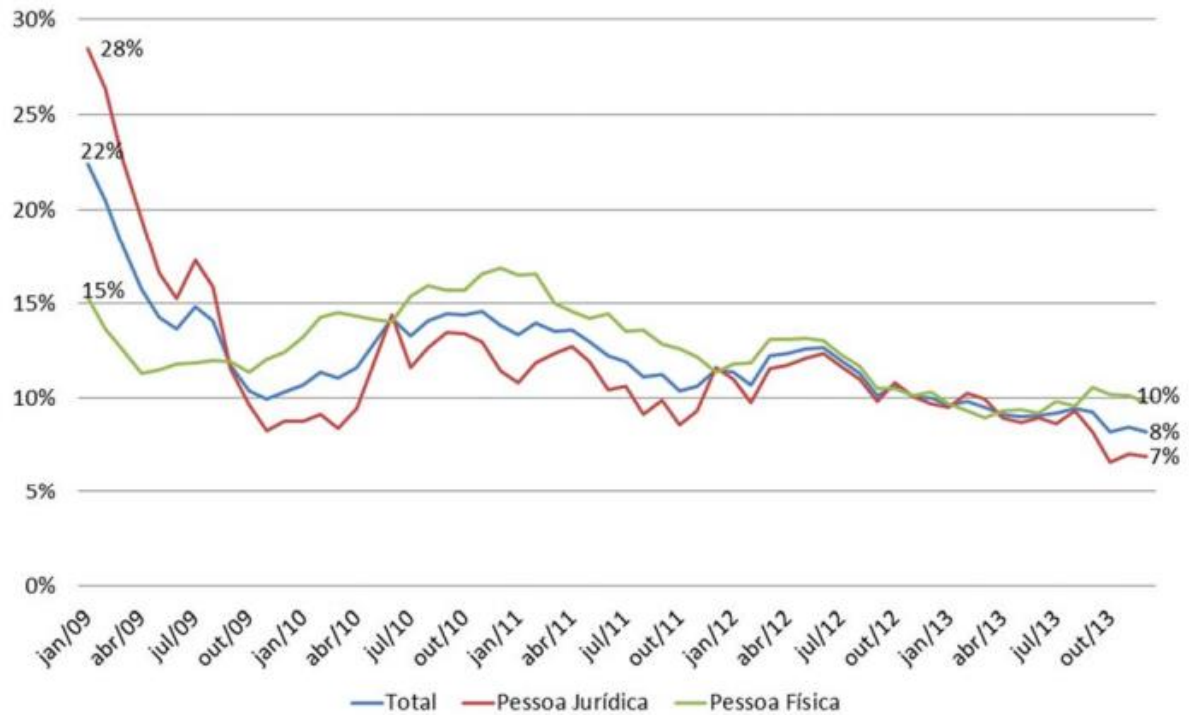
Meses	Total/PIB	PJ/PIB	PF/PIB
jan/08	35,47	19,08	16,39
dez/08	40,7	23,06	17,63
dez/09	43,85	24,49	19,36
dez/10	45,43	24,84	20,59
dez/11	49,1	26,9	22,2
dez/12	53,8	29,4	24,4
dez/13	56,5	30,5	26

Fonte: DIEESE (2014)

Ao ver a taxa de crescimento real acumulado nos 12 meses para os diferentes tipos de créditos, se percebe a desaceleração no crédito às empresas. Em janeiro de 2009, os empréstimos para Pessoa Jurídica aumentaram 28% em uma taxa por ano, em termos reais, o passo diminuiu para 7%, no mês de dezembro de 2013. Já para as famílias, em 2009 o crédito crescia a 15% mas chegou no final de

2013 com a expansão real de 10% em 12 meses, mostrando desaceleração, porém, em menor intensidade que os empréstimos às empresas.

Figura 21 - Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito no Brasil PJ e PF - 2009-2013 (%)



Fonte: DIEESE (2014)

De contrastivo modo, a evolução do crédito no Brasil, por destinação foi sutil. O saldo de empréstimos com recursos livres chegou a R\$ 1,508 trilhão no mês de dezembro de 2013, desempenhando crescimento real. De 2008 a 2013, o aumento do crédito na economia brasileira acumulado de 70% desde janeiro de 2008. Já o crédito com recursos direcionados foi bem superior do que no mesmo período passado, com expansão real de 176%, chegando a R\$ 1,207 trilhão, principalmente o crédito imobiliário, rural e com recursos do BNDES. Por causa disso a participação relativa do crédito direcionado no total passou de 33%, em janeiro de 2008, para 44,4%, em dezembro de 2013. A participação do crédito livre caiu de 67% em janeiro de 2008 para 55,6% em dezembro de 2013 (DIEESE, 2014).

Esta maior intensidade da expansão do crédito direcionado é devido a atuação anticíclica dos bancos públicos sobre a crise subprime que ocorreu em

varios setores especificos: indústria (a maioria via BNDS), agricultura (a maioria pelo Banco do Brasil) e habitacional (a maioria pela Caixa Econômica Federal).

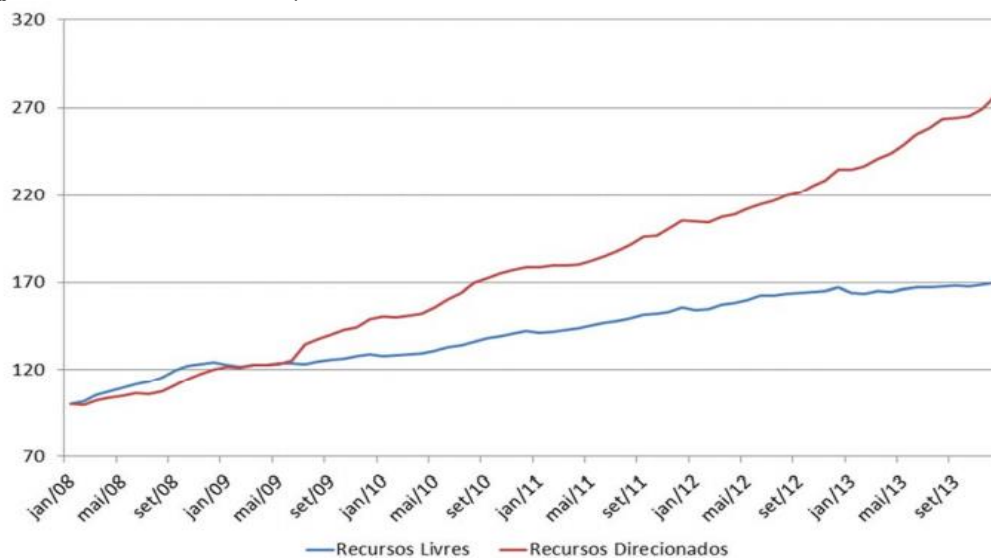
Figura 22 - Saldo das operações crédito: recursos livres e direcionamentos Brasil - 2008-2013

Meses	Saldo (em R\$ milhões de dez/2013)		Participação Relativa (em %)	
	Recursos Livres	Recursos Direcionados	Recursos Livres	Recursos Direcionados
jan/08	887.271	437.260	67%	33%
dez/08	1.101.340	526.175	68%	32%
dez/09	1.144.259	651.821	64%	36%
dez/10	1.262.885	781.817	62%	38%
dez/11	1.381.158	898.792	61%	39%
dez/12	1.481.832	1.026.494	59%	41%
dez/13	1.508.309	1.206.842	56%	44%
Variação Acumulada	70%	176%	-	-

Fonte: DIEESE (2014)

Na figura abaixo tem-se evolução do saldo de operações de crédito: Recursos Livres e Direcionados Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013. Número Índice (jan/2008 = base 100).

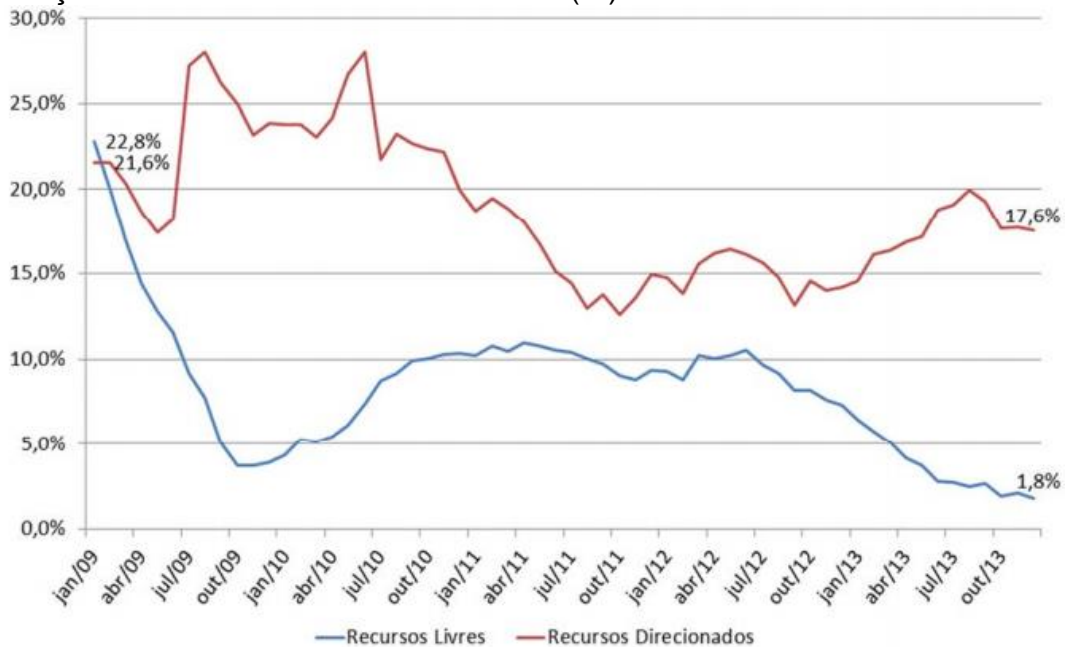
Figura 23 - evolução do saldo de operações de crédito: Recursos Livres e Direcionados Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013. Número Índice (jan/2008 = base 100)



Fonte: DIEESE (2014)

Em um ano, a taxa de crescimento real acumulado nos diz que o crescimento do crédito no Brasil, é fomentado pelo desempenho dos empréstimos com recursos direcionados. Desde 2008, a desaceleração no crescimento do crédito está focadamente relacionada às operações com recursos livres, por exemplo em 2009 crescimento real anual era de 22,8%, e passou para 1,8%, em 2013, como na figura abaixo. Em 2009, o saldo do crédito com recursos direcionados cresceu 21,6% e permaneceu alto em 2013 (17,6%).

Figura 24 - Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito - Brasil - 2008-2013 (%)



Fonte: DIEESE (2014)

Por causa disso, no final de 2013 o crédito com recursos livres como proporção do PIB passou 23,76%. No mesmo período, o crédito com recursos direcionados como proporção do PIB passou de 11,71% para 25,1% .

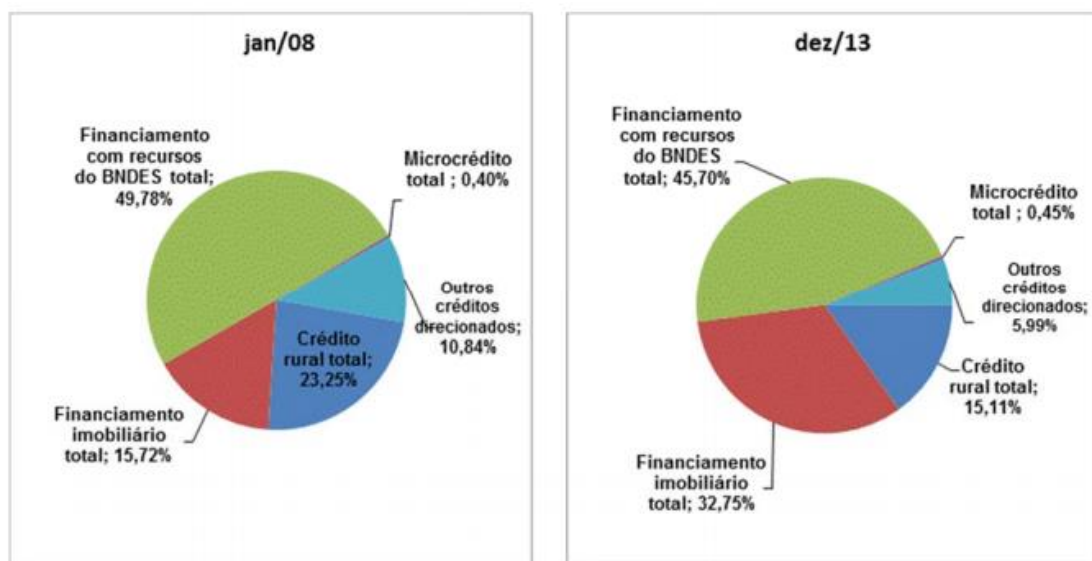
Figura 25 - Saldo das operações de crédito em relação ao PIB - Recursos Livre e Direcionados - Brasil - 2008-2013 (em % do PIB)

Meses	Recursos livres em relação ao PIB (%)	Recursos direcionados em relação ao PIB (%)
jan/08	23,76	11,71
dez/08	27,54	13,16
dez/09	27,94	15,91
dez/10	28,06	17,37
dez/11	29,7	19,4
dez/12	31,8	22
dez/13	31,4	25,1

Fonte: DIEESE (2014)

O crédito imobiliário foi uma das modalidades que mais se expandiu nos últimos anos no Brasil, se tornando uma das bases do crescimento do crédito brasileiro. Entre 2008 e 2013, o total do saldo da carteira de crédito focado para compra e financiamento imobiliário cresceu 5,7 vezes (474,8%) (DIEESE, 2014). Em janeiro de 2008, a participação da carteira de crédito imobiliário no total dos recursos direcionados foi de 15,7%, e em dezembro de 2013 passou a ser de 33% conforme mostra a figura abaixo:

Figura 26 - Participação relativa das modalidades de crédito direcionado - Brasil - 2008-2013



Fonte: DIEESE (2014)

Nos últimos seis anos, o crédito imobiliário destinado à pessoa jurídica registrou crescimento real de 601%, bem maior que o crédito destinado à pessoa física, que aumentou em 459% acima da inflação do período. Estas foram variações superiores, à elevação do crédito direcionado total para pessoa jurídica (155%) e pessoa física (212%), conforme DIEESE (2014) na figura abaixo:

Figura 27 - Variação real do saldo do crédito imobiliário - Brasil - 2008-2013 (em R\$ milhões de dez/2013)

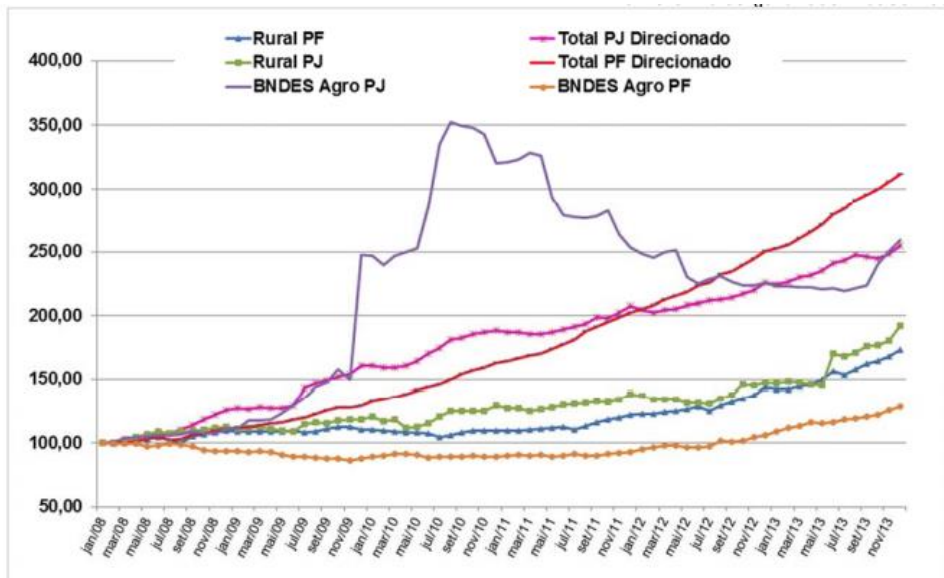
Saldos	jan/08	dez/13	Variação Acumulada (em %)
Imobiliário PF (a)	61.088,14	341.465,00	459,0%
Total Carteira Direcionado PF	162.197,82	505.942,00	211,9%
Imobiliário PJ (b)	7.670,05	53.776,00	601,1%
Total Carteira Direcionado PJ	275.061,94	700.900,00	154,8%
Total Imobiliário (a+b)	68.758,19	395.241,00	474,8%

Fonte: DIEESE (2014)

E dezembro de 2013, a carteira de crédito imobiliário de pessoas físicas apresentou uma variação real menor, em termos de participação, a maior parcela da carteira de crédito imobiliário (86,4%), com saldo de R\$ 341,5 bilhões. Já a carteira de crédito imobiliário de Pessoa Jurídica representou 13,6% do crédito imobiliário, do total de R\$ 53,8 bilhões. Apesar disso, a participação do crédito imobiliário de Pessoa física se manteve se comparado a janeiro de 2008, quando representou 89% do total da carteira de crédito imobiliário. Enquanto isso, a carteira Pessoa Jurídica aumentou a participação, que era 11,2% do total do imobiliário (DIEESE, 2014).

Outro crédito importante é o Crédito Rural. Este, de acordo com DIEESE (2014) é destinado aos produtores, cooperativas e associações, objetivando estimular a produção agrícola, os investimentos e a comercialização de produtos agropecuários. No mês de janeiro de 2008, o crédito ao setor rural no Brasil somava 3,36% do PIB. No decorrer do período, o percentual passou a representar 4,56% de toda a riqueza criada no país. O Banco do Brasil tem 66,1% de participação de mercado em créditos rurais e agroindustriais.

Figura 28 - Evolução do saldo da carteira de crédito direcionado rural PF e PJ - Brasil - 2008-2013



Fonte: DIEESE (2014)

Segundo a figura acima, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013, houve elevação, em termos reais, em todos os saldos de crédito ao setor rural, no entanto, abaixo do crescimento do total da carteira de crédito direcionado, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica (DIEESE, 2014).

O saldo montante da carteira de crédito direcionado a Pessoa Física e Pessoa Jurídica cresceu 211,9% e 154,8%, no período analisado. Já o total da carteira do crédito rural, junto com os recursos do BNDES para financiamento agroindustrial, cresceu e somou R\$ 218 bilhões em dezembro de 2013, com crescimento real de 73,1% em relação a janeiro de 2008, como mostra a figura abaixo Xx do DIEESE (2014):

Figura 29 - Saldos da carteira de crédito com recursos direcionados para pessoa física e pessoa jurídica no setor rural - Brasil - 2008-2013

Saldos	jan/08	dez/13	Varição Acumulada (em %)
Rural PF (a)	66.653,48	115.271,00	72,9%
BNDES PF agroindustrial (b)	20.917,95	26.887,00	28,5%
Total Carteira Direcionado PF	162.197,82	505.942,00	211,9%
Rural PJ (c)	35.011,90	67.133,00	91,7%
BNDES PJ agroindustrial (d)	3.371,71	8.742,00	159,3%
Total Carteira Direcionado PJ	275.061,94	700.900,00	154,8%
Total Rural (a+b+c+d)	125.955,04	218.033,00	73,1%

Fonte: DIEESE (2014)

O Microcrédito também é muito importante. De acordo com o Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, o microcrédito é aquele de pouca quantia que é concedido a pessoas com negócio próprio, de pequena escala, e que será pago fundamentalmente com o produto da venda de bens e serviços frutos desse negócio. Conforme os dados do DIEESE (2014), entre 2008 e 2013, no primeiro período, o microcrédito ao consumo representava 73% do total e aos microempreendedores 27%. Em dezembro de 2013, a participação das linhas de consumo foram de 10% e a dos microempreendedores de 90% do microcrédito total.

Figura 30 - Saldo das operações de microcrédito - Brasil - 2008-2013

Meses	Saldos - Em R\$ milhões de dez/2013			Participação Relativa	
	Microcrédito destinado a consumo	Microcrédito destinado a microempreendedores	Microcrédito total	Microcrédito destinado a consumo	Microcrédito destinado a microempreendedores
jan/08	1.284	470	1.755	73%	27%
dez/08	1.159	673	1.831	63%	37%
dez/09	1.225	953	2.179	56%	44%
dez/10	1.719	1.287	3.007	57%	43%
dez/11	1.123	1.856	2.979	38%	62%
dez/12	981	3.042	4.022	24%	76%
dez/13	563	4.829	5.392	10%	90%
Varição Acumulada	-56%	928%	207%	-	-

Fonte: DIEESE (2014)

Os dados do Banco Central mostram que os bancos públicos sustentaram decisivamente a evolução do saldo total do crédito.

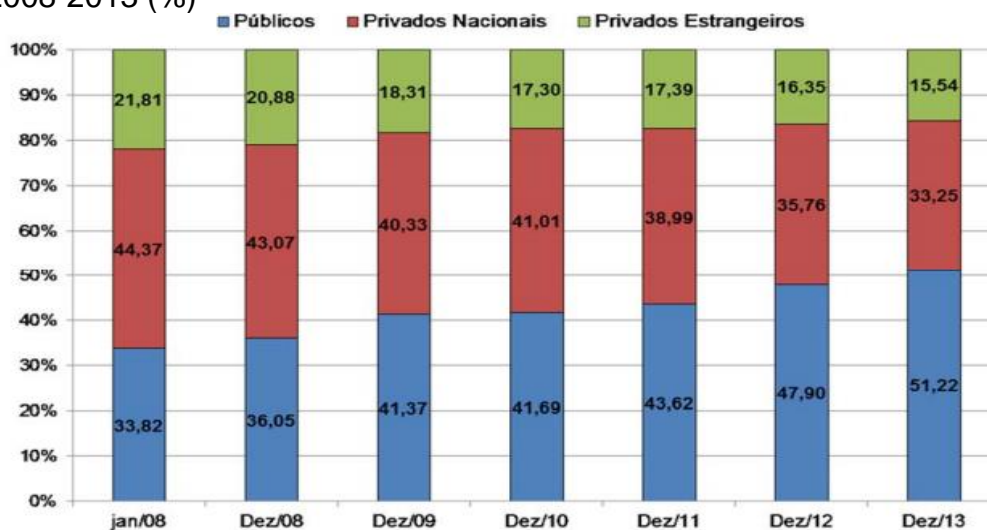
Figura 31 - Saldo das operações de crédito por controle de capital - Brasil - 2008-2013

Mês/Tipo de controle	Públicos	Privados Nacionais	Privados Estrangeiros
jan/08	447.944	587.717	288.872
dez/08	586.790	700.916	339.815
dez/09	742.953	724.354	328.775
dez/10	852.370	838.546	353.791
dez/11	994.491	888.963	396.492
dez/12	1.201.389	896.943	409.993
dez/13	1.390.654	902.692	421.806
Varição Acumulada (%)	210,45	53,59	46,02

Fonte: DIEESE (2014)

O saldo das operações de crédito, nos bancos públicos, cresceu 210% em termos reais, e nos bancos privados nacionais e estrangeiros, cresceu 54% e 46%, respectivamente. Por causa disso, em janeiro de 2008, a participação relativa dos bancos públicos no saldo total das operações de crédito da economia foi a ser 36%, e passou para 51%, em dezembro de 2013. Devido a isso, os bancos privados nacionais e estrangeiros diminuíram a participação na oferta de crédito, de 43% para 33% e de 21% para 16%, respectivamente, como mostra a figura abaixo com os dados do DIEESE (2014):

Figura 32 - Composição do saldo das operações por controle de capital - Brasil - 2008-2013 (%)



Fonte: DIEESE (2014)

Em dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito dos bancos públicos alcançou 28,9% do PIB e, nos bancos privados nacionais e estrangeiros, foi de 27,6% do PIB.

Outro ponto a se destacar durante a crise aqui no Brasil foi a Alta do dólar: logo após o início da crise, o valor do dólar sobre o real subiu bastante. Conforme Gasparin (2011), o câmbio, que estava em cerca de R\$ 1,60 em agosto de 2008, chegou cerca de R\$ 2,40 em dezembro do mesmo ano.

O que isso acarretou foi que a alta do dólar, junto com a falta de crédito no Brasil, prejudicou particularmente algumas empresas que estavam com dívidas em dólar e não estavam protegidas para oscilações tão significativas da moeda. Junto a isso, o dólar alto também afetou consumidores que tinham a pretensão de viajar para o exterior, e os que queriam adquirir produtos importados.

Apenas para análise, em relação à cotação da moeda americana, em cinco anos (2003 a 2007) o dólar desvalorizou 41,4% sobre o Real. Em relação ao euro, a perda foi de 23%, e assim por diante. Ao mesmo tempo, o preço do barril de petróleo ganhou 140% em média no mesmo período. O índice geral de commodities ganhou 76%; o índice dos metais subiu 94%, enquanto o índice industrial total cresceu 126%, e o índice alimentação subiu 40%. As cotações das commodities, em Chicago, atingiram patamares históricos nestes últimos anos. Os preços internacionais efetivamente subiram significativamente a partir de setembro/outubro de 2006 (BRUM E SILVEIRA, 2010).

No período da crise, a incerteza sobre o dólar foi uma das principais incertezas. O fato de o dólar ter perdido força significativa perante as principais moedas do mundo, inclusive o Real, deixou o mundo bastante aflito até mesmo para as perspectivas de retomada econômica (BRUM E SILVEIRA, 2010).

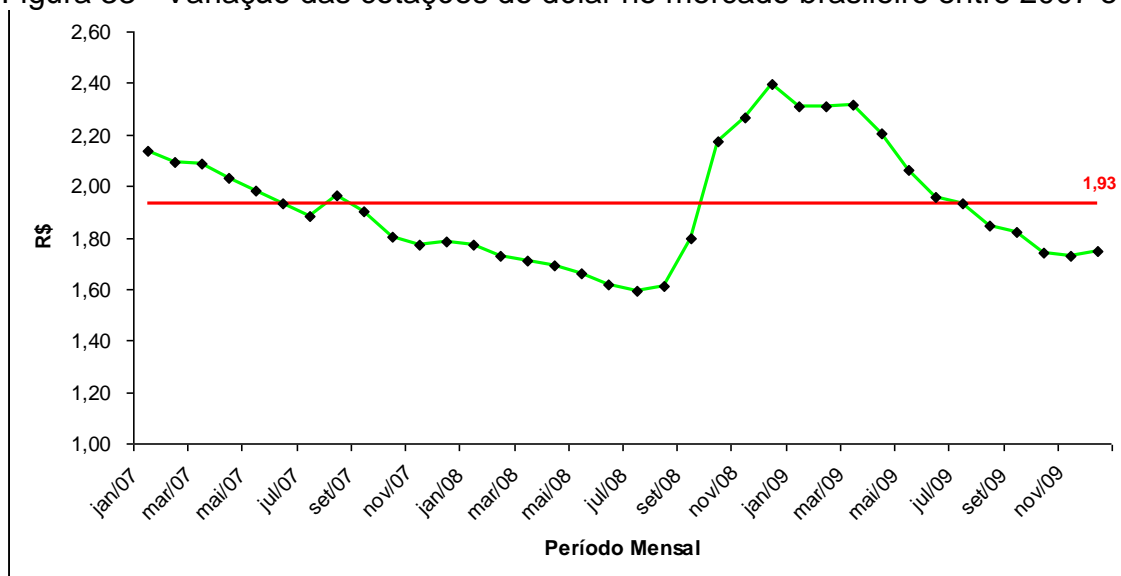
Após o estouro da crise, em 2009 pode se ver o interesse estadunidense em manter um dólar fraco (desvalorizado frente as demais moedas mundiais). Como qualquer produto no mercado, o valor do dólar evolui em função de sua oferta e procura. Depois do segundo semestre de 2008, e até abril/maio de 2009, o dólar partiu de uma posição depreciada e agregou valor perante as outras moedas mundiais rapidamente. Assim, a crise internacional provocou dois efeitos explicativos: as empresas transnacionais foram obrigadas a mandar de volta seus ativos para os EUA, com o objetivo de cobrir os rombos de Wall Street; e houve uma

redução na oferta de títulos americanos. Isso fez com que a demanda líquida por dólares aumentasse, o que provocou sua apreciação (BRUM E SILVEIRA, 2010).

Sobre a economia brasileira, o real vem se valorizando a oito anos frente ao dólar dos EUA. Após a alta cambial ocorrida no segundo semestre de 2002, quando o real chegou a quase a R\$ 4,00 por um dólar, o real vem se apreciando, chegando ao extremo de bater em R\$ 1,56 no início de agosto de 2008. Conforme Brum e Silveira (2010), no mês de julho de 2008 a propensão do câmbio, no Brasil, era finalizar o ano em torno de R\$ 1,60, diante da forte entrada de dólares no país no período. Depois de setembro de 2008, com a crise econômica mundial, as fortes oscilações cambiais foram à tônica no mercado, tendo momentos em que o mesmo chegou quase a R\$ 2,50. Ou seja, uma forte maxidesvalorização de nossa moeda e de forma incrivelmente rápida.

Segundo Brum e Silveria (2010), a figura abaixo representa o movimento e as fortes oscilações que a moeda americana teve comparado como real, durante o início da crise internacional. O Real ficou cotado a R\$ 1,93 por dólar. Pode-se constatar a forte valorização que o dólar demonstrou em outubro de 2008 em relação à moeda brasileira e, aliás, que também ocorreu com o resto das moedas internacionais

Figura 33 - Variação das cotações do dólar no mercado brasileiro entre 2007 e 2009



Fonte: FERRAZ (2013).

Um dos principais processos de desvalorização da moeda foi à forte saída de dólares do país protagonizada pelos aplicadores estrangeiros, estes queriam cobrir

os rombos ocorridos nas bolsas das principais economias do mundo, assim como na própria economia real. O Banco Central brasileiro passou a vender dólares no mercado, graças às importantes reservas cambiais construídas em momentos anteriores (BRUM E SILVEIRA, 2010).

Com a crise houve uma menor oferta da moeda dos EUA, reduzindo a liquidez consideravelmente, além de muitos voltarem a usá-la como refúgio, fatos que elevaram ainda mais a demanda pela moeda, provocando assim a sua valorização. A ajuda que o Banco Central estadunidense deu à economia exigiu uma grande emissão de moeda em troca de títulos públicos. Tendo mais dólares na economia tendeu-se a diminuir o valor da moeda estadunidense, o que não permitiu que a mesma disparasse no contexto das moedas mundiais em geral e da moeda brasileira em particular (BRUM E SILVEIRA, 2010).

A alta do dólar aconteceu apenas dois meses depois do estouro da crise, de acordo com Gasparin (2011). Com a resposta do Brasil ao cenário externo, o país ganhou força e atraiu capital internacional, por meio de investimentos externos – o que fez o câmbio mudar de direção, com a valorização do real frente ao dólar.

Os reflexos que isso implica, são que o real valorizado colaborou no combate à inflação, pois uma vez que barateia a entrada de produtos importados no país e ajuda a atender a demanda interna. Também facilita em fatores como viagens de brasileiros ao exterior. Apesar disso, a moeda bem valorizada prejudica a competitividade das empresas nacionais, tanto nas exportações como na concorrência com produtos importados dentro do Brasil, o que pode causar diminuição de postos de trabalho e de investimentos (GASPARIN, 2011).

Referente a redução dos juros no país: antes da crise, de acordo com Gasparin (2011) o Banco Central do Brasil vinha subindo os juros no país. De setembro a dezembro de 2008, a taxa básica de juros (Selic) estacionou, e se manteve 13,75% ao ano, até vir a 8,75% entre o final de 2009 e o início de 2010. Com a volta do crescimento, os juros também voltaram a subir, 12,5% ao ano até agosto de 2011. No dia 31 de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu os juros a 12% ao ano.

De acordo com o TCU (2009), para aliviar a crise, salienta-se ainda várias ações monetárias e creditícias que ajudaram a aumentar a liquidez na economia, gerando a diminuição da taxa de juros real em 2009, como a redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário e o aumento da oferta de crédito. Depois de

outubro de 2008 para evitar ocorrências de liquidez nas instituições financeiras nacionais. O Banco Central do Brasil disponibilizou para os grandes bancos R\$ 24 bilhões para fins de compra de carteira de bancos menores com problemas de liquidez e de solvência. Outro fator foi que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram autorizados a adquirir ações e participações de instituições financeiras nacionais.

No que se refere a política fiscal, as medidas anticrise advindas de redução de tributos e aumentos de despesas governamentais geraram a redução do superávit primário da União, de 2008 para 2009 qual proporção do PIB caiu de 2,45% para 1,29%. O déficit nominal da União em relação ao PIB aumentou de 0,69% em 2008 para 3,44% em 2009, conforme o TCU (2009).

Outro ponto importante, conforme Gasparin (2011) é a Inflação. Todo o estímulo ao consumo no país acabou ajudando para o aumento dos preços. Aqui, a influência sucedeu pela chamada inflação de demanda, que é quando há mais consumidores interessados em comprar do que produtos existentes no mercado. Os reflexos disso são que o aumento dos preços acaba por pegar parte da renda para o consumo. No longo prazo, pode causar o desaquecimento da economia.

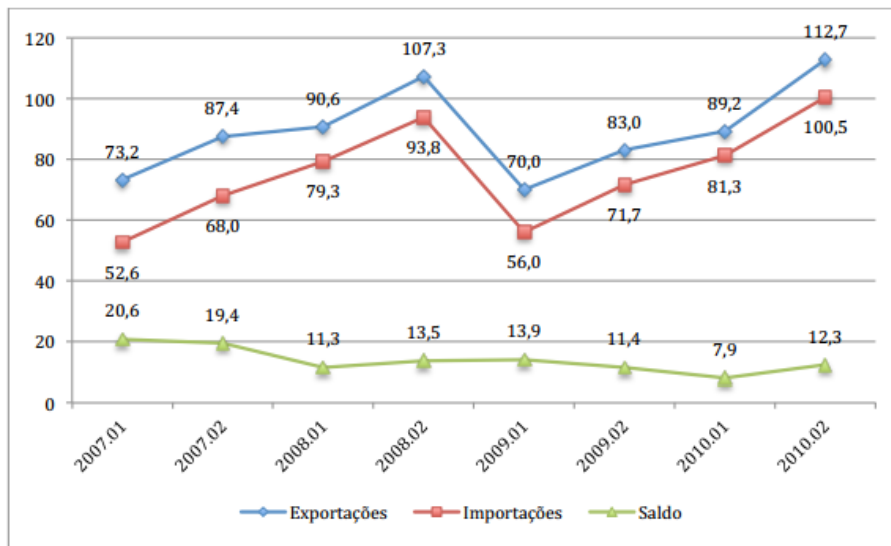
De acordo com o IBGE, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2008 com alta de 5,90%. Este é maior valor registrado desde o ano de 2004, quando o índice foi de 7,6%. Em 2007, a inflação medida pelo IPCA foi de 4,46%. Apesar da alta em relação ao ano anterior, a inflação de 2008 dentro do esperado pelo Banco Central. O ponto da meta era de 4,5%, mas ficou dentro do topo de 6,5% estabelecido.

Referente ao comércio exterior, conforme Ferraz (2013) o comércio internacional mostrou um crescimento médio anual de em média 12,2% entre 2000 e 2008, o que elevou, no ano de 2008 o volume de exportações mundiais de U\$ 6,39 trilhões (2000) para aproximadamente UU\$ 16,13 trilhões. No mesmo período de 2000 e 2008 as exportações brasileiras cresceram por volta de 17,3% ao ano, fazendo crescer o market-share do país nas exportações de 0,88% de 2000 para 1,26% (2008). Assim, o crescimento das vendas externas se baseou num aumento do coeficiente de exportação que passou de 8,5%, em 2000, para 12,6%, em 2008. A crise gerou uma redução nos fluxos de comércio internacionais de 40%. Entre 2007 e 2008, as exportações brasileiras cresceram do mesmo modo que as importações. Contudo, o crescimento mais das importações implicou à queda do

saldo comercial de cerca de US\$40 bilhões, em 2007, para aproximadamente US\$24,8 bilhões, em 2008.

De fato, no primeiro semestre de 2009 as exportações caíram para US\$70 bilhões, contra os US\$107 bilhões e US\$ 90 bilhões observados no segundo e no primeiro semestres de 2008, respectivamente. As importações também caíram. A partir do segundo semestre de 2009, tanto exportações quanto importações começaram a recuperar-se e, em 2010: US\$ 40,0 bilhões em 2007, US\$24,8 bilhões, em 2008, US\$ 25,3 bilhões, em 2009, e US\$20,2 bilhões, em 2010 (BASTOS, 2013).

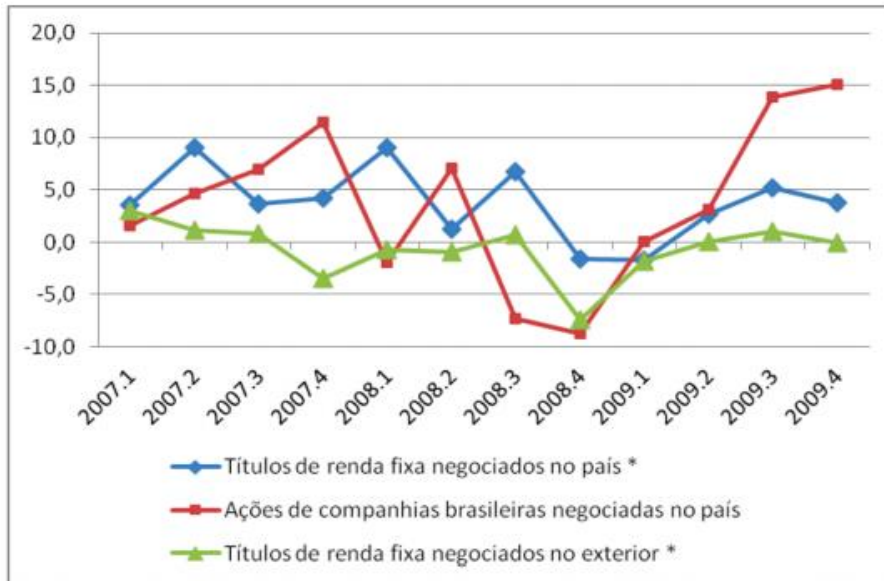
Figura 34 - Exportações, Importações e Saldo Comercial - Brasil - Evolução semestral 2007-2010 (em US\$ bilhões)



Fonte: FERRAZ (2013).

O efeito da crise nos investimentos em carteira, segundo Bastos (2013), esteve fortemente influenciado pela evolução de três fatores: investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras negociadas no país, em títulos de renda fixa negociados no exterior e em títulos de renda fixa negociados no país. As inversões em ações tornaram-se negativas no terceiro trimestre de 2008. Os investimentos em títulos de renda fixa negociados no país também foram impactados tornando-se negativos no último trimestre de 2008 (ver figura baixo).

Figura 35 - investimento estrangeiro em carteira - Evolução trimestral - 2007-2009 (em US\$ bilhões)



Fonte: FERRAZ (2013).

A figura abaixo resume os resultados consolidados (ano a ano) do investimento estrangeiro em carteira, no triênio 2007/09. Indica que, em 2008, a retração destes investimentos resultou da liquidação de posições na bolsa brasileira e da retração do crédito captado por intermédio da venda de títulos de renda fixa no exterior. O déficit observado só não foi mais acentuado porque contrabalançado pelas vendas de títulos de renda fixa (títulos públicos vendidos no mercado doméstico) que permaneceram em patamar expressivo (US\$15,3 bilhões), ainda que menor do que o observado em 2007. Isso foi garantido pelo “aumento do diferencial entre os juros internos e externos – num contexto de reduções sucessivas da taxa de juros básica nos Estados Unidos e de elevação da taxa básica de juros brasileira – e pela evolução favorável do risco-país até agosto, antes do agravamento da crise internacional (FERRAZ 2013).

Figura 36 - Brasil: Investimentos estrangeiros em carteira - 2007-2009

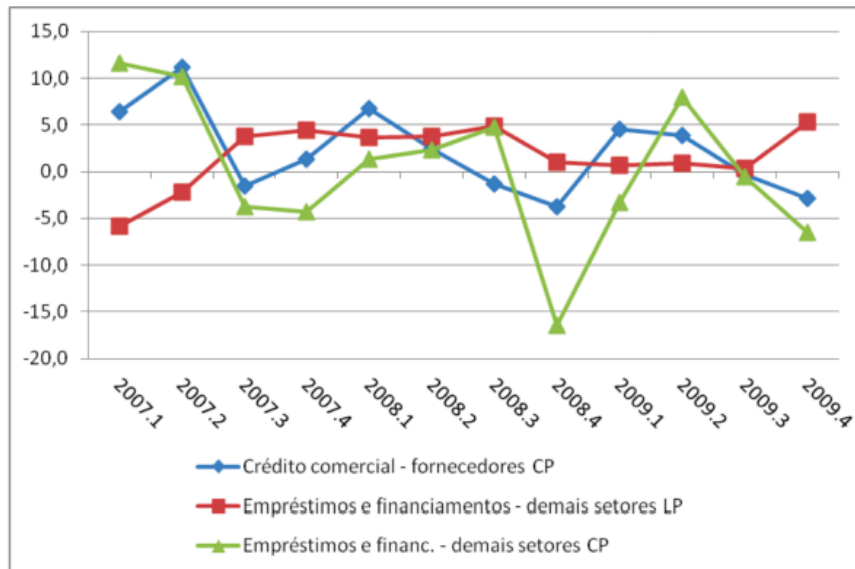
(Em US\$ bilhões)	2007	2008	2009
A. Investimentos estrangeiros (total)	48,1	-0,8	46,2
A.1 Ações de companhias brasileiras	26,2	-7,6	37,1
<i>Negociadas no país</i>	24,6	-10,9	32,1
<i>Negociadas no exterior (Depositary Receipts)</i>	1,6	3,3	5,0
A.2 Títulos de renda fixa LP e CP	21,9	6,8	9,1
B.2.1 Negociados no país LP e CP	20,5	15,3	10,1
<i>Títulos de renda fixa LP</i>	13,6	13,8	9,7
<i>Títulos de renda fixa CP</i>	6,9	1,5	0,4
A.2.2 Negociados no exterior LP e CP	1,4	-8,5	-1,0
<i>Bônus LP</i>	-7,9	-3,0	0,1
<i>Notes e commercial papers LP</i>	5,6	-1,6	-0,5
<i>Títulos de renda fixa CP</i>	3,7	-3,9	-0,6

Fonte: FERRAZ (2013).

O denominado Investimento Direto Estrangeiro (IDE) aumentou significativamente nos últimos vinte anos, demonstrando também o grau que se atingiu de exportação de capitais, nomeadamente entre os países do centro do sistema capitalista mundial. Entre 1990 e 2010, os fluxos de IDE acumulados atingiram 17076 mil milhões de dólares, quase 27% do PIB mundial em 2010 e quase 5,5 vezes o volume de fluxos de IDE registado em 1990. Estes fluxos contribuíram para o significativo aumento do número de operações de fusão & aquisição (F&A) transfronteiriças, preferencialmente usadas em detrimento do investimento de raiz (greenfield investment) noutros territórios, como se verificou nos anos 70 do século passado. Contribuíram para acelerar o processo de concentração e centralização do capital. É significativo que o stock de IDE a nível mundial tenha passado de quase 10% do PIB em 1990 para 1/3 do PIB mundial em 2010. Os fluxos de IDE em vinte anos duplicaram o seu peso no investimento mundial (formação bruta de capital fixo), representando mais de 9% em 2010 (CARVALHO, 2012).

Conforme Ferraz (2013), a escassez de crédito resultante da crise impactou a conta “outros investimentos” por intermédio de três rubricas principais: crédito comercial fornecedores (CP), empréstimos e financiamento aos demais setores (LP) e empréstimos e financiamento aos demais setores (CP). Os créditos comerciais de curto prazo tornaram-se (empréstimos contratados por empresas exportadoras e importadoras junto a fornecedores) deficitários nos dois últimos trimestres de 2008.

Figura 37 - Outros investimentos estrangeiros - Evolução trimestral - 2007-2009 (em US\$ bilhões)



Fonte: FERRAZ (2013).

A análise dos resultados acumulados de 2008 dos “outros financiamentos estrangeiros” registra que o crédito comercial de curto prazo foi reduzido para menos de um quarto do valor contratado no ano anterior, caindo de US\$ 17,2 bilhões, em 2007, para US\$4,0 bilhões em 2008. Neste ano, em conjunto com os empréstimos e financiamento de longo prazo aos demais setores (cuja captação líquida foi de US\$13,3 bilhões) foram suficientes para compensar o déficit nos empréstimos e financiamento de curto prazo aos demais setores (US\$8,1 bilhões). Assim, em 2008, o resultado líquido dos “outros investimentos estrangeiros” permaneceu positivo (US\$8,1 bilhões), ainda que em patamar muito inferior ao de 2007 (US\$31,7 bilhões). No agregado, em 2008, os “outros investimentos” (soma dos investimentos brasileiros e estrangeiros) geraram um resultado positivo modesto: US\$2,9 bilhões, contra os US\$13,1 bilhões de 2007.

Figura 38 - Brasil: outros investimentos estrangeiros - 2007-2009

(Em US\$ bilhões)	2007*	2008*	2009*
Outros investimentos (1)+(2)	13,1	2,9	-16,3
1. Outros investimentos brasileiros (líquido)	-18,6	-5,3	-30,4
2. Outros investimentos estrangeiros (líquido)	31,7	8,1	14,1
A. Crédito comercial - fornecedores LP e CP	17,4	4,5	4,1
Crédito comercial - fornecedores LP	0,1	0,5	-1,0
Crédito comercial - fornecedores CP (líquido)	17,2	4,0	5,1
B. Empréstimos e financiamentos LP e CP	13,7	5,2	4,9
Empréstimos e financiamentos - demais setores LP	0,1	13,3	7,2
Empréstimos e financiamentos. - demais setores CP	13,8	-8,1	-2,3

Fonte: FERRAZ (2013).

No Brasil, não se teve uma crise financeira nas mesmas proporções e termos da Crise norte americana ou europeia. O que ocorreu, foi uma recessão, patente, de acordo com os dados apresentados no item anterior.

Alguns autores, afirmam que deu-se uma recessão, e não a crise em si, como Rebêlo (2010 p. 8):

Deu-se uma recessão, e não a malfadada crise por que o Brasil, em termos estruturais, já vinha de meados dos anos 90 com um setor econômico mais seguro, que proporcionava investimentos e uma maior estabilidade do mercado graças a um equilíbrio envolvendo as finanças públicas, o balanço de pagamentos e o controle inflacionário, uma eterna dor de cabeça que ainda preocupa, mas que não é mais o monstro dos pesadelos de nosso país. Somando-se a isso, deve-se reconhecer que o governo tomou medidas econômicas rapidamente com o fulcro de neutralizar os efeitos imediatos da crise desencadeada no EUA, algo importante quando se esta diante de uma crise financeira de grandes proporções. Sabendo-se disso, pode-se notar uma atuação do Estado brasileiro no sentido de evitar que a recessão se transformasse numa verdadeira crise financeira, algo saliente nos discursos dos ministros do Estado, bem como na comunicação oficial do presidente da república.

De acordo com Ferraz (2013), a situação externa da economia brasileira, traduzida principalmente em um nível elevado de reservas em moedas fortes (superior a U\$250 bilhões) e uma dívida pública desdolarizada, foi o que fez, em certa medida, “salvar” a economia dos efeitos iniciais da crise. Apesar de todos os esforços, o país não se manteve totalmente imune a crise. Identificar os principais canais de transmissão da crise financeira externa para a atividade econômica interna tornou-se objeto de debate na literatura econômica e, de acordo com muitos autores,

a desvalorização cambial foi o fator proeminente naquele processo. Castillo (2009), por exemplo, diz que a desvalorização do real sobre o dólar (que começou em 09/2008) foi o mais relevante fator, sobressaindo-se a outros, como por exemplo a contração do crédito internacional, o aumento da remessa de capitais para o exterior e a forte queda dos investimentos diretos estrangeiros.

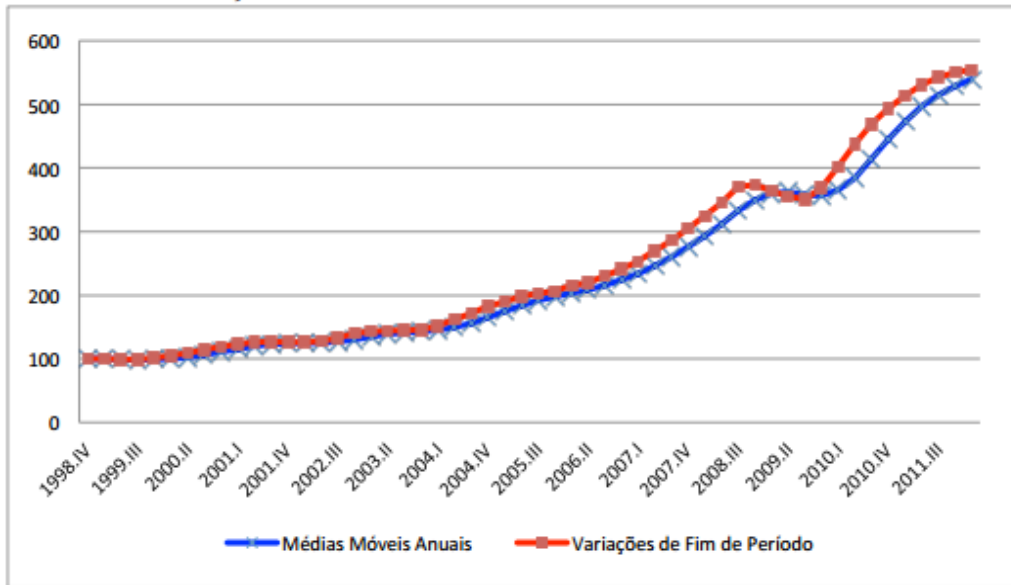
De maneira geral, os efeitos negativos de uma depreciação cambial sobre a economia ocorrem devido o encarecimento do crédito externo e por meio da inflação e da deterioração dos termos de troca. Na crise de 2008, entretanto, a desvalorização do real atingiu também a economia brasileira (além de economias emergentes) por outra via, qual seja, a imposição de perdas significativas a um conjunto de empresas que vinham especulando com derivativos cambiais.(FERRAZ, 2013).

Os dados da figura abaixo (números índices do PIB trimestral) são apresentados em duas formas:

- (i) a primeira com os índices representando crescimentos reais entre valores de pico a cada quatro trimestres;
- (ii) a segunda por valores de média a cada quatro trimestres seguidos, contra igual período anterior.

A segunda forma apresenta a vantagem de ser idêntico a forma como a variação do PIB é verdadeiramente calculada. A primeira forma mostra de mais certo meio as mudanças mais destacadas de trimestre para trimestre e que acabam por ficar “dissolvidas” ou com uma inércia que, estatisticamente, prorroga os pontos de inflexão na trajetória. Sobre estas desigualdades, ambas as formas mostram tendência à aceleração do crescimento a partir de 2004, presente e forte reversão ao final de 2008 e imediata retomada, já em 2009 (FERRAZ, 2013).

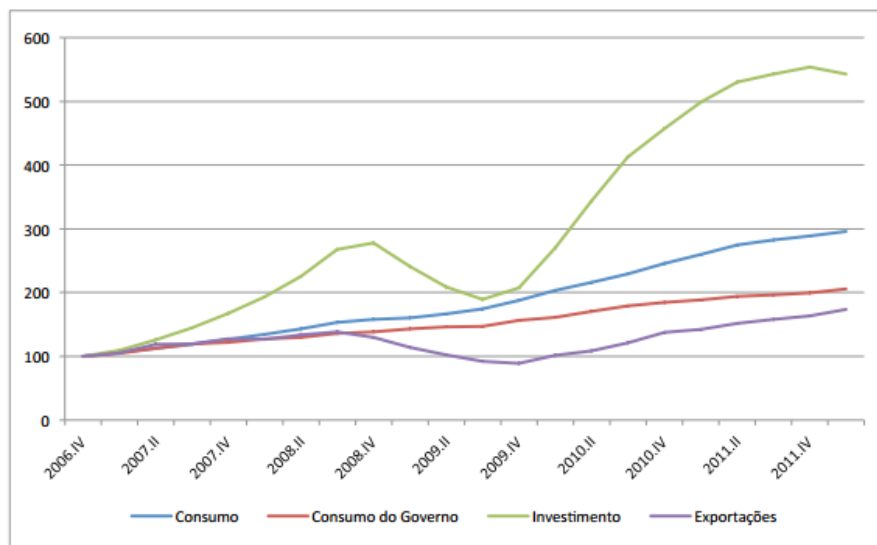
Figura 39 - Evolução do PIB trimestral 1998-2011



Fonte: FERRAZ (2013).

O gráfico anterior mostra que a aceleração do crescimento se deu de forma mais notável a partir de 2006. Assim, 2006 será tomado como ponto de partida para o exame do comportamento dos componentes (desagregados) da demanda no período 2006/11.

Figura 40 - Evolução dos componentes da demanda agregada



Fonte: FERRAZ (2013).

A figura anterior mostra que o investimento é o componente mais instável da demanda agregada. (FERRAZ, 2013). Antes da crise de 2008, o investimento estava em plena aceleração, sobressaindo-se ao crescimento da demanda agregada. Este resultado é previsível em termos macroeconômicos pressupondo-se que, após um período de baixo crescimento, o crescimento já vinha se acelerando desde o ano de 2004. Isto estimulou a criação de capacidade produtiva como forma de contestar à elevação da demanda agregada, em tal momento a taxas maiores ao do crescimento da demanda.

Já o consumo, apresenta maior estabilidade se comparado ao investimento. Apesar disso, no período analisado, a trajetória do consumo foi semelhante à verificada para o investimento, sabendo-se que: redução da taxa de crescimento pela metade no período da crise, reiterado de rápida recuperação. Da mesma forma que o investimento, o consumo também foi afetado de forma negativa pela desaceleração da economia depois de 2011. Da recuperação pós-crise no último trimestre de 2009 até o primeiro trimestre de 2011, o consumo cresceu em torno de 6,8% ao trimestre (FERRAZ, 2013).

Devido a natureza externa da crise internacional e de seus efeitos degenerados sobre o sistema de financiamento exterior, as exportações brasileiras sofreram forte retração no segundo semestre de 2008. Apesar disso Ferraz (2014) destaca que, a veloz recuperação (que pode ser observada já a partir de 2009), particularizou a crise de 2008 das outras crises anteriores, com ênfase para uma nova configuração do cenário internacional em que a China ganhou destaque, dados o dinamismo de sua economia e seu papel como fonte de demanda internacional.

Referente ao crescimento do consumo público, o mesmo se mostra a contestar, primeiramente, a hipótese de sua relevância como instrumento de ação governamental anticíclica. Mas esta questão deve levar em conta a qualidade das informações e dados de finanças públicas das contas nacionais e, outrossim, englobar a discussão sobre a relevância do investimento público e das desonerações fiscais, estas que aumentam a renda líquida disponível do setor privado. A figura asseguir mostra a análise feita anteriormente, mostrando o crescimento médio trimestral dos componentes da demanda agregada no período anterior a crise, na recessão e na recuperação.

Figura 41 - Variação dos componentes de gasto do PIB (%)

	2007.I – 2008.I/II	2008.III/IV – 2009.III/IV	2009.III/IV – 2012.I
Consumo Privado	6,3	3,2	5,4
Consumo do Governo	4,5	1,9	3,4
Investimento	13,6	-12	11,1
Exportações	4,7	-8,5	5,1

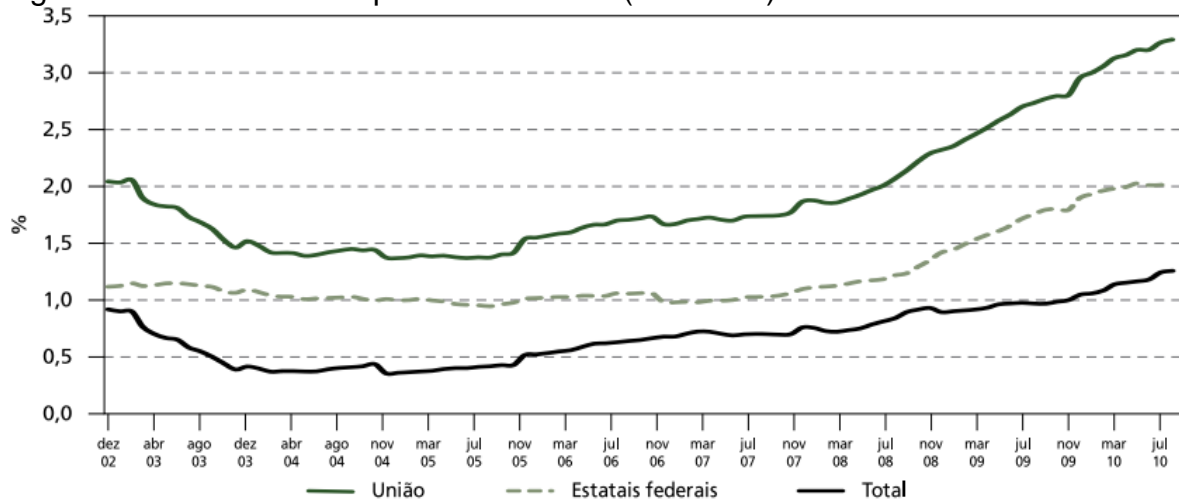
Fonte: FERRAZ (2013).

No âmbito fiscal, de acordo com Ferraz (2014), a resposta do governo federal à crise se baseou em cinco principais frentes:

- (i) expansão dos investimentos do PAC;
- (ii) programa Minha Casa Minha Vida, com R\$28 bilhões em subsídios e R\$60 bilhões em investimentos;
- (iii) plano Safra 2009/2010, com R\$107 bilhões (2009-2010);
- (iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família - R\$12 bilhões - e reajuste do salário mínimo que injetou R\$20 bilhões na economia em 2009); e (v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS.

Logo após a quebra do Lehman Brothers (explicado na sessão anterior) houve uma elevação considerável dos gastos públicos em relação ao PIB nos trimestres que deram sequência à crise. Apesar disso, a elevação dessa razão deveu-se mais à queda do PIB em termos reais do que a um aumento real dos gastos. Os dados das contas nacionais mostram que os gastos do governo tiveram “um aumento real de cerca de 1,6% entre o terceiro trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2009” (Hamilton, 2010; p. 53). Este crescimento no consumo do governo deu por causa da conta de salários, pois desde 2002 até o segundo trimestre de 2009, o consumo intermediário apresentou tendência à queda.

Figura 42 - Investimentos públicos federais (% do PIB)



Fonte: FERRAZ (2013).

A figura mostra a despesa de capital fixo que também teve uma melhora no final de 2007. Os dados de Rodrigues e Bastos (2010) apontam um crescimento real das despesas com capital fixo de 10,4% no ano de 2009.

Conforme a figura abaixo, percebe-se que os investimentos em infraestrutura ditaram a retomada dos investimentos. A magnitude dos subsídios da Petrobras chamam a atenção, pois na média do triênio 2007/2009 representaram metade dos totais investimentos. Segundo Orair e Gobetti (2010) o crescimento dos investimentos da Petrobras concomitou com as descobertas relacionadas ao pré-sal, em 2007, e seguiram se expandindo em 2008 (ano início da exploração do pré-sal) e em 2009, quando os investimentos da Petrobrás foram desconsiderados no cálculo da meta de superávit primário.

Figura 43 - Composição dos investimentos públicos federais (valor em R\$ milhões de julho de 2009)

	2007	(%)	2008	(%)	2009	(%)
Infraestrutura econômica	37,8	70,5	50,2	69,7	67,5	73,6
grupo Petrobras	26,6	49,7	37,9	52,7	51,1	55,7
grupo Eletrobras	3,4	6,4	4,0	5,6	5,2	5,7
Transportes	7,7	14,4	8,2	11,4	11,2	12,2
Transporte aéreo	1,1	2,1	1,0	1,4	1,1	1,2
Transporte rodoviário	5,5	10,3	5,3	7,4	7,8	8,5
Transporte ferroviário	0,6	1,0	1,0	1,3	1,0	1,1
Transporte hidroviário	0,5	1,0	0,9	1,2	1,3	1,4
Demais investimentos	15,8	29,5	21,8	30,3	24,2	26,4
Empresas estatais	1,7	3,1	2,2	3,0	2,8	3,1
União	14,1	26,4	19,6	27,2	21,4	23,4
Infraestrutura urbana	1,9	3,6	5,2	7,3	4,8	5,2
Infraestrutura hídrica	0,8	1,5	1,5	2,1	2,3	2,5
Defesa nacional	1,7	3,2	2,7	3,8	3,3	3,6
Educação	1,5	2,8	2,4	3,3	2,9	3,2
Segurança pública	1,3	2,4	1,2	1,7	1,6	1,7
Não classificados	6,9	12,9	6,5	9,1	6,6	7,2
Invest. públicos federais	53,6	100,0	71,9	100,0	91,7	100,0

Fonte: FERRAZ (2013).

Entre 2004 e 2008, a retomada do crescimento econômico resultou em um aumento da arrecadação tributária. A carga tributária bruta como percentual do PIB alcançou seu recorde em 2008.

Figura 44 - Evolução da relação carga tributária bruta/PIB - 2002-2009

Ano	Em %	Ano	Em %
2002	32,35	2006	34,12
2003	31,90	2007	34,71
2004	32,82	2008	34,86
2005	33,83	2009	33,70

Fonte: FERRAZ (2013).

A respeito das empresas transnacionais, empresas que possuem matriz em seu país de origem e atuam em outros países através da instalação de filiais, são classificadas como empresas transnacionais. Conforme Francisco (s.d.), as primeiras empresas transnacionais surgiram no final do século XIX e apesar disso, só atingiram o auge de atuação mundial após a Segunda Guerra Mundial. Grande parte (se não a maior parte por assim dizer) das empresas transnacionais é de origem de países industrializados. Estas mesmas, depois de terem conquistado o mercado interno de seus países, saem e montam filiais em outros países, principalmente nos países em desenvolvimento.

No período atual, há registros, conforme Francisco (s.d.), de, aproximadamente, 40.000 empresas transnacionais em atividade, sendo que a maioria tem origem nos países industrializados. Apesar disso, no Brasil temos algumas empresas que são tem suas filiais instaladas mundo afora: Vale, Sadia, Perdigão, Weg, Alpargatas e Gerdau.

Atualmente, segundo Echeveste (et al), as empresas transnacionais empregam 20% da mão-de-obra industrial global, o que chega a 40% no setor industrial. Através de seus recursos e seus próprios financiamentos, operam em todo mundo, apoiadas pelas suas próprias redes de P&D. O papel nacional governamental limita-se mais e mais à regulamentação; muitas das transnacionais faturam, individual e anualmente, montantes que chegam a US\$ 1,5 trilhões. Além disso, na maioria destas empresas, metade do seu capital fixo (prédios, máquinas e centros de pesquisa) está situado nos países quais estão as filiais. Cerca de dois terços dos seus funcionários trabalham em unidades fora das nações de origem (Moran, Harris e Stripp, 1997).

Pode-se ter a certeza de que a importância da globalização financeira na economia é imensurável. Através dessa, que hoje temos a interligação entre economias mundiais, o que por consequência, alastra uma crise para todos os outros países também. De acordo com Brum e Silveira (2010), da crise econômica mundial de 2008 tem-se, em primeiro lugar, que a economia continuará capitalista. Todavia, fica evidente que o capital financeiro, especulativo, não pode ficar sem regulação. Assim, os bancos e financeiras devem passar por um controle mais agudo dos Estados. Neste sentido, a economia em geral deve ser mais cautelosa perante o risco. Assim, a reboque da crise, novos países ganharam um novo status na economia internacional, com destaque aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) – ditos emergentes -, e também, há um reforço das instituições tradicionais como o

FMI, Banco Mundial e OMC. As crises são cíclicas, e em esta passando, um novo período de crescimento econômico virá logo adiante. Os países, estruturas organizacionais e todos os tipos de empreendimentos que souberem se estruturar neste período recessivo tirará mais proveito dos novos tempos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização pode se dar de diversas formas, por exemplo: globalização produtiva e financeira. De acordo com Baumann; Canuto e Golçalves (2004), a globalização produtiva envolve a interação de três processos: o avanço do processo de internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração de estruturas produtivas das economias nacionais.

Já a globalização financeira, para os mesmos autores, pode ser entendida como a interação de três processos distintos ao longo dos últimos vinte anos. São eles: a expansão extraordinária dos fluxos financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais.

A importância da globalização financeira na economia é imensurável, conforme os dados apresentados nas seções anteriores demonstram, são incalculáveis os benefícios que a globalização trouxe para o mundo, como por exemplo, interligar os sistemas financeiros mundiais. Mas apesar de ter trazido tantos benefícios, quando ocorre uma crise, como a de 2008, devido a essa ligação dos sistemas financeiros, todas as economias do mundo sofrem junto se uma sofrer alguma crise ou ressecção.

Na maioria, as crises financeiras surgem por falta de controle de mercado ou até pela desorganização gerencial dos estados. Durante toda a história da economia mundial, quando havia crise, os estados entravam em ação com meios, políticas e sistemas de socorro. O objetivo, era que o processo fosse reorganizado.

É necessária uma maior preparação e eficiência da parte dos estados, para que assim, o modelo do capitalismo funcione. Devem adotar medidas que lhes permitam participar da economia mundial e resistir a crises financeiras. Devido a inserção dos estados em uma nova realidade econômica financeira, a falta de capacidade de organização destes, não permitiu que os mesmos elaborassem um sistema de regulação sobre o capital financeiro.

A forte liquidez internacional, a euforia internacional ligada ao dinheiro fácil (especulação), os gastos descontrolados, à custa de forte endividamento, alavancaram as economias mundiais entre 2002 e 2007. Após este período de crise, o mundo entrou em um estágio de ajuste econômico, o que exigiu um enxugar dos gastos.

A retomada econômica no Brasil, tendenciou a gerar inflação, fato que desvalorizou os títulos americanos e elevou os juros internos. Tal elevação proporcionou ainda mais em perigo as finanças públicas dos EUA, levando a um maior desinteresse local e internacional pelos ativos daquele país. Como conseqüência houveram grandes prejuízos nas balanças comerciais dos demais países (como por exemplo no Brasil), impedindo uma retomada do crescimento e uma saída mais firme da crise, além de causar uma recuperação artificial dos preços das *commodities* mundiais.

Da parte do Governo Federal Brasileiro, foram concedidos diversos incentivos fiscais com o objetivo de fomentar a reconstrução das demandas domésticas desfavoravelmente afetadas, podendo assim garantir a continuidade do desenvolvimento nacional. A intervenção estatal, mais do que necessária, revelou-se vital. Devido a crise, os investidores do mundo inteiro passaram a retirar as aplicações de ações de empresas, de bancos e de títulos de governos, incluindo os do Brasil. Devido ao sistema financeiro ser interligado em todo o mundo, a baixa liquidez refletiu, em um primeiro momento, na falta de dinheiro disponível no Brasil para a concessão de crédito tanto para as empresas como para os consumidores. Por isso, da atitude do governo na alta liberação de crédito para pessoas físicas e jurídicas, além da alta concessão de crédito para os outros setores da economia.

Depois de muito esforço da parte dos países para a reação a crise financeira instituída, a primeira impressão é de que o sistema financeiro foi salvo e, que o recuo da demanda foi amortecido pelos recursos públicos mundiais. Os Estados de alguma maneira salvaram a economia de mercado diante de sua pior crise desde 1929. Os primeiros resultados de recuperação das economias, apesar de supérfluos, começaram a surgir. Apesar disso, percebe-se que quase nada foi resolvido dos problemas que criaram a crise *sumprime*.

Dessa maneira, tem-se um longo tempo de ajuste pela frente, com o risco de, se havendo um contratempo entre os principais países, ocorrer enormes oscilações no mercado, a começar pelas taxas cambiais. Então, quanto mais resistentes forem os países em negociar cooperativamente a crise, pior ainda será a situação e mais tempo levaremos para dela sair e retomar o crescimento de nossas economias.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Maria Inês Ramos. **Globalização: características mais importantes.** Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.
- ABDALA, Vitor. Queda do desemprego. PNAD-Rio de Janeiro 2012
- ADVFN; **Indicadores do PIB real.** Disponível em <<http://br.advfn.com/indicadores/pib/pib-real>> Acesso em 01, jun, 2014;
- ARMADA, Charles Alexandre Souza. **A globalização e a crise financeira mundial: oportunidades em meio a crise.** Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1996.
- ASSUNÇÃO, Marcos- **Os impostos Fiscais-** 2010
<http://pt.scribd.com/doc/237479808/Impostos-fiscais>. Acesso em 03/10/2014
- BAUMANN, Renato. **O Brasil e a economia global.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campus SOBEET, 1996.
- BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BAUMANN, R.; Uma visão econômica da globalização, In: BAUMANN, R. (org.). **O Brasil e a Economia Global.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. Estudos Avançados. São Paulo, USP, v. 12, n. 32, jan,1998.
- BOYER; Robert; PLIHON, Mario Dehove; **Les crises financieres Rapport pour le Conseil d’Analyse Economique.** (S.D.).
- BRUM, Argemiro Luis; SILVEIRA, Daniel Claudy. **A gênese da crise financeira mundial e seus impactos no setor produtivo: o caso específico da cadeia da soja no rio grande do sul.** 2010 IJUI RS.
- CARVALHO, Marcio- **O processo de concentração.**
<http://www.omilitante.pcp.pt/pt/317/Economia/685/O-processo-de-concentra%C3%A7%C3%A3o-e-centraliza%C3%A7%C3%A3o-do-capital.htm>. Acesso em 15/10/2014
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.
- CHESNAIS, F.: **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo.** O discurso da ciência. São Paulo: EdUSC-, 1991.
- CORAZZA, Gentil; **Globalização Financeira - a utopia do mercado e a reinvenção da política.** 2003

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**. Programa de Pós Graduação em Sociologia PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 9, 1998.

DATHEIN; Mauricio; **Acordo de Bretton-Woods**; 2005, p. 02

DIAS, Cláudia. **Pesquisa qualitativa**: características gerais e referências. 2000. Disponível em: <<http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>>. Acesso em: 15, set., 2013.

ECHEVESTE, Simone; VIEIRA, Berenice; VIANA, Débora; TREZ, Guilherme; PANOSSO, Carlos. **Perfil do executivo no mercado Globalizado**. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65551999000200009&script=sci_arttext Acesso em 26/10/2014.

EUZEBIO, Carlos 2009 **Dados do IPEA**. http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1250:reportagens-materias&Itemid=39Acesso em 10/11/2014

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERRAZ, Fernando Cardoso. **A crise de 2008** <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf> Acesso em 15/10/14

FRIEDMAN, Thomas L.: **The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization**. Anchor books, 2000.

GALLIANO, Guilherme. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Ed. Harbra, 1979.

GASPÁRIN Paulo-2011**Crise de 2008 e suas influencias** <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html>> Acesso em 12/11/14

GIL, Antônio C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de Monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, José Maria. **Globalização da política**: mitos, realidades e dilemas. SEM DATA

GONÇALVES, Reinaldo (org.). **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo; Edições Loyola, 1994.

HELLEINER, Eric. **States and the reemergence of Global Finance**: from Bretton Woods to the 1990s. Ithaca; Cornell University Press,1994.

IBGE-PIB. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 06,jun,2014.

JUNIOR; Orivaldo Pimentel Lopes. SILVA; Lemuel Rodrigues da. **GLOBALIZAÇÃO – DE SUA GÊNESE MERCANTILISTA AO NEOLIBERALISMO BURGUESES**, 2008.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro, Campus, 2009.

LEVIN, Intitute: **Globalization101**. Disponível em <Globalization101.org> Acesso em: 15, jun., 2013.

LORENZI, Sabrina. **Crescimento do Desemprego**-Rio de Janeiro-2010
ACESSOEM10/10/2014<HTTP://ULTIMOSEGUNDO.IG.COM.BR/BRASIL/CRISE+F
EZ+DESEMPREGO+CRESCER+185+EM+2009/N1237771184192.HTML>

MACEDO, Valmir- 2013 <http://domacedo.blogspot.com.br/2013/09/brasil-desemprego-1992-2012.html#links> Acesso em 29/10/2014.

MANCIBO, Deise. **Globalização, cultura e subjetividade**: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v. 18, n. 3, 2002. Disponível em:
http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010ng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2014.

MARCONI, Mariana A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.- São Paulo: Atlas, 2003.186p.

MAZZUCHELLI, Frederico – **A economia das crises**.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3303Acesso em 15/10/2014.

MOFFIT, M. **O dinheiro do mundo**. De Bretton Woods a beira da insolvência. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1984.

MOREIRA, Alexandre Mussoi. **A transformação do estado**: neoliberalismo, globalização e conceitos jurídicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

OHMAE, K., **O fim do Estado-Nação**. Rio de Janeiro,RJ: Campus, 1996.

ROBERTSON, R., **Globalization**: social theoyrs global culture. London: Sage, 1992.

RAMOS, Gerusa Coutinho; **A Globalização Produtiva e a Globalização Financeira no Processo de Mundialização da Economia**. (S.D.).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, Amartya. **Juicios sobre la globalización**. 2001

THERBORN, Göran. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILI, Pablo (org.). Globalização excludente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 88.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5.^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SCHULZ, Aron. **A crise em perspectiva de 1929-2008**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.

SICSU, Alexandre
(2013). <<http://geografiaegeopolitica.blogspot.com.br/2013/03/brasil-apresenta-crescimento-menor-mas.html>>. Acesso em 05/11/2014.